

**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**Flávio André Pedrosa Matos**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais**

XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A eficácia do MIPP na redução do sentimento de  
insegurança e criminalidade de massa**

– Estudo exploratório efectuado à população idosa e juvenil na  
área da 71ª Esquadra, Odivelas.

Orientador:

**Subintendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote**

LISBOA, 24 DE ABRIL DE 2013





**Estabelecimento de ensino**

*Instituto Superior de Ciências Policiais e  
Segurança Interna*

**Curso**

*XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia*

**Orientador**

*Subintendente Hugo Duarte de Sousa Batista e  
Guinote*

**Título**

*A eficácia do MIPP na redução do sentimento de  
insegurança e criminalidade de massa - Estudo  
exploratório efectuado à população idosa e  
juvenil na área da 71ª esquadra, Odivelas*

**Autor**

*Flávio André Pedrosa Matos*

**Local de Edição**

*Lisboa*

**Data de Edição**

*24 de Abril de 2013*



## Epígrafe

“E se esta informação não for inteira  
Tanto quanto convém, dele pretende  
Informar-te que é gente verdadeira,  
A quem mais falsidade enoja e ofende.  
Vai ver-lhe a frota, as armas e a maneira  
Do fundido metal que tudo rende,  
E folgarás de veres a polícia  
Portuguesa na paz e na milícia.”

Luís Vaz De Camões, Os Lusíadas, Canto VII, Estrofe LXXII.

## Dedicatória

*Ao meu Irmão, com eterna saudade.*

## Agradecimentos

Este trabalho representa o culminar de um longo caminho percorrido durante a frequência do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Um caminho árduo que representa uma conquista pessoal, alcançada com enorme dedicação, empenho e determinação. Como tal, não poderei deixar de destacar as pessoas que contribuíram das mais variadas formas, directa ou indirectamente, para a realização deste trabalho e que me apoiaram ao longo da minha vida e em especial nos últimos cinco anos, deixando assim uma palavra de gratidão e apreço.

Ao meu irmão Diogo, que tão cedo partiste, mas que nunca te esquecerei. Estarás sempre presente em tudo o que faço.

Aos meus pais por todo o apoio que me foi dado, das mais variadas formas, e por fazerem de mim a pessoa que sou hoje. Sem vocês nada disto seria possível.

Aos meus irmãos Tiago e Inês, pelos momentos de carinho e ternura, e por me fazerem sorrir mesmo nos dias mais cinzentos.

Ao meu avô, pela sua ajuda e disponibilidade para me ajudar a alcançar os meus objectivos.

À Vera, pelo carinho e amizade que perdura após tantos anos, bem como por todo o apoio que me deste. Amizade que nunca esquecerei.

À Margarida, Marco, Adérito, Vasco, Joana, Inês, Mara, Zé, Vanda, e todos os meus amigos que me apoiaram e proporcionaram momentos de alegria.

Aos meus camaradas de curso, pelo companheirismo, camaradagem, e alegrias partilhadas ao longo de cinco anos difíceis, em especial ao Correia, Borges, Vieira, Silva, Cláudia, Romana e Marisa.

Ao meu camarada Miranda, pela amizade e companheirismo, bem presentes nas noites de estudo.

Ao ISCPSI, pela oportunidade que me proporcionou de alcançar um objectivo de vida, sem esquecer todos os Oficiais, Docentes e pessoal do quadro orgânico com quem lidei ao longo destes cinco anos.

Ao meu orientador, Senhor Subintendente Hugo Guinote, pela sábia orientação naquele que foi o trabalho académico de maior complexidade que já realizei. Sem a sua ajuda teria sido tudo muito mais difícil.

Ao efectivo da 70ª e 20ª Esquadras, pela forma como me receberam e apoiaram ao longo do meu estágio de Aspirante, bem como por todos os ensinamentos, deixando um especial agradecimento aos Subcomissários Serafim e Monteiro.

Aos Agentes Sousa, Faria, Esteves e Martins, da 71ª Esquadra, pela prontidão e disponibilidade que demonstraram em auxiliar-me na aplicação dos questionários, deixando ainda um especial agradecimento ao Subcomissário Simões, que me facilitou todo o processo, mostrando total disponibilidade para o que fosse preciso.

Ao Senhor Subintendente Pedro Pinho, pela incessante vontade de nos ensinar, tanto no ISCPSI como no estágio de aspirante. Um exemplo de profissionalismo.

Ao Subcomissário Sousa, pela disponibilidade e ajuda preciosa.

Ao Fininho, pela constante boa disposição.

À Marlene, pela ajuda na correcção.

A todos aqueles que não figuram neste lista, mas dos quais não me esqueço.

A todos o meu sincero e sentido OBRIGADO

## **Resumo**

De entre as várias preocupações que atingem a população diariamente, a questão da segurança é das que mais atenção desperta e que mais influencia o quotidiano do cidadão. Fenómenos como o sentimento de insegurança e o aumento dos índices criminais constituem-se assim como objecto de actuação da PSP, enquanto uma das instituições responsáveis pela segurança pública.

É da necessidade de melhorar a qualidade do serviço público prestado que nasceu o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, de carácter essencialmente preventivo e orientado para os problemas dos cidadãos, composto por programas que visam actuar sobre os grupos sociais que, pelas suas características apresentem maiores vulnerabilidades, como é o caso da população juvenil e idosa, para os quais foram criados os Programas Especiais Escola Segura e o Apoio 65.

O nosso objecto de estudo será o Policiamento, questionando a eficácia do modelo em vigor na PSP na prossecução dos objectivos operacionais, elencados na Directiva Estratégica 10/2006, de redução do sentimento de insegurança e criminalidade de massa, através dos Programas Especiais já referidos.

Almeja-se, com a presente investigação, analisar a eficácia do Modelo de Policiamento junto desses grupos de risco, com o intuito de se obter uma perspectiva do trabalho que está a ser desenvolvido, e analisar se os objectivos operacionais elencados serão exequíveis através destes Programas Especiais, para deste modo contribuir para um aumento de eficiência e eficácia do serviço policial.

**Palavras-Chave:** Sentimento de insegurança, criminalidade de massa, policiamento, programas especiais.

## **Abstract**

Among the variety of preoccupations that daily affect our society, the question of security is one of those which requires most attention and influences the daily lives of our citizens. Phenomena like the fear of crime and the rise of crime rate is the critical object of the police's action, as one of the organizations responsible for nacional security.

It is the need of getting a better quality of the public service that brought into being the *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade*, with an essentially preventive character and geared toward the citizens' problems, composed of programs that have the goal of acting in social groups that, by their characteristics, have bigger vulnerabilities, as younger and older populations, reason why the Special Program of *Escola Segura* and *Apoio 65* were created.

The object of our study will be about Policing, questioning the effectiveness of the current model in effect at PSP in the prosecution of operational goals, typified in the Strategic Directive n.º 10/2006, of 15<sup>th</sup> of May, of reducing the fear of crime and petty crime, with the aforementioned Special Programs.

Our aim, with this study, is to analyze the effectiveness of the policing model toward these risk groups, with the goal of obtaining a perspective of the work that is being developed, and analyzing if the operational goals are practicable through this Special Programs, contributing in this way to raise the efficiency and effectiveness of police work.

**Key-Words:** Fear of crime, petty crime, policing, special programs.



## **Lista de siglas**

**CRP** – Constituição da República Portuguesa

**DIP** – Departamento de Informações Policiais

**DLG** – Direitos, Liberdades e Garantias

**EPAV** – Equipas do Programa de Apoio à Vítima

**EPES** – Equipas do Programa Escola Segura

**FBI** – *Federal Bureau of Investigation*

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**INTERPOL** – *International Crime Police Organization*

**ISCPSI** – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**MAI** – Ministério da Administração Interna

**ME** – Ministério da Educação

**MIPP** – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

**NPP** – Número de Processo Policial

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OP** – Ordem de Operações

**PES** – Programa Escola Segura

**PSP** – Polícia de Segurança Pública

**PIPP** – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**SEI** – Sistema Estratégico de Informação

**SIS** – Sistema de Informações de Segurança

**UNODC** – *United Nations Office on Drugs and Crime*

# Índice

<b>Epígrafe</b> .....	I
<b>Dedicatória</b> .....	II
<b>Agradecimentos</b> .....	III
<b>Resumo</b> .....	V
<b>Abstract</b> .....	VI
<b>Lista de siglas</b> .....	VII
<b>Lista de figuras</b> .....	XI
Introdução .....	1
Capítulo 1 – Enquadramento teórico .....	5
1.1. Introdução capitular .....	5
1.2. Sentimento de insegurança .....	6
1.2.1. Conceito .....	6
1.2.2. Factores do sentimento de insegurança .....	11
1.2.3. Influência dos <i>media</i> no sentimento de insegurança .....	18
1.2.4. Influência do sentimento de insegurança na qualidade de vida .....	21
1.3. Criminalidade de massa .....	24
1.3.1. Criminalidade de massa Vs criminalidade organizada .....	25
1.4. Conclusão capitular .....	27
Capítulo 2 – Enquadramento temático .....	27
2.1. Introdução capitular .....	27
2.2. Conceito de Polícia e Policiamento .....	28
2.3. Prevenção .....	30
2.4. Parcerias .....	32
2.5. MIPP .....	34
2.5.1. Escola Segura .....	37
2.5.2. Apoio 65 .....	39
2.6. Conclusão capitular .....	41
Capítulo 3 – Estudo exploratório na área da 71ª Esquadra, Odivelas .....	42

3.1. Introdução capitular .....	42
3.2. Metodologia adoptada .....	43
3.3. Análise da evolução criminal .....	45
3.3.1. Crimes registados contra idosos.....	46
3.3.2. Crimes registados contra jovens.....	48
3.3.3. Conclusões.....	51
3.4. Apresentação dos resultados dos questionários.....	51
3.4.1. Questionários aplicados aos idosos.....	52
3.4.2. Questionários aplicados aos jovens.....	56
3.4.3. Conclusões.....	60
Conclusão.....	64
Bibliografia.....	67
Anexos .....	75
Anexo 1 - Diário de Campo .....	75
Anexo 2 – Questionário dos idosos: Modelo I.....	81
Anexo 3 – Questionário dos jovens: Modelo II.....	88
Anexo 4 – Tabela referente à evolução demográfica da população idosa e juvenil em Portugal (2001-2011) .....	95
Anexo 5 – Tabela referente às acções realizadas no âmbito do PES em 2012 pela 71ª Esquadra.....	96
Anexo 6 – Dados do Programa Escola Segura da 71ª Esquadra, Odivelas, referentes aos anos lectivos 2009/2010 e 2010/2011. ....	97
Anexo 7 – Folheto informativo da 31ª Esquadra, Praça de Espanha.....	99
Anexo 8 – Tabelas de dados dos questionários aplicados a idosos .....	101
Frequências simples.....	101
Cruzamentos de variáveis .....	112
Anexo 9 – Tabelas de dados dos questionários aplicados aos jovens estudantes .....	115
Frequências simples.....	115
Cruzamentos de variáveis .....	126
Anexo 10 – Dados da criminalidade registada contra idosos.....	129

Total de crimes .....	129
Contra pessoas.....	130
Contra o património .....	133
Anexo 11 – Dados da criminalidade registada contra jovens.....	138
Total de crimes .....	138
Contra pessoas.....	139
Contra o património .....	142

## Lista de figuras

<b>Figura 1</b> – Ciclo das alterações da qualidade de vida em relação à alteração do sentimento de insegurança.	22
<b>Figura 2</b> – Distribuição da frequência de acções de sensibilização realizadas pelas EPES/PSP em escolas no ano lectivo 2011-2012.	39
<b>Figura 3</b> – Número total de crimes registados contra idosos entre 2008 e 2012.	46
<b>Figura 4</b> – Número total de crimes contra o património, registados entre 2008 e 2012, contra idosos.	47
<b>Figura 5</b> – Número total de crimes contra pessoas, registados entre 2008 e 2012, contra idosos.	48
<b>Figura 6</b> – Número total de crimes registados contra jovens da faixa etária entre os 6 e 19 anos de idade, entre 2008 e 2012.	49
<b>Figura 7</b> – Número total de crimes contra o património, participados entre 2008 e 2012, contra jovens (6-19 anos de idade).	49
<b>Figura 8</b> – Número total de crimes contra pessoas, registados entre 2008 e 2012, contra jovens (6-19 anos de idade).	50
<b>Figura 9</b> – Questão n.º 1 do questionário Modelo I: “No seu dia-a-dia normal sente-se:”.	52
<b>Figura 10</b> – Questão n.º 25 do questionário Modelo I: “Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos ao Apoio 65?”.	55
<b>Figura 11</b> – Questão n.º 1 do questionário Modelo II: “No seu dia-a-dia normal sente-se:”.	57
<b>Figura 12</b> – Questão n.º 26 do questionário Modelo II: “Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos à Escola Segura?”.	60

## **Introdução**

A constante mutação da sociedade em que se inserimos, motivada essencialmente pelo fenómeno da globalização, provoca alterações naquilo que são consideradas as principais preocupações sociais. De entre estas, há que realçar a maior preocupação que se tem vindo a despertar na sociedade pelas questões ligadas à segurança.

Quando entramos em matéria de segurança em Portugal, temos que ter em consideração o papel desempenhado pela instituição PSP no sentido de assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos. Deste modo, e atendendo às exigências securitárias por parte dos cidadãos, a PSP vê-se obrigada a reformular os seus meios tácticos de forma a conseguir acompanhar as mudanças relativas a essas mesmas exigências, que resultam da constante mutação social.

Com o decorrer do tempo, têm surgido novos modelos de policiamento que procuram acompanhar as transformações sociais e também as novas exigências dos cidadãos. Neste seguimento, e após nos termos deparado em Portugal com modelos de policiamento mais reactivos, optou-se por um tipo de policiamento mais preventivo, próximo do cidadão e dos seus problemas, dando origem ao MIPP.

Este modelo de policiamento direcciona a Polícia para um estreitamento de relações com o cidadão, e confere especial ênfase aos problemas destes, orientando o policiamento para a resolução dos mesmos tendo em vista a prevenção criminal. Procurando conferir aos cidadãos uma maior protecção, atribui ainda especial incidência no que concerne aos grupos que apresentam determinadas características que os tornam mais vulneráveis, como é o caso da população juvenil e idosa. A maior vulnerabilidade desses grupos serviu de mote para a criação dos programas especiais, de entre os quais destacamos o Programa Escola Segura e o Programa Apoio 65.

Assim, e tendo por missão a melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão, a melhoria dos índices de eficiência e de eficácia da actuação policial e uma melhor articulação entre os diferentes pilares em que a PSP assenta, foram elencados na Directiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de Maio, objectivos estratégicos e operacionais, dos quais destacamos dentro dos operacionais a redução dos índices de insegurança objectiva e subjectiva, e a redução da criminalidade (em especial os crimes de rua, conhecidos por criminalidade de massa). Os mesmos são também presenciáveis no Plano de Actividades de 2012 da PSP, quando este refere os objectivos estratégicos e operacionais para o referido ano, entre os quais se inclui a prevenção e redução da criminalidade e da insegurança.

Atendendo a que não existe um modelo ideal de policiamento, que se possa inclusive afirmar como sendo absolutamente eficaz e eficiente, é necessário que a PSP proceda regularmente a avaliações dos meios tácticos utilizados, a fim de descortinar o sucesso ou insucesso dos mesmos.

A realização deste estudo, inserido no âmbito das Ciências Policiais e onde se privilegia sobretudo o cariz empírico, assenta nessa necessidade de constatar a eficácia do modelo de policiamento pelo qual a PSP se rege, de forma a comprovar ou refutar as críticas de que o mesmo é alvo. Pretende-se deste modo que este estudo contribua para um aumento de eficiência e eficácia no que ao serviço policial diz respeito, através da análise do modelo policial em vigor, possibilitando assim uma nova perspectiva sobre o mesmo e permitindo ainda uma reavaliação deste.

Tendo por base tudo o que foi referenciado, é nossa pretensão procurar aferir o nível de eficácia do MIPP no que diz respeito ao cumprimento dos objectivos operacionais enunciados anteriormente, optando desta forma por realizar o estudo numa área em que os programas referidos tenham vindo a decorrer em moldes bastante aceitáveis e deveras activos, através da realização de um elevado número de acções de sensibilização e de intervenção, sendo a 71ª Esquadra, da Divisão de Loures, a escolhida para o efeito, por apresentar números bastante interessantes nesse âmbito e que serão inclusive abordados mais à frente neste trabalho.

Neste sentido, e uma vez que não nos foi possível descortinar nenhum estudo semelhante ao que iremos realizar, assumimos a seguinte questão como pergunta de partida: será o MIPP eficaz na prossecução dos objectivos operacionais de redução dos índices de insegurança e criminalidade de massa, através dos seus Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65?

Procura-se assim dar resposta à questão levantada aferindo os níveis de sentimento de insegurança junto da população idosa e juvenil, bem como através da análise da evolução criminal da área seleccionada, relativa a esses grupos de risco. Para tal, definimos como objecto de estudo o policiamento.

Para este estudo definiram-se os seguintes objectivos:

1. Constatar se os objectivos operacionais plasmados na Directiva Estratégica n.º 10/2006 de redução dos índices de insegurança e criminalidade de massa têm vindo a ser cumpridos, aferindo assim a eficácia do MIPP relativamente aos mesmos;

2. Demonstrar a influência dos Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65 junto da população inquirida, que compreende os jovens estudantes e idosos residentes na área da 71ª Esquadra;

Mediante os objectivos enunciados, levantamos as seguintes hipóteses que nos parecem pertinentes: (1) a implementação deste modelo contribui para a redução do sentimento de insegurança da população idosa e juvenil, e para a redução da criminalidade de massa, dando cumprimento deste modo a dois dos objectivos operacionais explanados na Directiva Estratégia n.º 10/2006. (2) As acções levadas a cabo tendo por base as directivas do MIPP, ao abrigo dos Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65, produzem efeitos significativos junto da população idosa e juvenil.

A construção das hipóteses tem como fundamento os anos de frequência do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, que permitiram perceber que existe uma procura constante por parte da Instituição PSP em encontrar um modelo de policiamento que se coadune com as exigências sociais em matéria de segurança, que por sua vez assume cada vez mais um papel de destaque no conjunto de factores considerados fundamentais para a vida em sociedade.

Para a elaboração desta dissertação foram utilizadas as seguintes técnicas de investigação: (1) aplicação de questionários à população idosa e estudantil da área da 71ª Esquadra, Odivelas; (2) análise estatística da evolução da criminalidade de massa registada contra idosos e jovens, desde 2008 a 2012, na área da 71ª Esquadra, Odivelas; (3) observação directa não participante; (4) análise documental.

A presente dissertação encontra-se estruturada em duas partes. Na primeira parte, dividida em dois capítulos, procura-se esclarecer conceitos, recorrendo para o efeito a uma pesquisa bibliográfica e documental que possibilita conferir uma fundamentação teórica ao trabalho. Nesta fase serão abordados assuntos como o sentimento de insegurança, criminalidade de massa, e também questões ligadas ao policiamento, incluindo os programas especiais, onde se inserem o Apoio 65 e Escola segura.

Assim, o primeiro capítulo tem por objectivo proceder a um enquadramento teórico do estudo, socorrendo-nos de uma pesquisa bibliográfica exploratória com o objectivo de ressaltar as principais características e componentes de alguns conceitos-chave (sentimento de insegurança e criminalidade de massa) avançados pelos autores estudados. Posteriormente, o segundo capítulo visa enquadrar o estudo na temática policial, abordando a questão do policiamento e o que está inerente ao modelo em vigor



na PSP, analisando também diversa documentação legal respeitante ao MIPP e aos programas especiais “Escola segura” e “Apoio 65 – idosos em segurança”.

Na segunda parte do trabalho realizou-se uma pesquisa de campo, consistindo esta na aplicação de questionários à população idosa e juvenil residente na área da 71ª Esquadra, e na análise de dados relativos à criminalidade registada contra os idosos e jovens da área da referida Esquadra, no que à criminalidade de massa diz respeito, englobando também a apresentação dos resultados obtidos, e a consequente explanação e discussão dos mesmos.

O terceiro capítulo, inserido nesta segunda parte, tem como primeiro objectivo esclarecer os moldes em que a pesquisa de campo se realizou através da realização de inquéritos (inquéritos esses construídos tendo em vista a obtenção de respostas relevantes para o presente estudo). Os mesmos foram aplicados em escolas, associações de idosos e em algumas artérias da já referida área, a jovens estudantes inseridos na faixa etária compreendida entre os 14 e os 19 anos, e a idosos residentes na freguesia de Odivelas. O recurso a uma técnica quantitativa, neste caso o questionário, permite trabalhar com uma população extensa e dispersa, e a utilização de uma abordagem baseada no método estatístico.

O segundo objectivo deste último capítulo tem por finalidade discutir os resultados obtidos no estudo exploratório e na análise das estatísticas criminais da área de estudo seleccionada (estatísticas registadas pela 71ª Esquadra da PSP da Divisão de Loures), o que nos permite retirar conclusões e consequentes respostas para as hipóteses levantadas.

## **Capítulo 1 – Enquadramento teórico**

### **1.1. Introdução capitular**

Antes de procedermos à explanação dos conceitos base desta dissertação, devemos ter em conta em que contexto se inserem, e compreender de que forma estão ligados ao serviço policial.

Desta forma, atendendo que a PSP é uma instituição de natureza de serviço público, que “tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei” (Artigo 1º, da Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, que aprova a orgânica da PSP), a mesma, em função das constantes mutações de que as sociedades são alvo por força do fenómeno da globalização, vê-se na obrigação de reformular os seus meios tácticos sistematicamente de forma a conseguir acompanhar as renovadas exigências dos cidadãos, que resultam dessas mudanças sistemáticas, procurando assim a satisfação do interesse público.

No âmbito das exigências referidas, relevamos a questão da segurança, que tem assumido um papel primordial nas preocupações sociais. Neste âmbito, e abordando o problema da insegurança, Oliveira refere que o mesmo “obteve um estatuto de problema social e político” nas sociedades ocidentais, passando inclusive a “fazer parte das principais preocupações dos cidadãos” (OLIVEIRA, 2006:68).

É no seio dessas preocupações que nos surge a criminalidade de massa como sendo uma das principais fontes de preocupação do cidadão comum, e definida no Relatório Anual de 2004, elaborado pela Direcção Nacional da PSP, como aquela que abrange “todos os tipos de crimes que são cometidos frequentemente e em que as vítimas são facilmente identificáveis”. O mesmo relatório refere ainda que é consensual que é essa criminalidade que “incomoda e condiciona o comum dos cidadãos”, ao invés da criminalidade organizada, exponenciando assim o sentimento de insegurança.

Os dois indicadores anteriormente referidos (criminalidade de massa e sentimento de insegurança) são dois indicadores preferenciais tidos em conta pelas forças de segurança na implementação de medidas (GUINOTE, 2007:56). Tal facto pode ser constatado na Directiva Estratégica n.º 10/2006 da PSP, que define como dois dos objectivos operacionais a redução dos índices de insegurança objectiva e subjectiva<sup>1</sup>, e a redução da criminalidade (em especial os crimes de rua).

---

<sup>1</sup> Entenda-se por insegurança objectiva aquela que está relacionada com a criminalidade real, ou seja, a “resultante do estado objectivo da delinquência” (OLIVEIRA, 2006: 57), e insegurança subjectiva aquela que

Deste modo, podemos facilmente constatar a importância que conceitos como sentimento de insegurança e criminalidade de massa assumem na vida policial, tendo sempre em vista uma melhor prestação de serviço público.

Este capítulo tem por objectivos explorar os conceitos de sentimento de insegurança e criminalidade de massa, sendo que no primeiro procuramos clarificar o seu conceito e seus factores, analisar de que forma os *media* influenciam a formação deste, e constatar a influência do mesmo na qualidade de vida dos cidadãos. No que concerne à criminalidade de massa, o objectivo passa por explicar o seu conceito, fazendo inclusive uma comparação com a criminalidade organizada. Importa referir que este último objectivo não visa explanar o crime em si, mas apenas fundamentar os indicadores utilizados, referindo apenas os crimes que se inserem na criminalidade de massa e que foram tidos em conta no estudo exploratório por nós realizado.

## **1.2. Sentimento de insegurança**

### **1.2.1. Conceito**

A temática da segurança é uma questão central no actual discurso político e social, o que se constata facilmente pelo destaque dado pelos *Media* a notícias relacionadas com a segurança, enfatizando os diversos factos criminais e adoptando muitas vezes uma postura sensacionalista que acaba por distorcer a realidade e despertar o sentimento de insegurança na população.

A importância que é dada à segurança justifica-se pelo facto de esta ser uma das mais importantes necessidades humanas, considerada inclusive como condição essencial para a vida em sociedade. Tal facto há muito que foi tido em conta por parte do poder governativo, tomando consciência de que o sentimento de insegurança numa comunidade impossibilita um bem-estar colectivo. A esse respeito, Rico e Salas referem que “Garantir a segurança dos membros de uma comunidade constitui a razão de ser, a justificação e inclusivamente a legitimação do poder exercido pelos governantes” (RICO e SALAS *cit. in* DIOGO, 2000, p.5).

Para salientar ainda mais a importância do conceito segurança, devemos ter em conta que a mesma está consagrada na CRP, no seu artigo 27º (Direito à Liberdade e à Segurança) como sendo um direito fundamental dos cidadãos, e ainda na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no seu artigo 3º. Segundo Oliveira Baracho, o Direito à

---

se sente e resulta da percepção que cada um tem sobre a criminalidade, traduzindo “a ideia de insegurança que se manifesta por sensações de angústia e medo” (OLIVEIRA, 2006: 57).

segurança implica essencialmente que o indivíduo esteja protegido contra a arbitrariedade em sua pessoa e seus bens (BARACHO *cit. In* DIOGO, 2000: 6).

Atendendo que estamos perante um direito pessoal, intimamente ligado à pessoa humana, é desta forma inerente ao mesmo, um dever geral de abstenção da prática de actos que coloquem em causa esse mesmo direito. Vieira de Andrade pronuncia-se sobre o assunto referindo que as normas que prevêem os DLG, onde se enquadra o direito à segurança, conferem poderes que permitem exigir da parte de outrem determinado comportamento, geralmente de abstenção (ANDRADE, 1983:205).

O mesmo autor refere ainda que esses direitos "são direitos cujo conteúdo é constitucionalmente determinável, e que não necessitam por isso, para valerem como direitos, de intervenção legislativa. Na falta de lei deve entender-se que o direito existe e vale plenamente" (ANDRADE, 1983:205).

Definir segurança não se afigura fácil, dada a pluralidade de conceitos existentes, muitos deles não consensuais. No entanto, de entre o vasto leque de conceitos de segurança, o que mais interessará conhecer no âmbito deste estudo é o conceito de segurança pública. Deste modo, entende-se por segurança pública "aquela situação social que se caracteriza por um clima de paz, convivência e de confiança mútua que permite e facilita aos cidadãos o livre e pacífico exercício dos seus direitos individuais, políticos e sociais, assim como o normal funcionamento das instituições públicas e privadas" (GONZÁLEZ *cit. In* OLIVEIRA, 2006: 54).

A partir do que foi referido anteriormente se depreende facilmente a necessidade de compreender e combater o fenómeno do sentimento de insegurança, uma vez que "real ou imaginário, em maior ou menor grau, é algo que afecta todos os cidadãos" (FERNANDES, 2006: 32). Comprova-se que actualmente há uma menor tolerância por parte da população em matéria de insegurança, justificada pela conquista do direito à segurança. A este propósito, Oliveira refere que este tipo de comportamento foi designado por Durkheim como síndrome da insatisfação relativa, que consiste numa relação inversamente proporcional em que quanto menor for a violência, maior será a intolerância em relação a essa, aumentando assim o sentimento de insegurança (OLIVEIRA, 2006: 59).

No que refere ao conceito de sentimento de insegurança propriamente dito, não existe nenhuma definição que se possa considerar como sendo a definição correcta, tal é a panóplia de definições existentes. Ainda assim, e mediante a necessidade de tomar uma posição sobre o referido assunto, optamos por estabelecer uma definição

personalizada, servindo-nos da extracção de ideias-chave provenientes da panóplia de bibliografia consultada, proporcionando assim uma conceptualização do sentimento de insegurança mais completa e fiável do nosso ponto de vista.

Deste modo, entendemos por sentimento de insegurança o conjunto de emoções despertadas no indivíduo, caracterizadas por um sentimento de perigo inerente a uma ameaça de dano físico, psicológico ou patrimonial, ao próprio ou a pessoas próximas, que por sua vez tem origem em diversos factores intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo, e também factores sociais, que contribuem para a forma como este percebe o ambiente em que se insere.

Na definição por nós dada pode-se estranhar a ausência de qualquer referência directa ao crime. Tal facto não se deve a lapso da nossa parte, mas sim ao facto de considerarmos a criminalidade como uma das variáveis potenciadoras do sentimento de insegurança, mas não a única como se verifica na expressão anglo-saxónica *fear of crime* (medo do crime).

Deste modo, torna-se necessário distinguir ambas as expressões<sup>2</sup>, sendo que enquanto o *fear of crime* diz respeito exclusivamente ao conjunto de emoções despertadas no indivíduo pelos factos criminais ou que tenham ligação com o crime, o sentimento de insegurança por sua vez, é referido por Leitão como sendo um conceito que abrange factores concretos de insegurança que não se baseiam apenas em factos criminais, mas também num conjunto de factores ambientais, culturais e sociais, que contribuem significativamente para a variação dos níveis do sentimento de insegurança (LEITÃO, 2000: 6).

A corroborar essa ideia, Moreira refere que “sentimento de insegurança e medo do crime são distintos, na medida em que o primeiro pode não resultar apenas da criminalidade mas de um conjunto de factores, como, por exemplo, as incivildades, e o segundo é uma emoção complexa e normal entre os Homens, que diz respeito principalmente aos crimes dos quais estes sentem que podem ser vítimas” (MOREIRA, 2008: 6).

Vários autores que se debruçam sobre este assunto afirmam que o sentimento de insegurança é um problema social autónomo em relação à criminalidade, embora também possa ser afectado por esta. Rico e Salas afirmam inclusivamente que se trata

---

<sup>2</sup> Apesar da necessidade de se distinguir as expressões “sentimento de insegurança” e “*fear of crime*” para se melhor compreender o sentimento de insegurança, limitamo-nos à mera distinção dos mesmos, não abordando o *fear of crime* pelo facto de o nosso trabalho assentar no objectivo operacional de redução do sentimento de insegurança.

de um sentimento de temor que se transformou “num fenómeno independente que já não precisa do delito como substrato. Hoje fala-se do medo do crime como uma entidade autónoma, uma ameaça em si” (RICO e SALAS *cit. in* DIOGO, 2000, p.5).

Para a elaboração de uma definição que nos afigurasse mais plausível, foram tidas em conta várias definições dos mais variados autores. A primeira que nos surge é a de Garofalo, que refere o sentimento de insegurança como “uma reacção emocional caracterizada pelo sentimento de perigo e ansiedade produzido pela ameaça de um dano físico (...) alimentada por certas fragilidades percebidas no ambiente, que se relacionam de alguma forma com o crime”(GAROFALO, 1981: 839).

Atendeu-se a Roché, que definiu sentimento de insegurança como um processo que submete a ordem social a uma grelha que proporciona uma leitura da sociedade, que surge como um conjunto de emoções cristalizadas sobre o crime e seus autores (ROCHÉ,1993:19). Mais tarde Ferraro viria a pronunciar-se sobre o sentimento de insegurança como sendo “uma reacção emocional de pavor ou ansiedade pelo cometimento de um crime ou por símbolos que a pessoa associa ao crime”, acrescentando ainda que para despertar tais emoções no indivíduo, é necessário que o mesmo reconheça um perigo potencial, real ou imaginário a determinada situação (FERRARO, 1995: 13).

Recorrendo a bibliografia nacional, Lourenço e Lisboa estabelecem também uma definição segundo a qual o sentimento de insegurança é “a expressão de uma representação social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais, isto é, ligadas à experiência do actor sobre a realidade vivida”. Acrescentam ainda que a cristalização do sentimento de insegurança no crime é facilitada pela sua própria natureza uma vez que o crime afecta o indivíduo no seu corpo (LOURENÇO E LISBOA, 1993: 57).

Nas definições apresentadas constatamos facilmente que o factor crime está sempre presente, assumindo o lugar de destaque de potenciador de sentimento de insegurança. Mas como assumimos na definição de sentimento de insegurança que elaborámos, o crime não se afigura como sendo o único elemento a ter em conta. Deste modo torna-se necessário compreender quais as razões, para além do factor crime, que estarão na origem do sentimento de insegurança.

Deste modo, analisando os pontos de vista de autores que se debruçaram sobre a matéria, identificámos três teorias que se destacam na fundamentação da origem do sentimento de insegurança, todas referenciadas por Oliveira. A primeira teoria assenta

essencialmente na ideia de que a insegurança estará associada à criminalidade. Segundo os seus defensores, o sentimento de insegurança só surge quando são praticados actos criminosos, pelo que defendem que a solução para esse problema deverá passar por um controlo social reforçado e menos condescendente, apostando-se fortemente na manutenção da ordem, em medidas penais mais rígidas e em políticas de tolerância zero, atingindo assim um extremismo securitário (WILSON, BRATTON, POLLARD, DIEU, *cit. In OLIVEIRA*, 2006: 57).

A segunda teoria é apelidada de tese construtivista, e sustenta-se na ideia de que o sentimento de insegurança é originado por actores sociais com o intuito de sustentar e legitimar a adopção de medidas de cariz repressivo. Dentro desse conjunto de actores, assumem especial preponderância os *media* e os órgãos políticos, mas são incluídos também nesse grupo as forças policiais, que se servem do alarme social que o sentimento de insegurança provoca na comunidade, para deste modo poder exigir mais recursos junto do poder político com o intuito de combater a criminalidade (CHESNAIS, COING & MEUNIER, FERNANDES, WACQUANT *cit. In OLIVEIRA*, 2006: 58).

A terceira teoria é a que nos parece mais concordante, acabando por ir de encontro ao que por nós foi dito na nossa definição de sentimento de insegurança. Os autores desta teoria, ao contrário da primeira, defendem que o sentimento de insegurança tem explicação não só na insegurança objectiva, mas também num conjunto de factores multiplicadores de insegurança (ROCHÉ, SKOGAN, ROBERT & POTTIER, LAGRANGE *cit. In OLIVEIRA*, 2006: 58). Esta ideia de que existem outros factores inerentes ao sentimento de insegurança vem atestar o que foi dito anteriormente na nossa definição, quando nos referimos a factores intrínsecos, extrínsecos e sociais.

Como forma de sustentar a teoria de que existem outros factores para além do crime, Roché criou o modelo *prexvu*, onde se constata a existência de três factores na origem do sentimento de insegurança: pressão, exposição e vulnerabilidade (ROCHÉ *cit. In OLIVEIRA*, 2006: 58). A pressão associa o sentimento de insegurança à criminalidade, uma vez que é a pressão que os delinquentes exercem através dos crimes e incivilidades junto da comunidade que a leva a sentir-se insegura. A exposição diz respeito à capacidade dos indivíduos reduzirem a sua exposição e de pessoas que lhes são próximas perante eventuais ameaças. A vulnerabilidade está relacionada com a falta de capacidade de se protegerem perante possíveis ameaças.

### **1.2.2. Factores do sentimento de insegurança**

Como já referimos, e sem menosprezar a importância do crime na construção do sentimento de insegurança, é necessário atendermos a outros factores aos quais este estará intimamente ligado. Lourenço e Lisboa corroboram esta ideia, referindo que é crucial aliarmos a criminalidade a outros factores para alcançarmos a origem do recrudescimento do sentimento de insegurança (LOURENÇO e LISBOA, 1991:55).

Assim, e antes de explorarmos os factores referidos anteriormente, é necessário atender que o sentimento de insegurança engloba duas vertentes, podendo este ser individual ou social.

Quando nos referimos ao sentimento de insegurança individual, temos que perceber que este engloba factores individuais intrínsecos e factores individuais extrínsecos. Relativamente aos primeiros, estes dizem respeito ao indivíduo em si e às suas características inatas. Já os factores extrínsecos são externos ao indivíduo mas estão conectados a este através do meio que o envolve, condicionando deste modo o próprio indivíduo. Quanto aos factores sociais, estes estão associados à vida em sociedade na qual o indivíduo se insere, que o constrange e condiciona com as suas constantes mutações.

Abordando mais pormenorizadamente os diversos factores, realçamos dentro dos individuais intrínsecos factores como o género, idade, grupo socio-económico e socialização. No que concerne ao género, este apresenta-se como sendo um dos factores mais influentes no que à construção do sentimento de insegurança diz respeito. A explicação para tal reside na consciência por parte do género feminino de que, anatomicamente falando, não se afiguram como tendo a mesma capacidade de autoprotecção que o género masculino, o que aliado a um sentimento de especial vulnerabilidade perante crimes de natureza sexual, contribui para que este registe níveis de insegurança superiores ao género masculino.

A idade é outro factor extremamente influenciador do sentimento de insegurança, e que será fortemente tido em conta no nosso estudo uma vez que são os idosos o grupo etário que regista maiores índices de insegurança. A idade avançada confere-lhes maiores fragilidades tanto a nível físico como psicológico, o que se traduz posteriormente num sentimento de vulnerabilidade. Tal facto é também constatado por Valério que refere que os próprios percebem a sua especial vulnerabilidade (VALÉRIO, 2007: 6). Como agravantes temos ainda o facto de se verificar dentro deste grupo etário elevados valores



de analfabetismo, e a solidão a que muitos estão sujeitos que os deixa inseguros mesmo em casa.

Por fim, os grupos socioeconómicos e a socialização que estão intimamente ligados já que os diferentes grupos sociais condicionam o modo como os seus membros interagem em sociedade.

Dentro dos diversos grupos socioeconómicos é facilmente perceptível que o sentimento de insegurança está menos presente junto das pessoas com uma classe social mais elevada, uma vez que estas têm um maior poderio financeiro, que lhes permite adoptar medidas preventivas para fazer face a possíveis vulnerabilidades (como instalar alarmes, câmaras de videovigilância, portas blindadas, entre outras...). No sentido oposto, os indivíduos de classes sociais mais baixas, para além de não terem meios financeiros que lhes permitam tomar determinadas medidas preventivas, também apresentam menores índices de instrução, o que contribui significativamente para a construção do sentimento de insegurança uma vez que não conseguem descortinar a existência de formas de combate aos factores propiciadores da insegurança. Valério suporta esta ideia dizendo que quando nos referimos a alguma classe social superior, “menor é o sentimento de insegurança dos mesmos, motivado pela capacidade de terem mais formas de protecção” (VALÉRIO, 2007: 6).

Já no que concerne à socialização, a mesma abrange um conjunto de factores externos que influenciam a personalidade do sujeito, moldando-o consoante as exigências da sociedade, induzindo-o e adaptando-o a determinados tipos de comportamentos numa óptica de interacção social. De entre os vários factores inerentes à socialização, destacam-se entre outros o seio familiar (primeiro factor influenciador da personalidade do indivíduo), a escola, as amizades criadas ao longo da vida, a religião e os *media*. Todos estes factores irão influenciar o pensamento do sujeito segundo determinados padrões culturais, consistindo estes essencialmente num acordo consciente de valores ou sentimentos por parte das pessoas, e induzir as suas acções a modelos de comportamento, ou seja, determinados pensamentos ou acções que se verificam regularmente por parte de muitas pessoas e com determinado significado social (GUINOTE, 2006: 40),

Relativamente aos factores individuais extrínsecos, salientamos dois que nos parecem afectar significativamente a construção do sentimento de insegurança: as incividades e o local de habitação.

No que concerne às incivildades, estas constituem-se pelos comportamentos considerados desviantes, e pelos sinais de desordem e deterioração, que alertam os moradores e transeuntes para uma eventual falência do controlo estadual e social em determinadas zonas que serão consideradas problemáticas e potencialmente ameaçadoras. São comportamentos que não são punidos criminalmente devido à sua menor censurabilidade, mas que produzem efeitos ao ponto de afectar a vida em comunidade, sendo alvo de forte censura social e eventualmente até punidos enquanto contra-ordenações. Estas ditas incivildades acabam por influenciar a qualidade de vida dos cidadãos, e são inclusive apontadas por Oliveira como “outra explicação para o aumento do crime e do sentimento de insegurança”, referindo ainda que “não são tanto os factores sociais e económicos como explicação para o crime, mas as pequenas desordens, as denominadas incivildades que, segundo alguns estudos empíricos, estão na origem de formas de crime mais grave” (OLIVEIRA, 2006: 66).

Dentro das referidas incivildades, podemos diferenciá-las entre as sociais e as físicas. Por incivildades sociais, entendemos o conjunto de comportamentos desviantes fortemente reprimidos e condenados socialmente pela comunidade, que não compactua com atitudes que colocam em causa os valores morais e ideológicos. Assim inclui-se dentro desta variante de incivildades pessoas ligadas à prostituição, toxicodependência, e ainda ao vandalismo. Relativamente a estes, Guinote refere que “tais comportamentos são interpretados pelo cidadão comum como atentatórios à vivência em sociedade” (GUINOTE, 2006: 42) Já as incivildades físicas estão ligadas a questões infra-estruturais, ou seja, à forma como toda a componente arquitectónica se encontra e como está disposta, e podem representar-se através de grafittis ilegais, prédios abandonados e/ou danificados, falta de iluminação e de condições de higiene. Fernandes salienta que “está também hoje bem demonstrado que os sinais de desordem nos locais que frequentamos, como equipamentos vandalizados, estruturas físicas em más condições, má iluminação nocturna, (...) alimentam o sentimento de insegurança” (FERNANDES, 2008).

Todos estes comportamentos incivilizados levam a um despertar de reacções defensivas por parte do cidadão comum, que munido de um sentimento de desconfiança e receio, acabará por adoptar comportamentos que vão contra às suas rotinas habituais, deixando de frequentar determinados espaços, adoptando medidas de protecção excessivas, alterando os seus percursos para outros que considere como sendo mais seguros, isolando-se em casa em detrimento da convivência social e eventualmente até

abandonando de vez o seu bairro, em busca de uma zona habitacional mais segura, entregando um espaço que em tempos considerou seu aos recém-chegados responsáveis por todo este processo. Guinote refere-se a estes espaços como os “territórios de medo” (GUINOTE, 2006: 42).

Para finalizar a abordagem às incivildades, devemos também ter em conta o efeito das mesmas sobre indivíduos que já tenham sido vítimas de algum tipo de crime. O efeito da vitimização leva a um despertar de emoções no indivíduo que acabará por associar as diversas incivildades que presencia ao crime de que foi alvo, atrasando assim o seu processo de recuperação uma vez que viverá sobressaltado pelos cenários de insegurança que vai construindo, mantendo permanente o receio de nova vitimização, podendo ainda construir cenários de insegurança bem mais gravosos e que porventura serão até dificilmente concretizáveis. Esta análise às incivildades evidencia a estreita relação que existe entre as mesmas e o sentimento de insegurança, levando-nos a crer que é necessário agir de forma célere sobre estas de forma a minimizar o seu impacto no cidadão.

O outro factor individual extrínseco que salientámos é o local de habitação. Este, por ser o espaço onde o cidadão comum despende mais tempo, junto de familiares e conhecidos ou mesmo sozinho, e onde guarda a generalidade dos seus bens materiais, acaba por influenciar de alguma forma o sentimento de insegurança deste. Nesta linha, Guinote refere três formas distintas de o local de habitação poder influenciar o indivíduo: o tipo de edifício, que quanto mais consistente maior será a segurança sentida pelo indivíduo; a homogeneidade ou heterogeneidade em termos de idades por parte dos moradores, conferindo uma maior segurança quando a homogeneidade é maior; e o tamanho da cidade, que engloba o sentimento de anonimato e a gestão de espaços envolventes (GUINOTE, 2006: 41).

O anonimato anteriormente referido assume especial importância em matéria de idosos, uma vez que estes se sentem mais seguros num meio rural onde conhecem a maior parte dos habitantes do que num meio urbano, onde por vezes nem os próprios vizinhos se conhecem. A ausência de relações leva inclusive a um desgaste emocional por parte do indivíduo que se sente sozinho e sem ninguém que o possa auxiliar nas mais diversas questões, onde se destaca a sua segurança, elevando assim o seu sentimento de vulnerabilidade. Além do mais, esse anonimato possibilita também um maior encobrimento criminal, uma vez que se afigura mais difícil a detecção e

identificação dos autores dos crimes, podendo ainda originar nestes um sentimento de impunidade (COSTA, 2002: 19).

Já a gestão dos espaços envolventes leva-nos a uma ideia já levantada aquando da nossa abordagem às incivildades, de que quando o espaço dos moradores é progressivamente ocupado por outros indivíduos com ideologias e formas de estar que vão contra às suas, os moradores, sentindo-se ameaçados, acabam por ceder esses espaços, procurando refugiar-se nas suas habitações ou procurando mesmo outros locais de habitação.

Perante o que foi dito, podemos facilmente confirmar as palavras de Lourenço quando este refere que o espaço urbano é o local que por inerência oferece condições privilegiadas para o desenvolvimento de sentimentos de insegurança, em contraposição ao espaço rural, (LOURENÇO *cit. in* LEAL, 2011: 11).

Hoje, quando falamos em crime, este está normalmente associado a um problema localizado nos espaços urbanos. O grande espaço urbano é percebido como um elemento propiciador de práticas marginais, o que contribui significativamente para o aumento do sentimento de insegurança existente nas sociedades. A este propósito Oliveira refere a “existência de uma forte relação entre criminalidade e crescimento urbano, sendo que, quanto maior é o aglomerado populacional, maior é o número de ocorrências criminais” (OLIVEIRA, 2006: 65). Fernandes corrobora essa ideia dizendo que, “a criminalidade e as incivildades de que se alimenta o sentimento de insegurança são, até certo ponto, fenómenos naturais dos grandes espaços urbanos” (FERNANDES *cit. in* FERNANDES, 2009: 13).

Analizados os factores individuais, tanto intrínsecos como extrínsecos, eis chegada a altura de nos pronunciarmos sobre os factores sociais. Dentro destes, iremos abordar factores como a interacção com o crime, as experiências de vitimações, a actuação policial e o isolamento. Poderíamos abordar um quinto factor que também consideramos importante, a influência dos *media*, mas a existência de uma secção *a posteriori* que irá abordar essa mesma questão leva-nos a abdicar dessa abordagem nesta mesma secção.

Começando pela interacção social com o crime, esta contempla em primeira instância o conhecimento que o indivíduo tem do crime que vai de uma ideia já pré-concebida por si, designada por realidade já conhecida, à junção do conhecimento que vai obtendo, seja através de relatos de desconhecidos, de alguém próximo que já foi alvo de vitimização, ou ate mesmo da própria experiência pessoal de vitimização. É essa

permanente interacção da realidade já conhecida com as percepções obtidas que potencia o sentimento de insegurança, criando sentimentos de incerteza, vulnerabilidade e insegurança, através de uma realidade que o indivíduo vai construindo, totalmente subjectiva e extremamente emocional. Essa imagem criada pelo indivíduo é exclusiva do mesmo, pois cada indivíduo vai construindo a sua, tendo por base experiências diferentes entre si, e tratando a informação recebida de forma pessoal, sendo que cada indivíduo tem a sua própria interpretação e análise dos mais variados factos.

A informação obtida pelos indivíduos para a construção da sua imagem tem por base duas fontes: o meio envolvente, que constitui uma fonte directa uma vez que não há qualquer interferência entre a informação e o receptor, dependendo unicamente do contacto deste com o meio que o envolve, e para o qual contribui os factores extrínsecos já referidos (as experiências de vitimização são um bom exemplo disso); e as fontes de informação indirectas, onde se presencia a existência de intermediários entre a informação e o indivíduo, baseando-se o indivíduo nas opiniões e informações de outrem, podendo as mesmas ser obtidas através do relacionamento social ou pelos meios de comunicação.

O factor que se segue é a experiência de vitimização, que se apresenta como uma variável dicotómica. Por um lado, a experiência pessoal de ter sido vítima ou mesmo o conhecimento de uma pessoa próxima que o tenha sido, pode levar a uma consolidação do sentimento de insegurança, sendo o seu nível variável consoante o número de vitimações, o tipo de vitimização e a recuperação pós-vitimização. Nos idosos por exemplo, o conhecimento de que outros idosos terão sido alvo de determinados crimes contribui significativamente para o seu sentimento de vulnerabilidade, incrementando assim o seu sentimento de insegurança, pois sentem que devido às suas características poderão facilmente ser alvos de iguais ilícitos criminais. Além do mais, a sua capacidade de recuperação perante uma experiência de vitimização é bastante reduzida, podendo acarretar sérios riscos de saúde, tanto a nível físico como psicológico.

A outra variável deste factor, prende-se com o facto de que por vezes a experiência de vitimização pode ter um efeito contrário ao referido no parágrafo anterior, podendo inclusive ser potenciadora da redução do sentimento de insegurança. Tal deve-se ao facto de a vítima encarar a sua experiência como sendo algo com efeitos menos negativos do que teria imaginado nas suas construções mentais do crime, por não ter resultado danos de maior. Assim há menor receio em relação a algo que já viveu e superou, uma vez que “é mais assustador temer o desconhecido” (GUINOTE, 2006: 45).

No que concerne à actuação policial, esta encontra-se intimamente ligada ao sentimento de insegurança atendendo a que a ausência de confiança por parte dos cidadãos nas forças policiais induz os mesmos a um estado de permanente desconfiança e leva-os a sentirem-se inseguros, uma vez que no seu entender a Polícia não terá capacidade para resolver os seus problemas. Neste sentido, a avaliação que o cidadão faz da actuação policial revela-se fulcral para este se sentir seguro ou inseguro. Havendo confiança nas forças policiais para a resolução dos seus problemas, independentemente de serem criminais ou não, haverá também uma maior predisposição para colaborar com essas forças, e consequentemente o cidadão sentir-se-á mais confortável para contactar a Polícia quando necessitar, sentindo-se assim mais seguro por ter a noção de que tem o apoio policial para a resolução dos seus problemas.

A ligação entre a actuação policial enquanto factor social e o sentimento de insegurança leva-nos a constatar que os Programas Especiais podem assumir maior importância pelo facto de se centrarem na resolução de problemas dos grupos de risco, indo de encontro ao pretendido pelos cidadãos, e conferindo-lhes assim uma perspectiva favorável do trabalho policial, sentindo estes que a Polícia se interessa pelo seu bem-estar.

O factor social que se segue é o isolamento. A este factor não é alheio o sentimento de anonimato inerente à vida urbana, já anteriormente referido, uma vez que o mesmo induz ao isolamento. Esse isolamento aumenta o sentimento de vulnerabilidade do indivíduo, uma vez que este sente-se incapaz de enfrentar os diversos perigos que o rodeiam sozinho, e não tendo a quem socorrer o seu sentimento de insegurança aumenta.

Podemos ainda analisar duas vertentes da relação entre o isolamento e o sentimento de insegurança, distinguindo entre isolamento voluntário e involuntário. No isolamento voluntário, o indivíduo opta por isolar-se por considerar que é a melhor forma de evitar ser alvo de crimes, sentindo-se assim mais seguro. Deste modo, em vez de participar em actividades sociais, e interagir e criar laços com outros indivíduos, opta por manter-se resguardado em casa, convicto de que estará seguro e menos vulnerável a eventuais perigos. Já no que concerne ao isolamento involuntário, este só sucede quando o indivíduo não o consegue evitar, por motivos que não consegue controlar, como sucede em situações de doença, principalmente nos idosos, que o impossibilitam de manter o contacto social. Esse isolamento vai contra a sua vontade, uma vez que o

indivíduo entende que mantendo a proximidade com outros indivíduos estará menos vulnerável, e consequentemente mais seguro.

Atendendo aos problemas que o isolamento poderá acarretar, dever-se-á fomentar formas de apoio a esses indivíduos, principalmente no que concerne aos idosos, uma vez que são estes que apresentam maiores índices de isolamento, seja por não terem mais ninguém em quem se apoiar, seja por doença ou até mera opção, numa fase de completo desprezo pela sua vida que considera em pleno declínio. Neste sentido podemos enquadrar o Programa Especial Apoio 65, cujos elementos afectos ao programa procuram identificar e sinalizar casos de risco, providenciando de seguida o apoio necessário ao idoso, procurando a melhoria de qualidade de vida do mesmo numa fase complicada da sua vida.

### **1.2.3. Influência dos *media* no sentimento de insegurança**

Quando abordámos os factores sociais enquanto influenciadores do sentimento de insegurança, referimos que também os *media* se assumiam enquanto factor preponderante nessa matéria. A capacidade que estes têm actualmente de fazer chegar informação a grande parte da população, concede-lhes um enorme poder influenciador devido à autonomia que possuem para transmitir a informação que desejam ao cidadão. O facto de serem a maior fonte de informação do cidadão comum, permite-lhes moldar opiniões e ideias com maior facilidade que as fontes de informação directas.

É sabido que os intentos dos *media* residem essencialmente no lucro, e como tal, há a necessidade por parte destes de providenciarem para que a informação que disponibilizam chegue ao maior número de pessoas possível, atraindo a sua atenção, de modo a elevar o mais possível os lucros. Tendo isso em conta, não é de estranhar que a informação que estes disponibilizam não é mais do que aquela que os directores das respectivas instituições consideram ser digna de notícia, ao ponto de despertarem o interesse do cidadão nas mesmas. Para tal são seleccionados acontecimentos atípicos e apresentados de forma estereotipada, criando por vezes notícias onde elas não existem.

Exemplo do que foi dito é a forma como são divulgados os dados estatísticos fornecidos por parte das forças de segurança, procurando transmitir a informação de forma chocante eventuais alterações que na realidade não são significativas (GUINOTE, 2006: 44). Nesta linha de pensamento, Rock já havia referido que os *media* contribuem para “uma consciência pública do crime baseada em fundamentos ricos em informação, mas pobres em conhecimento” (ROCK *cit. in* MACHADO, 2004: 110).

A violência é um assunto muito debatido, que consegue inclusive ocupar os destaques da actualidade. A importância que lhe é conferida pelos diversos órgãos informativos, políticos, e essencialmente pelo cidadão comum, leva a que os cidadãos se pronunciem e debatam o tema, emitindo as suas opiniões sobre o mesmo. Tal interesse por parte da população induz os *media* a concentrarem ainda mais o seu trabalho neste tema, incidindo especialmente na criminalidade mais violenta, que acaba no entanto por ser a que representa menor peso nas estatísticas oficiais. Esse centrar de atenções na violência, do qual decorre uma repetição constante de notícias consideradas alarmantes pelo cidadão comum, acaba por conferir maior sentimento de vulnerabilidade ao cidadão, induzindo assim o sentimento de insegurança ao mesmo.

Leitão aborda o efeito dos *media* no sentimento de insegurança dos indivíduos, referindo que o mesmo tem lugar devido ao facto destes dependerem desses meios de comunicação para conseguirem suprimir a necessidade de esclarecer as diversas experiencias vivenciadas, influenciando assim a forma como estes organizam a imagem pessoal do ambiente envolvente. O autor aborda ainda essa relação, dizendo que a mesma não se produz de uma forma linear entre notícias e comportamentos, mas sim através da acumulação contínua e sistemática de conteúdos noticiosos que são interpretados como ameaçadores e potenciadores de insegurança (LEITÃO, 2000: 9).

Ao abordarmos o sentimento de insegurança e a sua ligação com os *media*, referindo-nos assim à informação em *segunda mão*, não podemos descurar uma outra vertente desse tipo de informação que é o rumor. Este não é mais do que uma especulação sobre determinado acontecimento, à qual se procura atribuir um grau de veracidade suficientemente credível. O mesmo nasce da necessidade que o cidadão tem de compreender determinados acontecimentos com elevada importância para a vida em sociedade e que cujas natureza e consequências do mesmo não está totalmente clarificada. Guinote refere que o rumor permite, através da especulação, criar cenários alternativos com maior ou menor detalhe, tornando-se dessa forma apelativa a sua utilização como forma de desencadear comunicação entre a generalidade dos indivíduos (GUINOTE, 2006: 44). Costa entende que o rumor não tem como função transmitir conhecimentos ou ensinamentos, mas sim emitir um estado social de crise do qual os indivíduos pretendem sair, tendo por função dar respostas de forma a apaziguar e dar a ilusão de uma actuação sobre o problema de forma directa (COSTA, 2002: 25). Desta forma, pode ter não só uma componente perniciosa, mas também tranquilizadora.



É nossa convicção de que o rumor, ainda que possa ser tendencialmente positivo e tranquilizador, deverá ser combatido em prol da verdade, tendo em vista uma percepção realista da actualidade. Em matéria de segurança é necessário que os cidadãos tenham consciência do que efectivamente acontece, livres de ilusões, para que possam melhor compreender o contexto social no qual estão inseridos. Para tal, é necessário que os mesmos obtenham a informação através de uma fonte primária, livres de quaisquer influências de terceiros que possam eventualmente desvirtuá-la. No entanto tal procedimento não se afigura fácil atendendo que a capacidade do destinatário de receber a informação é altamente influenciadora, podendo em função de uma menor instrução ou difíceis acessos à informação, não conseguir distinguir o que será ou não informação fidedigna, aceitando a informação que lhes é apresentada como verdadeira.

Ainda no âmbito da relação dos *media* com os indivíduos, existem diversas teorias que procuram explicar essa mesma relação, sendo que iremos abordar sucintamente aquelas que consideramos mais pertinentes.

A primeira teoria é a “teoria da agulha hipodérmica”, criada por Harold Lasswell, e que tem como ideia principal a capacidade de os *media* conseguirem induzir determinados comportamentos aos indivíduos, condicionando-os e influenciando-os, utilizando a dependência destes em relação aos *media* enquanto elemento socializador, levando a que recebam os seus conteúdos sem que haja uma filtragem de informação, acatando tudo o que lhes é chegado (LEITÃO 2000: 8).

Seguidamente abordamos a “teoria dos efeitos limitados”, que segundo Ferreira, demonstra que os *media* não têm um poder ilimitado sobre a audiência, sendo apenas mais um instrumento de persuasão e consequente controlo social como muitos outros (escola, família,...) (FERREIRA, 2010: 20). Esta ideia é partilhada por Saperas, que entende que o poder dos *media*, quando comparado com outras fontes de influência como a influência pessoal, é muito limitado (SAPERAS *cit. in* FERREIRA, 2010: 21).

A “teoria da espiral do silêncio”, defendida por Noelle-Neumann, defende que existe uma tendência por parte dos indivíduos em concordar com a posição dominante, motivados por uma necessidade de socialização e de receio de exclusão social caso expressem opiniões contrárias à maioria (NOELLE-NEUMANN *cit. in* LEITÃO, 2000: 8). O facto de os *media* serem considerado posição dominante no que em matéria de informação diz respeito, leva a que os indivíduos aceitem e partilhem essa informação, evitando assim uma posição minoritária que lhes poderia trazer dissabores podendo mesmo levá-los a serem marginalizados pela maioria.

A “teoria da cultura” realça o papel da televisão enquanto elemento influenciador dos *media*, e os efeitos que a mesma desencadeia na população através das mensagens que divulga. Gerbner defende que os espectadores que vêem muita televisão tendem a criar uma imagem da sociedade de acordo com a informação que recebem da televisão, ou seja, uma imagem agressiva e perigosa, com elevados níveis de criminalidade violenta, o que não corresponde à realidade (GERBNER *cit. in* LEITÃO, 2000: 8). Assim os indivíduos elevam o seu sentimento de insegurança e adoptam uma atitude pessimista perante a sociedade.

Por último, temos a “teoria do agenda-setting” que defende a influência do *media* não na forma de pensar, mas no seu conteúdo, assumindo assim um poder indirecto sobre os indivíduos. Cohen realça isso mesmo, e defende ainda uma abordagem que denominou de “pânico moral”, segundo a qual o relatar exaustivo de determinado acontecimento contribui para que este se instale de uma forma contínua na mente do indivíduo, despoletando no mesmo sentimentos de medo, pânico e receio (COHEN *cit. in* FERREIRA, 2010: 22).

Depreende-se assim que os *media* detêm enorme influência junto do indivíduo e na formulação do seu sentimento de insegurança, assumindo ainda elevada importância no que à definição das preocupações públicas diz respeito, levando os indivíduos a debaterem-se sobre os assuntos que vão sendo explorados pelos *media*.

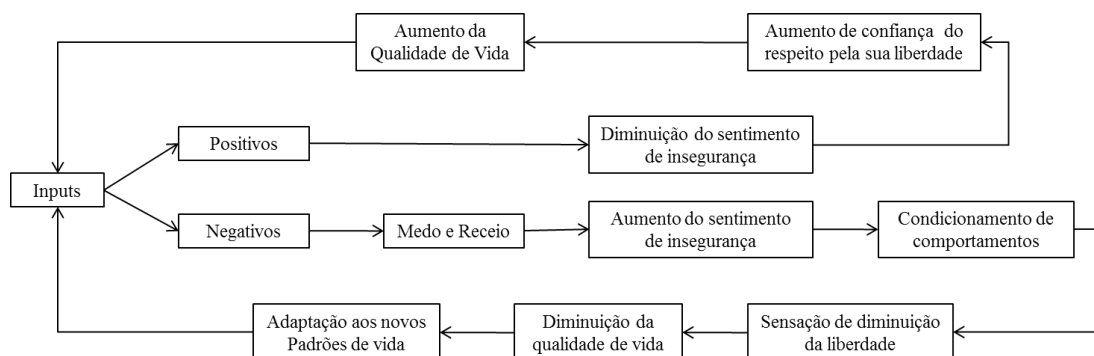
#### **1.2.4. Influência do sentimento de insegurança na qualidade de vida**

Ao longo deste subcapítulo é-nos perceptível o quão influente é o sentimento de insegurança no dia-a-dia dos cidadãos. Mediante essa constatação, torna-se pertinente avaliar as influências desse sentimento na qualidade de vida dos mesmos.

Primeiramente é necessário atender que essa noção de qualidade de vida é altamente subjectiva, pois as condições que alguns cidadãos consideram necessárias para se ter uma boa qualidade de vida podem não ser idênticas em contextos sociais diferentes. No entanto, esta é influenciada por diversos factores, como os económicos, sociais, ambientais, culturais, religiosos, emocionais, políticos, entre tantos outros. Mas apesar de toda essa panóplia, o factor segurança assume especial preponderância nessa qualidade de vida, pois constitui uma necessidade primordial do ser humano, e condição essencial para a vida em sociedade.

Como já vimos anteriormente, o sentimento de segurança/insegurança é condicionado por diversos factores. Esses factores acabam por fornecer ao cidadão determinados *inputs*, que mediante o seu carácter negativo ou positivo, aumentam ou

diminuem o sentimento de insegurança do cidadão. Entenda-se por *inputs* a recepção de informação, que influenciam a concepção de perspectivas sobre determinado tema. A seguinte figura permite uma melhor percepção de como se processa este ciclo:



**Figura 1 – Ciclo das alterações da qualidade de vida em relação à alteração do sentimento de insegurança (Fonte: GUINOTE, 2006: 54).**

Analisando a figura anterior, podemos constatar que quando o cidadão recebe *inputs* positivos, este constrói uma realidade mental mais segura do seu contexto social, contribuindo assim para a redução do seu sentimento de insegurança, e para o aumento do seu sentimento de liberdade, por considerar que haverá um maior respeito por parte de outrem pelos seus DLG. Assim, haverá por parte do cidadão um aumento da sua qualidade de vida, e correspondente satisfação pessoal, o que se afigura como uma necessidade básica do ser humano.

Quando os *inputs* recebidos são negativos, e estão carregados de informação que transmitem insegurança ao cidadão, como por exemplo notícias de aumento da criminalidade ou de crimes violentos que vitimaram pessoas próximas, este vê-se envolvido por sentimentos de medo e receio, e como consequência vê aumentado o seu sentimento de insegurança. Esse aumento irá condicionar os comportamentos do indivíduo, alterando o seu modo de vida e levando-o a adoptar atitudes que normalmente não teria, ou pelo contrário, a deixar de fazer determinadas actividades que fariam parte da sua rotina diária, como deixar de frequentar determinados espaços públicos ou evitar sair à noite. Deste modo o indivíduo vê reduzida a sua liberdade pessoal, sentindo-se privado de realizar determinadas actividades, em prol da sua segurança, que contribuiriam para aquilo que o mesmo considera ser para si qualidade de vida.

Uma vez impossibilitado de concretizar determinadas acções e de ter a qualidade de vida que desejaria, o indivíduo vê-se assim obrigado a mudar o seu estilo de vida de alguma forma, para deste modo se poder sentir realizado a nível pessoal e para não viver

restringido a um sentimento de medo permanente e de frustrações, adaptando-se assim a novos padrões de vida.

Em consonância com o que foi dito, também outros autores realçam a influência do sentimento de insegurança na qualidade de vida. Yin defende que essa influência está especialmente patente nos grupos considerados de risco, como são os jovens e os idosos (YIN, 1980: 501). O mesmo autor refere que os sentimentos de receio e insegurança induzem ao desprezo do sentido comunitário, um componente essencial da qualidade de vida. Esse sentimento de pertença onde reina um espírito de apoio e auxílio mútuos está na base do controlo informal da sociedade, importante complemento ao trabalho desenvolvido pelas forças policiais. Quando este não existe, apenas a Polícia poderá garantir a segurança dos cidadãos, sendo que o seu trabalho não é totalmente eficaz, ainda que a mesma procure inovar e melhorar as suas prestações constantemente, deparando-se sempre com novas dificuldades.

Para realçar a relação existente entre o sentimento de insegurança e a qualidade de vida, Costa serve-se das ideias de Hale, enunciando as seis áreas mais importantes na qualidade de vida de uma comunidade que são afectadas: o espírito da comunidade que é destruído, impossibilitando um ambiente saudável e levando a que algumas áreas públicas sejam vistas como sendo perigosas, deixando assim de ser frequentadas; a mudança de comportamentos dos cidadãos traduzidos na tomada de medidas proactivas com o intuito de se protegerem, levando inclusive a que por vezes se opte por mudar de local de residência; o medo do crime leva à criação de estereótipos, não só contra quem pratica actos criminosos, mas também contra pessoas com características especiais, que as distanciam do cidadão comum, como por exemplo pessoas que apresentem altos índices de pobreza ou toxicodependência, levando à sua discriminação em vez de se procurar meios para resolver tais problemas; a confiança do cidadão na polícia e nas autoridades judiciais que é comprometida, levando o cidadão a pensar que a justiça só poderá ser alcançada quando desenvolvida pelas próprias mãos; o efeito psicológico que o sentimento de insegurança tem nas pessoas, comprometendo a sua saúde mental; a mudança de hábitos e de estilo de vida que esse sentimento de insegurança incita (HALE *cit. in* COSTA, 2002: 10).

Do que foi enunciado anteriormente, facilmente se depreende a necessidade de existir no cidadão um sentimento de segurança, para que este possa ter uma qualidade de vida que lhe permita viver em comunidade sem receio ou necessidade de tomar

atitudes contrárias às desejadas por este, com o conforto necessário para a preservação da sua saúde psicológica.

### **1.3. Criminalidade de massa**

Após a abordagem à questão do sentimento de insegurança, componente presente num dos objectivos operacionais, torna-se necessário abordar um outro conceito, presente também nesses objectivos, que é a criminalidade de massa, conhecida também como criminalidade de rua, como constatado no segundo objectivo operacional da Directiva Estratégica n.º 10/2006.

A definição da criminalidade de massa justifica-se pelo facto do tipo de crimes estudados nesta investigação se inserir neste tipo de criminalidade, como são exemplos o roubo por esticção, furto por carteirista, ou ofensas à integridade física. Desta forma não se irá abordar extensivamente o conceito, servindo apenas de fundamentação dos indicadores deste estudo<sup>3</sup>.

Desta forma, e com o intuito de se compreender melhor esse conceito, entendemos por bem fazer a distinção entre a criminalidade de massa e a criminalidade organizada. No entanto importa realçar mais uma vez que este subcapítulo não tem por objectivo estudar e analisar o crime, mas sim fundamentar os indicadores utilizados no nosso estudo, ficando então essa análise para uma futura reflexão. Não obstante, deixaremos uma sucinta abordagem à noção de crime, entendendo o mesmo como todo o comportamento que a lei criminal tipifica como tal. A corroborar esta ideia, Barra da Costa e Soares referem que uma “conduta torna-se criminosa quando recebe o estigma penal, isto é, quando se comina com uma pena” (BARRA da COSTA e SOARES, *cit. in* GRAÇA, 2007: 11). No entanto, a actividade tida como criminosa deve corresponder aos sentimentos e aos interesses de toda a colectividade, sendo este o ponto de partida para o combate à criminalidade (ANDRADE e DIAS, 1997: 67).

Tendo em conta o que foi dito, facilmente depreendemos que o crime é um fenómeno algo subjectivo quando comparado nas diversas sociedades, uma vez que depende do contexto social, cultural e político, pois o que é considerado crime numa sociedade, poderá não o ser noutra sociedade distinta. Clemente aborda o assunto dizendo que “o crime é um fenómeno endógeno na sociedade, porquanto, não há crime sem sociedade, nem sequer sociedade sem crime” (CLEMENTE, 2000: 60). Aliado a isso, há o facto de o crime não reunir uma definição concreta e irrefutável entre as várias

---

<sup>3</sup> Vide crimes abordados no subcapítulo 3.3 “Análise da evolução criminal”.

ciências que o estudam, como o Direito, a Criminologia, a Sociologia e até mesmo a Psicologia.

### **1.3.1. Criminalidade de massa Vs criminalidade organizada**

Começando por analisar o conceito de criminalidade de massa, uma vez que é aquele que mais interessa no âmbito desta dissertação e apresenta maior consenso no que concerne à sua definição, podemos encontrar o mesmo explanado em diversos documentos oficiais nacionais e internacionais, como o Relatório Anual de 2004 da PSP, ou a comunicação da Comissão das Comunidades Europeias ao Conselho e ao Parlamento Europeu no âmbito da Prevenção da Criminalidade da União Europeia. Esta Comissão entendeu que se deveria definir a criminalidade não organizada como criminalidade de massa, atendendo a que esta engloba os diversos crimes que são cometidos com maior frequência e nos quais as vítimas são facilmente identificáveis.

Guinote refere-se à mesma dizendo que esta abrange na sua maioria a pequena criminalidade, onde se inclui crimes como furto, roubo, ofensas à integridade física, dano, ameaça, e violência doméstica, entre outros. Refere ainda que esta é menos mediática que a criminalidade organizada, devido ao carácter desconexo com que os seus actos são realizados, tanto em termos de tipificação criminal como em termos geográficos, bem como pela ausência de uma estrutura organizada e hierarquizada (GUINOTE, 2009: 126).

Actualmente existe o consenso de que este tipo de criminalidade é o que mais afecta o cidadão, gerando incómodo no mesmo, condicionando a sua qualidade de vida e aumentando o seu sentimento de insegurança. Como são crimes onde as repercussões sentidas se registam principalmente a nível individual, tornando fácil a identificação das vítimas e o estabelecimento de padrões de vitimização, há como resultado um consequente exponenciar do índice de insegurança. A este propósito, Hassemer refere que “ as contínuas vivências e descrições da criminalidade de massa condimentam um clima generalizado de medo do crime” (HASSEMER, 1995: 92).

A prevenção deste tipo de criminalidade é importante não só para alcançar uma diminuição do sentimento de insegurança, mas também porque este tipo de criminalidade constitui o ponto de partida para os jovens delinquentes começarem a praticar um tipo de criminalidade mais gravosa, podendo inclusive entrar no mundo do crime organizado. Deste modo, prevenindo-se a criminalidade de massa previne-se também a criminalidade organizada.

Abordando agora a criminalidade organizada, esta distingue-se desde logo da criminalidade de massa por pressupor a existência de uma estrutura organizada e devidamente hierarquizada. Ao contrário da criminalidade de massa, este tipo de criminalidade não é aleatória e ocasional, havendo uma continuação sistemática da actividade criminosa.

Para melhor se compreender este tipo de criminalidade, atenda-se às definições elaboradas por organizações internacionais como o FBI ou INTERPOL.

No que concerne ao FBI, o mesmo entende que para se falar de crime organizado é necessário que exista num grupo (três pessoas ou mais) uma estrutura organizacional, cujo objectivo primordial seja a obtenção de dinheiro através de actividades ilegais. Para o efeito recorrem a violência e ameaças, à corrupção de funcionários públicos e à extorsão, resultando isso num impacto significativo sobre as pessoas, tanto a nível local, como regional e mesmo a nível nacional.

Esta definição é partilhada pela INTERPOL, que destaca alguns crimes ligados ao crime organizado como o tráfico humano, produtos ilícitos, armas e drogas, assaltos armados, contrafacção e lavagem de dinheiro, voltando a salientar a natureza organizada inerente a este tipo de criminalidade.

A UNODC acrescenta ainda as proporções globais e macroeconómicas que o crime organizado atingiu, referindo que os produtos ilícitos como estupefaciente podem ter origem num continente, serem transportados através de outro e serem vendidos num terceiro. Para além disso, a natureza transnacional do crime organizado significa que as redes criminais estabelecem ligações além-fronteiras, ultrapassando as diferenças culturais e linguísticas para alcançarem os seus intentos criminais.

Em termos nacionais, também o SIS aborda este tipo de criminalidade, elencando algumas das características já referidas e acrescentando que esta actua de forma tão simulada que só é detectada quando actua em determinada região há um lapso de tempo considerável. Realça também que a principal ameaça que representa para a Segurança Interna é a sua incomensurável capacidade de se infiltrar nas diversas estruturas políticas, jurisdicionais e administrativas do Estado, e consoante a profundidade dessa infiltração, poderá inclusive meter-se em causa a integridade do Estado como tal<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> [www.sis.pt/ccorganizada.html](http://www.sis.pt/ccorganizada.html)

## **1.4. Conclusão capitular**

Ao longo do presente capítulo abordámos dois conceitos fundamentais para o nosso estudo, uma vez que a redução do sentimento de insegurança e da criminalidade de massa constituem dois dos objectivos operacionais visados pela Directiva Estratégica n.º 10/2006.

Desta forma, no âmbito do sentimento de insegurança procurámos definir o seu conceito, dando inclusive uma perspectiva mais personalizada sobre o mesmo, e seguidamente elencámos as suas dimensões e factores, bem como a forma como é influenciado pelos *media*, e a forma como influencia a qualidade de vida dos cidadãos, procurando desta forma compreender de que forma este sentimento surge, e qual a sua importância ao ponto de figurar como uma dos objectivos operacionais.

No que concerne à criminalidade de massa, procurámos definir a mesma com o intuito de perceber o porquê de esta ser uma das principais causas influenciadoras do sentimento de insegurança, compreendendo ainda que se trata da criminalidade mais usual e que mais afecta o cidadão. Para melhor se entender este conceito, distinguiu-se a mesma da criminalidade organizada. No entanto, este subcapítulo não contemplou uma análise exaustiva da criminalidade pelas mesmas razões indicadas na introdução capitular, ficando deste modo para uma futura reflexão.

Para alcançar os objectivos operacionais referidos anteriormente é necessário haver por parte da PSP todo um trabalho de prevenção que não poderá ser desenvolvido por esta de uma forma solitária, sendo necessário estabelecer parcerias para que desta forma essa prevenção possa ser mais eficaz. Neste contexto foram criados vários programas especiais de proximidade que visam os grupos que pelas suas características apresentam maiores vulnerabilidades, criando assim no âmbito do MIPP, entre outros, os programas Escola Segura e Apoio 65, os quais serão analisados no capítulo seguinte, bem como as questões ligadas à prevenção e parcerias, e o próprio conceito de polícia.

## **Capítulo 2 – Enquadramento temático**

### **2.1. Introdução capitular**

O capítulo anterior permitiu-nos enquadrar teoricamente os conceitos de sentimento de insegurança e criminalidade de massa, e perceber a importância destes para o nosso estudo. Compreendidos os conceitos visados nos objectivos operacionais da Directiva Estratégica n.º 10/2006 sobre os quais nos debruçamos neste estudo, torna-



se então necessário analisar em que contexto urge falar dos mesmos e da forma como se enquadram na missão da PSP.

Deste modo, o presente capítulo visa definir primeiramente o conceito de Polícia, não aprofundando o mesmo uma vez que é nossa intenção apenas enquadrar o conceito no nosso estudo, fazendo ainda referência ao conceito de policiamento. Seguidamente incidimos sobre a questão da prevenção, que constitui uma vertente cada vez mais privilegiada pelas forças policiais. Para tal, muito contribui as parcerias estabelecidas com as mais diversas instituições, que visam alargar essa rede preventiva e resolver problemas que não têm natureza securitária ou policial, mas que não sendo resolvidos no seu início, poderão dar origem a outros que impliquem uma acção policial de cariz mais repressivo.

Importa referir no entanto que não é nossa intenção abordar as várias escolas e correntes de prevenção criminal, nem a componente repressiva, servindo apenas para contextualizar o MIPP, uma vez que o mesmo tem na sua génese a prevenção e o estabelecimento de parcerias.

Por fim, abordaremos o modelo em causa no nosso trabalho, contextualizando-o e abordando dois dos seus Programas Especiais que relevam para o nosso estudo: a Escola Segura e o Apoio 65.

## **2.2. Conceito de Polícia e Policiamento**

O conceito de Polícia é um conceito deveras subjectivo, que reúne uma panóplia de definições utilizadas para explicar os diversos sentidos que a palavra polícia poderá ter. Se atendermos à etimologia da palavra, verificamos que o vocábulo polícia tem origem na palavra grega *politeia*, que por sua vez encontra correspondência na expressão latina *politia*, a qual está associada à palavra *polis*, que “serve para designar a constituição, o ordenamento, o regime ou a forma de governo da cidade-estado, incluindo o estatuto dos cidadãos, que são dentre os membros desta, aqueles que participam na vida política” (RAPOSO, 2006: 21).

O mesmo autor aborda o significado da palavra na linguagem corrente consoante os géneros. Assim, polícia compreendida no masculino refere-se ao agente de autoridade, o indivíduo devidamente identificado por sinais exteriores (como o uso de uniforme e porte de arma), que em prol do interesse público desempenha funções de segurança. Já no que concerne à palavra polícia no feminino, esta refere-se às

corporações ligadas à segurança pública, ou seja, os serviços da Administração Pública com funções de natureza policial, como é o caso da PSP ou da GNR.

Ainda no âmbito da pluralidade de definições que a palavra polícia pode ter, devemos ter em conta que poderemos entender a mesma em dois sentidos: o seu sentido orgânico e o seu sentido material. Quando nos referimos à Polícia no seu sentido orgânico (ou institucional), entendemos a mesma como o conjunto de serviços da Administração Pública com funções exclusiva ou predominantemente de natureza policial. No fundo consiste nas corporações que têm por missão garantir a segurança pública, distinguindo-se no entanto de outros serviços da Administração Pública que também têm fins idênticos (como as Forças Armadas), por se concentrarem essencialmente na segurança interna, estando explanado no n.º 1 do artigo 272.º da CRP que a “polícia tem por fins a defesa da legalidade democrática e a garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos”. Sérvulo Correia refere-se à polícia em sentido institucional como “todo o serviço administrativo que, nos termos da lei, tenha como tarefa exclusiva ou predominante o exercício de uma actividade policial (CORREIA *cit. in* RAPOSO, 2006: 24).

No que concerne ao sentido material (ou funcional) da Polícia, este refere-se aos actos jurídicos e às operações materiais desenvolvidas por certas autoridades administrativas (policiais) e respectivos agentes de execução, que têm em vista a prevenção de ocorrências de situações socialmente danosas, consequentes de condutas humanas imprudentes ou ilícitas. Entenda-se por actos jurídicos os actos emanados por órgãos e agentes com competência para tal, que produzem alterações na esfera jurídica, e por operações materiais todas as acções de cariz técnico policial, que ao contrário dos actos jurídicos não produzem alterações na ordem jurídica. Para melhor compreendermos o que foi dito, atendamos às palavras de Marcello Caetano que definiu a polícia como “o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (CAETANO, 1990: 1150).

Valente Dias aborda ainda um outro sentido, denominado sentido formal, que segundo o mesmo “exprime usualmente os modos de actuação da Administração Pública em sentido orgânico, quando exerce a administração pública em sentido material e usa poderes de autoridade que lhe dão supremacia sobre os cidadãos”, ou seja, os diversos poderes desenvolvidos pela Polícia em sentido funcional e orgânico, referindo ainda que

para Caetano a polícia exercia-se por meio de vigilância, regulamento e de actos concretos (DIAS, 2010:76).

No que ao policiamento diz respeito, este implica o conjunto de actividades desenvolvidas por entidades com competência para a preservação da ordem social, através da criação de sistemas de vigilância em conjunto com a ameaça sancionatória aos comportamentos desviantes (REINER, 2010:5).

### **2.3. Prevenção**

As Forças de Segurança encontram-se actualmente sob paradigmas de prevenção, proximidade e parcerias, em detrimento de um paradigma mais repressivo, cada vez mais em desuso na Europa. A questão da prevenção criminal aparece dentro deste paradigma enquanto factor fundamental para a garantia de qualidade de vida dos cidadãos, assumindo especial importância na redução do sentimento de insegurança e da própria criminalidade, objecto de estudo do nosso trabalho.

Abordando a questão da prevenção, Oliveira distingue a mesma da repressão referindo que se define fundamentalmente por oposição a esta, acrescentando ainda que a poderemos definir “como o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infracções (a sua frequência, a sua gravidade e as suas consequências), sejam de natureza criminal ou outras e, sobretudo, quando ocorram antes da prática do acto delinquente” (OLIVEIRA, 2006: 79).

Apesar desta definição inicial de prevenção, constatamos que em matéria de prevenção criminal existe uma panóplia de definições, o que dificulta o estabelecimento de um único conceito. Este facto não é alheio à crescente importância que a prevenção tem assumido nos últimos anos, bem patente pela criação de organismos internacionais como o *International Centre for the Prevention of Crime*, cuja missão reside em promover o debate em torno da prevenção criminal, e é responsável pela redacção das *Guide Lines for the Prevention of the Urban Crime* e *Guide Lines for the Prevention of Crime*. Este organismo refere-se à mesma dizendo que se trata de um conceito vivo, cujos limites variam de acordo com o quadro institucional em que é usado, e as regiões geográficas, línguas e períodos de tempo em que ele é utilizado (ICPC, 2010).

Embora sejam várias as definições elaboradas, parece consensual em quase todas que a prevenção criminal visa essencialmente a redução do número de ocorrências criminais ou evitar que estas aumentem, fazendo-se também referência à redução do sentimento de insegurança em algumas delas, como na Resolução 2002/13 das Nações

Unidas, que se refere à prevenção criminal como o conjunto de “estratégias e medidas que visam reduzir o risco da ocorrência de crimes e seus possíveis efeitos nocivos sobre os indivíduos e a sociedade, incluindo o medo do crime (sentimento de insegurança), por interferir e influenciar as suas múltiplas causas”.

Devemos ter em conta ainda a Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e Parlamento Europeu sobre Prevenção da Criminalidade na União Europeia (2004/C 92/2), segundo a qual “a prevenção da criminalidade abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e dos sentimentos de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas directas de dissuasão de actividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crimes e as suas causas”.

Parece-nos desta forma, atendendo às definições elencadas, que os objectivos centrais da prevenção criminal serão a redução dos índices criminais e do sentimento de insegurança dos cidadãos, ideia corroborada por Fernandes ao referir que os fins gerais da prevenção da criminalidade são “ reduzir a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança” (FERNANDES, 2006: 114), o que vai de encontro aos objectivos operacionais da Directiva Estratégica n.º 10/2006 abordados neste trabalho.

Se pelo que foi dito anteriormente, através das várias definições dos mais variados autores, conseguimos constatar que a definição de prevenção criminal não se afigura fácil e consensual, não é de estranhar que sejam também vários os modelos de prevenção criminal existentes, diferentes entre si. Desta forma, e tendo em conta que não é nosso objectivo estudar os vários modelos de prevenção existentes, abordamos apenas os modelos elencados nas *Guidelines for the Prevention of Crime* da ONU, documento especializado em matéria de prevenção criminal e que contém informação essencial para o planeamento e implementação de medidas preventivas. Podemos então distinguir quatro modelos de prevenção: o Modelo da prevenção social ou prevenção do crime através do desenvolvimento social; o Modelo de prevenção comunitária ou sediada localmente; o Modelo de prevenção situacional; e o Modelo de prevenção com programas de reintegração.

No que concerne ao Modelo da prevenção social ou prevenção do crime através do desenvolvimento social, este implica a existência de programas que visam promover o bem-estar das pessoas, incentivando comportamentos pró-sociais através do meio social, económico e de saúde, bem como através de medidas educativas que dão especial

ênfase às crianças e jovens, focando-se ainda nos factores de risco e de protecção que estão associados ao crime e à vitimização.

Relativamente à Prevenção comunitária ou sediada localmente, os programas que a integram visam actuar sobre os bairros, alterando as suas condições que influenciam a delinquência, a vitimização e a insegurança que resulta do crime. Para tal socorrem-se de diversas iniciativas em consonância com a própria comunidade, e com a sua colaboração.

A Prevenção situacional tem por base a ideia de que os crimes só ocorrem quando estão reunidas as condições necessárias para tal, e assim, para prevenir a ocorrência desses crimes deve-se reduzir as oportunidades de os mesmos acontecerem, aumentar os riscos dos prevaricadores serem presos e minimizar os benefícios desses actos criminosos, e também fornecer a devida assistência às vítimas, transmitindo ainda informação aos potenciais alvos de forma a tentar evitar que sofram esses delitos.

Por fim, o Modelo de prevenção com programas de reintegração onde se entende que se deve prevenir a reincidência através do apoio à reinserção social dos delinquentes, e de outros mecanismos de prevenção.

Esta sistematização foi partilhada pelo ICPC, estando inclusive plasmada no *International Report on Crime Prevention and Community Safety* de 2010.

## **2.4. Parcerias**

Como já vimos no primeiro capítulo, existem problemas que não têm natureza securitária ou policial, mas que se não forem resolvidos ou controlados à nascença, poderão mais tarde resultar em actos criminosos. São problemas que não podem ser resolvidos pela Polícia, ou unicamente por esta, por serem muitas vezes exteriores à actividade policial, como são exemplo a falta de iluminação pública, a existência de habitações devolutas ou de ruas onde o lixo abunda, que apesar de serem situações que não estão ligadas ao crime, não deixam de ser vistas pela sociedade como problemas preocupantes e que despoletam sentimento de insegurança nos cidadãos, podendo inclusive propiciar actividades criminosas. Leitão corrobora esta questão ao referir a existência de uma relação entre os factores de degradação urbana e social e o ciclo de violência, bem como desta com o sentimento de insegurança (LEITÃO, 2000: 11).

As parcerias assumem assim elevada importância atendendo á crescente complexidade das causas que estão na origem do crime e do sentimento de insegurança, uma vez que detêm capacidades que lhes permitem identificar as razões e possíveis

soluções para esses problemas, que a Polícia por falta de meios humanos e materiais, ou mesmo por falta de capacidade e conhecimento técnico, não consegue identificar.

Oliveira aborda esta questão referindo que “a resolução de problemas complexos, como os relacionados com o crime e a insegurança, passam pela contribuição de vários parceiros institucionais e do sector privado, através de análises, respostas e avaliações interdisciplinares” (OLIVEIRA, 2006: 86).

Estas parcerias podem ter origens diversas, consoante a origem dos problemas que estejam em causa. Assim podem ser estabelecidas parcerias com outros organismos públicos, com entidades público-privadas ou até mesmo com parceiros privados, tendo em vista a prossecução de determinados objectivos. Carapeto e Fonseca entendem esse processo de parceria como um “...acordo entre uma organização pública e uma ou mais partes (internas ou externas) que lhe permite cooperar a fim de atingir objectivos de políticas públicas” (CARAPETO e FONSECA, 2005: 269). Esses autores enumeram ainda algumas vantagens para a implementação de parcerias na Administração Pública, das quais realçamos a possibilidade de identificar novas soluções para questões difíceis, a partilha de conhecimentos e experiências, e a redução do número de problemas em geral.

Esta implementação de parcerias entre a Polícia e outros sectores da sociedade tendo por objectivo a resolução de problemas comuns, é parte integrante da filosofia do policiamento comunitário e de uma polícia de proximidade, ideia partilhada por Normandeau e Leighton ao referirem que a polícia de proximidade trabalha em conjunto com outros serviços, públicos ou privados, com responsabilidades no sector social (NORMANDEAU e LEIGHTON *cit. in* COSTA, 2002: 49).

As parcerias podem ter um carácter formal ou informal, e até mesmo regular ou extraordinário, sendo que quando nos referimos a parcerias formais e regulares, temos em conta as parcerias institucionais, que não são mais do que uma união de esforços entre várias entidades oficiais (razão pela qual estas parcerias também podem ser denominadas parcerias oficiais), com o intuito de resolverem problemas que se insiram na sua missão. Segundo Oliveira estas desempenham um papel importante em matéria de prevenção situacional e até mesmo criminal e social, intervindo em factores susceptíveis de possibilitar ocorrências criminais (OLIVEIRA, 2006: 88).

Nesta abordagem à questão das parcerias, devemos ainda referir as parcerias entre a Polícia e a comunidade, necessárias para o reforço da legitimidade das forças de segurança, e também para a definição das suas estratégias, procurando envolver o

cidadão na segurança comunitária. Estas parcerias informais visam essencialmente dois objectivos: actuar sobre o factor vigilância através do controlo que é feito pela vizinhança, aumentando-o e tornando-o mais eficiente, procurando dessa forma incutir um receio nos prevaricadores de serem apanhados, reduzindo assim as oportunidades para o cometimento de crimes; e aumentar a coesão social, de forma a reduzir os níveis de criminalidade e incivildades, procurando ainda uma melhor comunicação entre forças de segurança e comunidade, e consequente reforço da confiança entre estes, diminuindo desta forma o sentimento de insegurança.

Não podemos deixar de referir no entanto que estas parcerias podem também acarretar algumas contrariedades, pois como alerta Oliveira, poder-se-á dar “uma certa “policarização” das questões sociais, caindo-se assim numa concepção meramente policial dos problemas sociais” (OLIVEIRA, 2006: 91). No entanto, parece-nos que será razoável manter a implementação de parcerias enquanto opção estratégica, dada a panóplia de problemas com que a Polícia se depara no decorrer das suas funções, resultantes de uma exigência cada vez mais acentuada por parte da comunidade, que pretende que a Polícia resolva não só as questões ligadas à criminalidade, mas também todos os problemas que possam afectar o cidadão comum. Deste modo exige-se à Polícia que detenha um conjunto de múltiplos conhecimentos, aplicáveis em diferentes áreas de intervenção, que poderá ser facilitado através da cooperação de entidades que tenham responsabilidades nessas mesmas áreas.

## **2.5. MIPP**

As exigências sociais em matéria de segurança têm vindo a acentuar-se ao longo do tempo, muito por força da globalização e de uma consciencialização cada vez maior dos direitos inerentes a cada cidadão. Como tal a Polícia vê-se constantemente na necessidade de se adaptar a essas mutações sociais, fazendo evoluir os seus modelos de policiamento.

Na Europa continental, com o emergir dos anos 60, começou a surgir a dúvida sobre a eficácia do Modelo tradicional de Policiamento, que assentava no paradigma da resposta rápida, sendo as suas acções meramente reactivas. Neste modelo descurava-se por completo a prevenção, pois todos os meios operacionais são mobilizados como resposta aos incidentes. Assim, o objectivo passava por resolver o incidente em questão, descurando o que possa estar na sua origem e eventuais medidas para prevenir esse

tipo de ocorrências, avaliando-se a eficácia do Modelo através do número de crimes resolvidos e pelo tempo de resposta da Polícia às denúncias que recebe.

Deste modo e com o aumento do sentimento de insegurança e da criminalidade, começou-se a pensar na modernização da Polícia para fazer face a estes fenómenos. É neste contexto que surgem os modelos de policiamento Comunitário ou Proximidade, sobre os quais Elias se pronuncia dizendo que a diferenciação entre estes reside nas questões geográficas, predominando a primeira denominação no mundo anglo-saxónicos, e a segunda no mundo francófono (ELIAS, 2007: 470). Estes modelos “visam uma aproximação das polícias às populações para que, em conjunto possam encontrar uma resposta diferente aos problemas do cidadão e aos fenómenos que são potenciadores de lhe provocarem sentimentos de insegurança” (TROJANOWICZ e BUQUEREAU *cit. in* ELIAS, 2007: 469).

Estes novos modelos assentam numa nova abordagem filosófica, organizacional e operacional da Polícia, tendo por ideia base a constituição de parcerias entre a comunidade e a Polícia, com o intuito de em conjunto identificarem os problemas que assolam a comunidade, e definirem medidas a adoptar para prevenir não só os delitos criminais, mas também as causas que estão na origem desses delitos e do sentimento de insegurança da população, deixando de vez o paradigma repressivo em prol de paradigmas de prevenção e de proximidade.

O Ministro da Administração Interna do ano de 1995, Alberto Costa, referiu durante a cerimónia de abertura do ano lectivo 1995/1996 da Escola Superior de Polícia (actual Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna), que se deveria “valorizar no modelo policial português as ideias de proximidade, de comunicação e de relacionamento mais estreito entre a Polícia e os cidadãos” (COSTA, 1995: 15). O mesmo autor referiu mais tarde que essas ideias de proximidade e orientação para os problemas traduzem a necessidade dos cidadãos de ter a Polícia centrada naquilo que os afecta, sentindo de perto os seus problemas, tendo por fim assegurar uma protecção mais efectiva aos cidadãos, evitar as perdas dos níveis de segurança e combater os factores inerentes ao sentimento de insegurança, servindo-se para tal da proximidade e visibilidade policial (COSTA, 1996: 30).

É com o XIII Governo Português que surge uma aposta numa política de segurança centrada nos cidadãos, através da criação de programas de policiamento de proximidade orientados para problemas concretos, visando essencialmente os grupos



sociais mais vulneráveis à criminalidade e sentimento de insegurança, surgindo assim entre outros, os Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65 – idosos em segurança.

Com a Directiva Estratégica n.º 10/2006 implementou-se o PIPP, que como vem explanado no sítio da PSP, visava através do estabelecimento de objectivos estratégicos e operacionais, e da implementação de mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação, congregar numa estratégia global os programas que teriam sido implementados de uma forma desconexa, valorizando desta forma a componente de proximidade/prevenção da criminalidade e melhorando a sua articulação com os outros pilares que regem a actuação policial: ordem pública, investigação criminal e informações policiais.

Esta Directiva, embora em consonância com os princípios e objectivos previstos no programa do governo que vigorava, resulta de uma iniciativa da PSP, e não de uma imposição política (ELIAS, 2007: 481). O seu carácter inovador está bem presente também no facto do projecto-piloto ter sido alvo de um processo avaliativo, que incidiu sobre o trabalho da PSP e o impacto que esse programa teve no sentimento de segurança da população, tendo-se revelado extremamente positiva.

A definição de objectivos estratégicos e operacionais visavam potenciar as mais-valias de um policiamento de proximidade em detrimento de um policiamento aleatório e meramente reactivo, privilegiando-se assim uma abordagem proactiva e orientada para os problemas por parte da PSP. Vários são os objectivos que podemos encontrar nesta Directiva, no entanto optamos por abordar apenas aqueles que consideramos mais pertinentes.

No que toca aos objectivos estratégicos, salienta-se a substituição do tradicional patrulhamento apeado por um policiamento de proximidade, adaptando os recursos humanos e materiais a novas metodologias de policiamento, de forma a aumentar a capacidade de intervenção, proactividade e prevenção criminal, e assim corresponder às necessidades dos cidadãos; melhorar os padrões de eficácia da actuação policial de forma a fortalecer as relações com os cidadãos e a combater os fenómenos criminais que provocam maior alarme social; estabelecer parcerias e fomentar a cooperação com a comunidade, e orientar o serviço policial para os cidadãos; melhorar a qualidade do serviço policial e a imagem da instituição; promover a confiança e credibilidade por parte dos cidadãos na PSP, tendo por base um relacionamento saudável entre PSP e comunidade.

Já no que concerne aos objectivos operacionais, destacamos a redução dos índices de insegurança objectiva e subjectiva; a redução da criminalidade, dando especial atenção aos crimes de rua e o pequeno/médio tráfico de estupefacientes; a focagem por parte da Polícia nos grupos de risco, no atendimento e apoio às vítimas, e na prevenção e investigação dos crimes de violência doméstica; o melhoramento da integração da PSP no meio social, adaptando-se à comunidade local; e o aumento de participação de crimes à Polícia, reduzindo assim as cifras negras.

Este programa acaba por servir de base para a criação do modelo de policiamento que está em implementação em Portugal, tal como vem descrito na OP n.º 004822, de 12 de Julho de 2010, quando refere que a PSP “dispõe de um modelo de Policiamento – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade, sustentado num modelo teórico-conceptual definido, com objectivos estratégicos e operacionais claramente estabelecidos, tendo sido objecto de uma avaliação externa, no caso da Socinova, que se revelou extremamente positiva”.

### **2.5.1. Escola Segura**

O desenvolvimento da criminalidade juvenil junto dos meios escolares nos finais do século 80, gerou na população um sentimento de insegurança, que se acentuou junto da comunidade escolar. Tal facto despertou a necessidade no Estado de tomar medidas preventivas no sentido de combater este novo fenómeno. Desta forma, em 1992, o MAI e o ME celebraram um protocolo que visava a conjugação de esforços entre ambos Ministérios tendo por objectivo a garantia da segurança da população escolar.

Este protocolo visava actuar numa primeira fase em escolas que devidos aos elevados índices de insegurança e criminalidade justificavam uma actuação prioritária, tendo numa segunda fase, e em função dos resultados obtidos na primeira, sido elaborado um protocolo complementar que veio alargar o número de escolas abrangidas. Soares refere que “ a partir da assinatura deste protocolo, o policiamento junto dos estabelecimentos de ensino sofreu inovações na forma de actuação das forças de segurança, sendo considerado como o grande impulsionador de tudo o que se seguiu em termos de prevenção da criminalidade juvenil e da promoção de um melhor ambiente escolar” (SOARES, 2002: 290).

Tendo por base este protocolo, a PSP passou a adoptar um esquema de policiamento mais próximo das comunidades escolares, com uma permanência contínua de elementos policiais nas escolas protocoladas, até que em 1996 é criado, através do Despacho n.º 50/96 do MAI o Programa Escola Segura, que veio alargar a nível nacional

a segurança nos estabelecimentos de ensino. Assim e mediante a coordenação e articulação entre as Forças de Segurança e as autoridades escolares, definiu-se como âmbito de intervenção todos os estabelecimentos de ensino, públicos privados e cooperativos, até ao ensino secundário, bem como as áreas envolventes.

Em 2005 surge o Despacho Conjunto n.º 105 - A/2005 de 2 de Fevereiro do MAI e do ME, que veio definir os objectivos prioritários do Programa, os princípios estratégicos e a estrutura organizacional de coordenação do mesmo. Este Despacho refere no seu artigo n.º 2 que o “ Programa constitui um modelo de actuação pró-activo, centrado nas escolas, que visa prevenir, evitar e reduzir a violência e insegurança no meio escolar e envolvente, com a participação de toda a comunidade”<sup>5</sup>. Relativamente aos princípios estratégicos, são elencados no seu artigo n.º 7: a territorialização do Programa ao nível local, sendo este centrado nas escolas e com a participação activa de toda a comunidade; o desenvolvimento de parcerias a nível nacional e local; e a realização de acções de formação direccionadas aos elementos da comunidade educativa.

No entanto, e após uma reavaliação deste Despacho, foram detectadas algumas fragilidades na operacionalização do PES, pelo que surgiu em 19 de Dezembro de 2006 o Despacho n.º 25 650/2006 que veio redefinir a estrutura organizacional do Programa. Este Despacho aprova o Regulamento do Programa Escola Segura e estipula os seguintes objectivos prioritários: promover uma cultura de segurança nas escolas; fomentar o civismo e a cidadania de forma a contribuir para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização; Diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas securitários das escolas; determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e/ou de ilícitos nas escolas e áreas envolventes; promover, de forma concertada com os respectivos parceiros, a realização de acções de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar; recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes de um conhecimento objectivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimação na comunidade educativa.

Para além do referido, importa também salientar que com este Despacho, a estrutura organizacional do Programa é redefinida, sendo introduzido na mesma um Grupo Coordenador do Programa Escola Segura e de uma Comissão Consultiva do Programa Escola Segura.

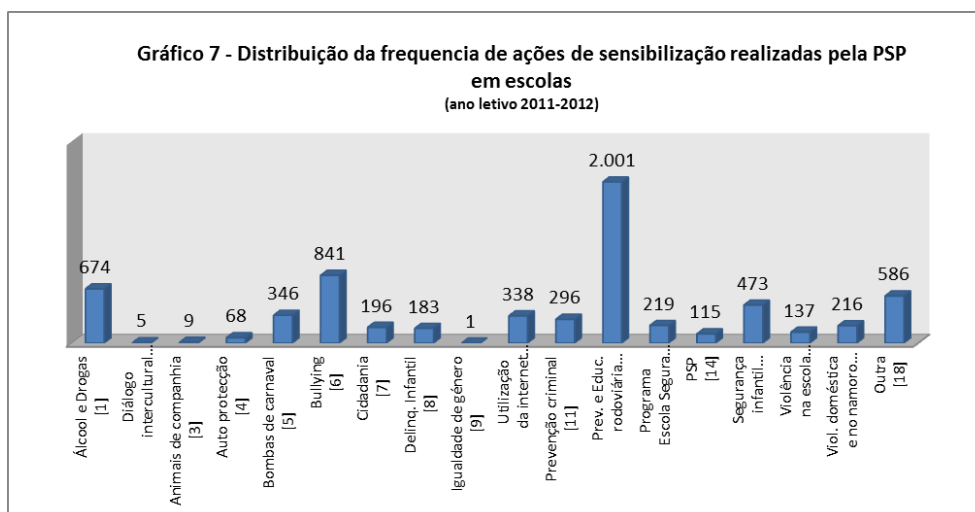
---

<sup>5</sup> Despacho Conjunto n.º 105 - A/2005 de 2 de Fevereiro

A nível interno na PSP, com a criação da Directiva Estratégica n.º 10/2006 já abordada no subcapítulo anterior, reestruturou-se os objectivos para o Programa, seguindo desta forma as directrizes estabelecidas na Directiva. Desta forma são criadas as EPES, equipas específicas para este Programa. Os elementos destas equipas têm a responsabilidade de garantir a segurança e visibilidade nos estabelecimentos de ensino, prevenir a delinquência juvenil, detectar problemas que possam interferir na segurança da população e possíveis cifras negras no seio das comunidades escolares, e também de propor superiormente a realização de acções de sensibilização.

Para se compreender melhor a dimensão que este Programa alcançou, devemos referir que a PSP, através do PES, abrangeu no ano lectivo 2011-2012 cerca de 3 524 estabelecimentos de educação e ensino em Portugal, tendo garantido a segurança e realizado acções de sensibilização a 1 028 963 alunos e 139 725 professores e pessoal não docente.

O gráfico que se segue demonstra bem o trabalho desenvolvido pela PSP junto da comunidade educativa nacional, durante o ano lectivo 2011-2012, através da realização de 6 704 acções de sensibilização e formação, sendo que da panóplia de acções promovidas, destacam-se pela maior frequência as relacionadas com a prevenção e educação rodoviárias (29,8%), com o fenómeno de “bullying” escolar (12,5%) e com o consumo de álcool e drogas no meio escolar (10%).



**Figura 2 – Distribuição da frequência de acções de sensibilização realizadas pelas EPES/PSP em escolas no ano lectivo 2011-2012 (Fonte: Divisão de Prevenção Pública e Proximidade, Direcção Nacional PSP, 2012).**

## 2.5.2. Apoio 65

O fenómeno do envelhecimento da população é cada vez mais uma realidade em Portugal, fruto das tendências de diminuição da fecundidade e de aumento da

longevidade. Tal facto está bem patente nos resultados definitivos dos Censos 2011 que apontam para que Portugal tenha uma população idosa<sup>6</sup> correspondente a cerca de 19% da população total portuguesa<sup>7</sup>.

Atendendo que estamos perante uma população cada vez mais envelhecida, torna-se necessário centrar atenções junto daquele que é considerado um dos grupos sociais de maior vulnerabilidade, os idosos, que pela idade avançada apresentam maiores fragilidades, tanto a nível físico como psicológico, induzindo nos próprios um sentimento de fragilidade perante a sociedade. A percepção de que serão um grupo de maior vulnerabilidade, aliada a factores bem presentes neste grupo como o analfabetismo e a solidão, gera nos mesmos um sentimento de insegurança, que acaba por afectar de sobremaneira a sua qualidade de vida, tal como constatado anteriormente no nosso trabalho, justificando assim uma preocupação acrescida por parte da Polícia.

Perante a necessidade de criar uma maior aproximação entre a Polícia e este grupo de risco, foi criado em Portugal no ano de 1996 o Programa Apoio65 – Idosos em Segurança, que surgiu com a publicação do Despacho do MAI n.º 54/96 de 21 de Outubro, com o intuito de reforçar as suas condições de segurança e consequente sentimento de segurança, facilitando-lhes ainda o acesso à protecção policial, através de um contacto regular com a Polícia.

De acordo com o Manual de apoio<sup>8</sup> referente ao Programa, são considerados os seguintes objectivos fundamentais para este Programa: a implementação de um modelo de acção policial orientado para as necessidades de segurança e salvaguarda dos direitos da população idosa; o aumento da visibilidade da presença policial através da colaboração directa com as instituições direccionadas para esta população; o incentivo ao desenvolvimento de iniciativas institucionais formais, com o intuito de prestar um maior e melhor apoio aos idosos, a co-responsabilização e união da comunidade, apelando a uma maior solidariedade nacional para desta forma evitar o isolamento de grupos sociais; e a disponibilização gratuitamente de linhas telefónicas para os idosos mais isolados e carenciados (MAI *cit. in* COSTA, 2002: 43).

Em 2012, no ano em se celebra o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações, é emanada pela PSP a Directiva Operacional n.º10/2012 que implementa o projecto “ A solidariedade não tem idade – A PSP com os idosos”, com

---

<sup>6</sup> Entenda-se por população idosa a população com 65 anos de idade ou mais, como previsto nos Censos de 2011.

<sup>7</sup> Vide Anexo 4

<sup>8</sup> MAI (1999), “Programa Idosos em Segurança – Manual de apoio”, Lisboa.

o intuito de melhorar os procedimentos policiais em matéria de idosos. Deste modo, definiu-se enquanto missão: determinar o número de idosos em risco que existem na área da responsabilidade da PSP, discriminando inclusive as suas carências primárias de saúde e sociais; apurar a existência de idosos que residam apenas na companhia de outros idosos que se encontrem também em situação de risco; sinalizar e encaminhar para as entidades competentes as situações de risco de carácter mais urgente; acompanhar os idosos sinalizados como casos de risco; desenvolver e propor actividades de carácter lúdico em matéria de prevenção e socialização; propor parcerias com entidades tendo em vista a redução do factor solidão nos idosos; e desenvolver na população idosa um aumento do sentimento de segurança através de uma maior visibilidade e proximidade.

Estas directrizes são emanadas para todo o efectivo policial, mas em especial para o pessoal que compõe as EPAV, equipas constituídas por Agentes de Proximidade, a quem cabe, entre outras, a função de desenvolver o policiamento de proximidade juntos dos idosos.

## **2.6. Conclusão capitular**

No seguimento da abordagem feita aos conceitos de sentimento de insegurança e criminalidade de massa, abordados no primeiro capítulo, tornou-se necessário compreender a forma como a PSP lida com estes conceitos, e como é que esta instituição opera no sentido de fazer frente a estes fenómenos.

Com este propósito, procurámos definir em primeiro lugar os conceitos de Polícia, e de policiamento, essenciais para se compreender o âmbito de actuação da PSP.

De forma a compreendermos modo de actuação do modelo de policiamento em vigor na PSP, abordámos a vertente da prevenção pelo facto de as forças de segurança se encontrarem actualmente sob um paradigma preventivo, tendo optado por direccionar o policiamento para a detecção e resolução das causas dos problemas, em vez de se limitar à repressão dos mesmos.

No âmbito da prevenção, deve-se abordar também as parcerias e o seu contributo para a resolução dos problemas. Deste modo referimos a importância que estas assumem na detecção das causas que estão na origem da criminalidade uma vez que a sua complexidade tem vindo a aumentar, e esses parceiros possuem capacidades em matérias específicas para detectar essas causas que a PSP não possui, podendo inclusive preveni-las em conjunto com a Polícia.

Abordámos o modelo de policiamento que tem vindo a ser implementado na PSP, que leva já em consideração as vertentes preventivas e de proximidade, com o intuito de corresponder às necessidades da comunidade, que vê na PSP um meio de resolver não só os ilícitos criminais, mas também todos os problemas não criminais que geram incómodo e perturbam a sua qualidade de vida, como é o caso das incivildades.

Por fim, e dentro do modelo de policiamento em vigor na PSP, fizemos referência aos Programas Especiais sobre os quais versa o nosso estudo, contextualizando o seu surgimento e o âmbito de aplicação dos mesmos, bem como os seus objectivos tendo em vista a segurança e bem-estar dos jovens e idosos, grupos que pelas suas características apresentam maior vulnerabilidade perante a sociedade.

## **Capítulo 3 – Estudo exploratório na área da 71ª Esquadra, Odivelas.**

### **3.1. Introdução capitular**

O presente capítulo tem por objectivo apresentar o estudo exploratório realizado na área da 71ª Esquadra, Odivelas. Este estudo assenta na análise do trabalho realizado pelos programas especiais Escola Segura e Apoio 65 da referida esquadra, tendo em vista a redução do sentimento de insegurança e dos índices criminais juntos dos idosos e jovens.

Deste modo, e após explanarmos a metodologia utilizada, apresentaremos o nosso estudo em duas partes distintas. Numa primeira parte, começaremos por fazer uma análise da evolução criminal registada entre o ano de 2008 e o ano de 2012 na área da 71ª Esquadra, em que os alvos tenham sido os jovens entre os 6 e os 19 anos<sup>9</sup>, e os idosos com 65 ou mais anos de idade.

De um universo de 59 559 cidadãos residentes na Freguesia de Odivelas em 2011, verificou-se que cerca de 9 629 eram idosos residentes nesta freguesia. Relativamente aos jovens entre os 6 e os 19 anos de idade, não nos foi possível apurar o número certo de residentes em Odivelas por o nosso intervalo de idades não coincidir com os intervalos de idade presentes nos Censos, ficando no entanto a informação de

---

<sup>9</sup> A escolha deste intervalo de idades teve por base a Apresentação do Sistema Educativo Português, por parte do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, que refere a escolaridade obrigatória a partir dos 6 anos, e refere que o ensino secundário é completado normalmente entre os 15 e os 18 anos, sendo que optámos pelos 19 anos enquanto limite superior, de forma a contemplar casos de jovens que tenham reprovado alguns anos lectivos.

que residiam em 2011 na Freguesia de Odivelas, 8 984 jovens com idades compreendidas entre os 0-14 anos de idade, e 5 976 jovens com 15-24 anos de idade<sup>10</sup>.

Na segunda parte, expomos os resultados obtidos através da realização de inquéritos à população juvenil e idosa da 71ª Esquadra, apresentando de seguida as conclusões que foi possível retirar dos mesmos.

### **3.2. Metodologia adoptada**

Para a realização deste estudo exploratório, optou-se por utilizar como técnicas de investigação a análise documental, a observação directa não participante, a aplicação de inquéritos por questionários, e a análise estatística dos crimes ocorridos desde 2008 a 2012 na área seleccionada.

No que concerne à análise documental, direccionámo-nos para a documentação interna da PSP e do MAI, relacionada com o MIPP e os Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65. A Directiva Estratégica 10/2006, a OP n.º 004822 e a DO n.º 10/2012 em termos de documentação interna da PSP, e o Despacho n.º 50/96, Despacho n.º 54/96 e o Despacho n.º 25 650/2006, emanados pelo MAI, foram os documentos mais aprofundados devido à relação dos mesmos com o nosso objecto de estudo.

A observação directa não participante decorreu de forma sistemática e controlada durante as várias deslocações a Odivelas, para se conhecer a área de estudo e para a aplicação dos questionários. As conversas mantidas com diversos cidadãos da área, o acompanhamento dos elementos afectos aos Programas Especiais da Esquadra, e as acções de sensibilização que tivemos oportunidade de assistir, permitiram-nos observar diversas situações relacionadas com o público-alvo do nosso estudo, como é constataável no “diário de campo” que elaborámos com o intuito de relatar as observações resultantes do nosso contacto com essas realidades.

Atendendo que não encontrámos nenhum questionário que já tivesse sido aplicado e que pudesse servir o nosso estudo, optámos por conceber um questionário da nossa autoria que servisse os nossos intentos. Uma outra limitação com que nos deparámos foi a necessidade de não submeter os mesmos a validação científica, uma vez que tal implicaria razoáveis custos financeiros e uma delonga maior, o que dificultaria a sua aplicação e correspondente análise no prazo estabelecido.

Apesar de não termos submetido os questionários a validação científica, realizámos um pré-teste do mesmo, aplicando dez questionários a jovens e idosos com o

---

<sup>10</sup> Fonte: INE/Censos 2011.



intuito de averiguar se os mesmos seriam facilmente perceptíveis e aplicáveis. Através deste procedimento foi possível afinar o modelo de questionário até chegarmos à versão final<sup>11</sup>.

A área seleccionada para a aplicação destes questionários foi a área da responsabilidade da 71ª Esquadra, de Odivelas, pertencente à Divisão de Loures do Comando Metropolitano de Lisboa. A escolha desta área deve-se ao facto desta Esquadra apresentar números bastante interessantes em termos de acções realizadas pelos Programas Especiais já referidos, tendo estes programas vindo a decorrer em moldes bastante aceitáveis e deveras activos<sup>12</sup>.

Relativamente aos inquiridos, foi tido em conta a população alvo dos Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65, sendo que no que concerne à população alvo do Programa Escola Segura, optámos por realizar questionários aos alunos do Secundário da Escola Secundária de Odivelas.

O facto de não se ter abrangido alunos do 1º, 2º e 3º ciclo deve-se por um lado pela necessidade de obtermos respostas de maior fiabilidade, que jovens de menor idade poderão não ser capazes de fornecer em função da sua maturidade, e por outro lado, pelas limitações com que nos deparámos, devido à burocracia necessária para a realização de questionários a esses jovens, sendo exigido o consentimento expresso dos Encarregados de Educação.

Em relação à população idosa, foi tido em conta apenas a idade da mesma, sendo realizados inquéritos a cidadãos com 65 ou mais anos de idade, como previsto na Directiva Operacional n.º10/2012.

Dos 200 inquéritos previstos realizar, foi-nos possível aplicar 182, sendo que 100 foram-no à população estudantil, e 82 aos idosos. O facto de apenas termos conseguido aplicar 82 dos 100 questionários previstos para os idosos, deve-se às limitações que decorrem da aplicação de questionários a uma população idosa. Para além de apresentar algumas dificuldades em compreender e preencher os mesmos, justificando uma maior disponibilidade da nossa parte para o esclarecimento de eventuais dúvidas, é necessário atender também que esta população tem como característica a necessidade de atenção, que leva a que se despenda mais tempo na realização destes questionários que na aplicação dos mesmos à população juvenil, como se pode constatar no Diário de Campo<sup>13</sup> por nós elaborado.

---

<sup>11</sup> Vide Anexos 2 e 3.

<sup>12</sup> Vide Anexo 5 e 6.

<sup>13</sup> Vide Anexo 1.

Para a apresentação e análise de dados estatísticos foram recolhidos dados criminais participados relativos à freguesia de Odivelas, no espaço temporal entre 2008 e 2012, no Departamento de Informações Policiais da Direcção Nacional da PSP. Os dados recolhidos foram obtidos em bruto, tendo sido necessário tratar os mesmos para se poder obter as informações pretendidas. No entanto deparámo-nos com uma limitação no processamento dos dados, uma vez que na notação estatística dada às ocorrências criminais no ano de 2007, os dados apresentados demonstravam que não havia grande variedade em termos de tipificação criminal, e verificou-se também a existência de um elevado número de ocorrências tipificado como “NULL<sup>14</sup>”, que se justifica pelo facto de neste ano o SEI estar a dar os primeiros passos na PSP. Como tal os elementos policiais não teriam ainda a melhor capacidade para trabalhar com este Sistema e não tipificariam os crimes de forma correcta. Desta forma optámos por não contemplar o ano de 2007 na nossa análise como inicialmente previsto da nossa parte.

### **3.3. Análise da evolução criminal**

Este subcapítulo visa demonstrar o resultado da análise por nós realizada, sobre a evolução criminal da área da 71ª Esquadra, mais concretamente sobre a criminalidade de massa participada entre o ano de 2008 e o ano de 2012, em que as vítimas são jovens com idades entre os 6 e os 19 anos, e idosos com 65 ou mais anos de idade. Assim, da panóplia de crimes registados<sup>15</sup>, seleccionámos apenas aqueles que inserimos no contexto da criminalidade de massa, e agrupámo-los em dois grupos de forma a permitir uma melhor percepção de quais os bens mais afectados: crimes contra o património e crimes contra as pessoas.

Dentro dos crimes contra o património, incorporámos os seguintes crimes: furtos de veículo motorizado; furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas; furto em veículo motorizado; furto por carteirista; outros furtos; outro dano; outros crimes contra a propriedade; outros crimes contra o património; outros crimes contra o património em geral; roubo a pessoas na via pública (excepto esticção); roubos em transportes públicos; roubo por esticção; outros roubos; outras burlas; outros crimes contra direitos patrimoniais.

---

<sup>14</sup> Crimes sem notação estatística.

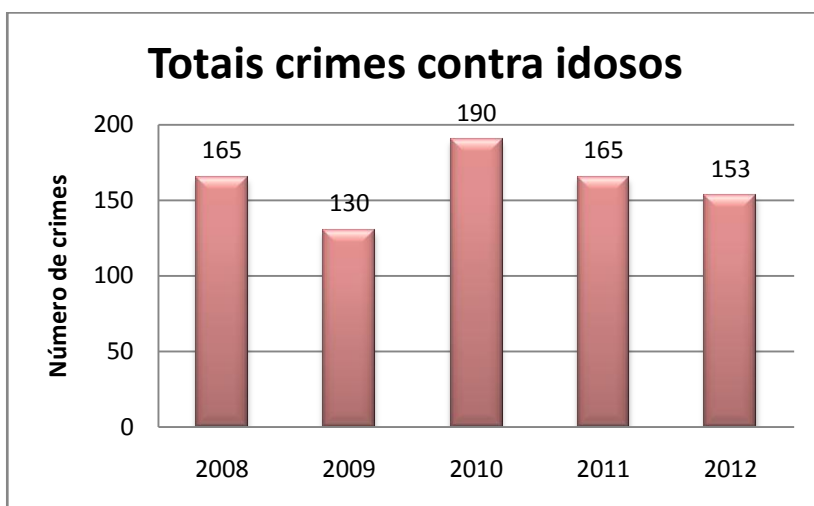
<sup>15</sup> Os dados fornecidos pelo DIP (Direcção Nacional da PSP) foram extraídos do SEI, e como tal, a tipificação dos mesmos está de acordo com a tipificação que foi atribuída ao crime quando este foi inserido no sistema. Devido a esse factor, crimes que não tenham a mesma tipificação desde 2008 não serão contemplados, pois não permitirão avaliar a sua evolução.

Relativamente aos crimes contra as pessoas, incorporámos os seguintes crimes: outros crimes contra a integridade física; ofensas à integridade física voluntária grave; ofensas à integridade física voluntária simples; violência doméstica contra cônjuge ou análogos; violência doméstica contra menores<sup>16</sup>; outros crimes de violência doméstica; ameaça e coacção; outros crimes contra a liberdade pessoal; difamação, calúnia e injúria; outros crimes contra a honra; outros crimes contra a vida; outros crimes contra a reserva da vida privada; outros crimes contra as pessoas.

Deste modo expomos primeiro os resultados da análise da criminalidade praticada contra idosos, cujas tabelas com os dados de cada crime e do total de crimes se encontram no Anexo 10, e seguidamente expomos os resultados da análise feita à criminalidade registada contra jovens, cujas tabelas de dados se encontram no Anexo 11.

### **3.3.1. Crimes registados contra idosos**

No hiato temporal compreendido entre o ano de 2008 e o ano de 2012, registaram-se um total de 803 crimes em Odivelas contra cidadãos com 65 ou mais anos de idade.



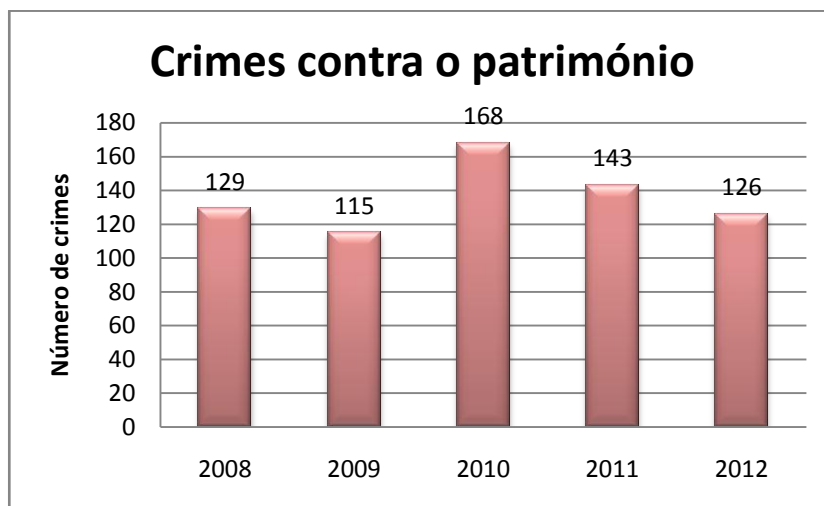
**Figura 3 - Número total de crimes registados contra idosos entre 2008 e 2012 (Fonte: Departamento de Informações Policiais, Direcção Nacional PSP, 2012. Elaboração própria).**

Como podemos observar na Figura 3, o pico criminal deu-se no ano de 2010, com a ocorrência de 190 crimes. Constatase que a criminalidade contra idosos em Odivelas decresceu significativamente de 2008 para 2009, tendo no ano seguinte sofrido o referido pico criminal. Os anos posteriores apresentaram uma tendência para a descida dos

<sup>16</sup> Este crime não foi contemplado na análise da criminalidade contra idosos, uma vez que é um crime só praticado contra menores.

níveis criminais, tendo em 2011 decrescido em relação a 2010 cerca de 13,2%, e de 2011 para 2012 cerca de 7,3%.

Relativamente ao tipo de crimes mais praticado, verificou-se que os crimes que mais afectam os idosos são os crimes contra o património, com 681 (84,8%) dos 803 crimes registados.



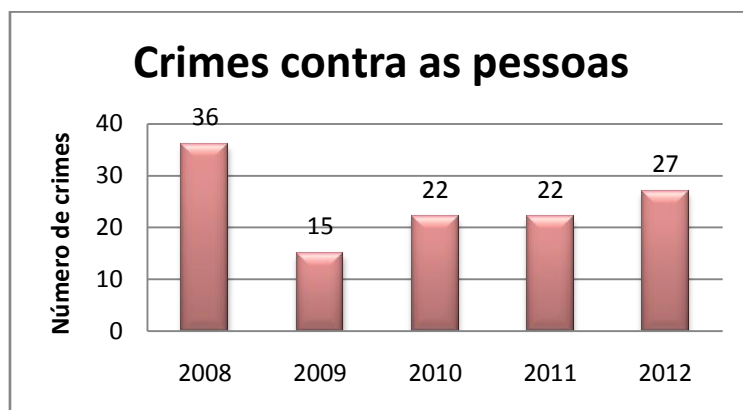
**Figura 4 - Número total de crimes contra o património, registados entre 2008 e 2012, contra idosos**  
(Fonte: Departamento de Informações Policiais, Direcção Nacional PSP, 2012. Elaboração própria).

À semelhança do que observámos no total de crimes registados, os crimes contra o património, praticados contra idosos, atingiram o pico criminal no ano de 2010, tendo subido 46,1% em relação ao ano de 2009. Nos restantes anos, verificou-se uma diminuição da criminalidade do ano de 2008 para 2009 (10,9%), do ano de 2010 para o ano de 2011 (14,9%), e do ano de 2011 para o ano de 2012 (11,9%).

De entre os vários crimes contra o património que foram analisados, constatou-se que o crime “roubo por esticção” foi o mais cometido nos 5 anos, com um total de 175 delitos (25,7% do total de crimes contra o património), seguido do “furto por carteirista” (81 crimes), e o “furto em veículo motorizado” (78 crimes)<sup>17</sup>.

No que concerne aos crimes contra as pessoas, registaram-se de 2008 a 2012 um total de 122 crimes, o correspondente a 15,2% do total de crimes registados contra idosos em Odivelas.

<sup>17</sup> Vide Anexo 10, Tabelas n.º25, n.º 16, e n.º15.



**Figura 5 – Número total de crimes contra pessoas, registados entre 2008 e 2012, contra idosos (Fonte: Departamento de Informações Policiais, Direcção Nacional PSP, 2012. Elaboração própria).**

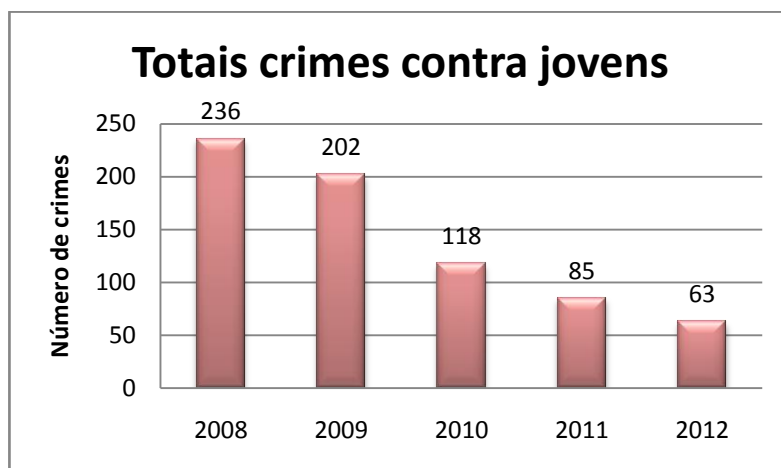
Relativamente a este tipo de crimes, constatou-se que o ano de 2008 foi o ano que registou mais ocorrências criminais, com um total de 36 crimes. O ano que se seguiu registou uma queda acentuada da criminalidade (58,3%), tendo-se afigurado como o ano com menos ocorrências criminais deste tipo (15 crimes). O ano de 2010 registou uma subida de 46,7% em relação a 2009, tendo registado 22 crimes, valor que se manteve no ano de 2011, tendo no ano de 2012 voltado a subir para 27 crimes, o equivalente a uma subida de 22,7%.

No âmbito dos crimes contra as pessoas, o crime de “ofensa à integridade física voluntária simples” foi o crime mais cometido nos 5 anos analisados, com um total de 37 crimes (30,3% do total de crimes contra as pessoas), seguido do crime de “violência doméstica contra cônjuge ou análogos” com 24 crimes e “outros crimes de violência doméstica” com 19 crimes<sup>18</sup>.

### **3.3.2. Crimes registados contra jovens**

No período de tempo compreendido entre o ano de 2008 e o ano de 2012, registaram-se um total de 704 crimes em Odivelas contra jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 19 anos de idade.

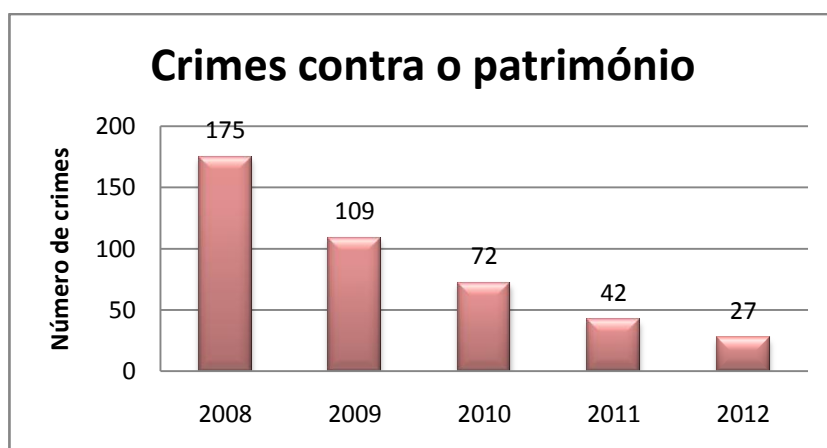
<sup>18</sup> Vide Anexo 10, tabelas n.º 3, n.º4 e n.º5.



**Figura 6 - Número total de crimes registados contra jovens da faixa etária entre os 6 e 19 anos de idade, entre 2008 e 2012 (Fonte: Departamento de Informações Policiais, Direcção Nacional PSP, 2012. Elaboração própria).**

Através da figura nº6, podemos constatar que tem-se vindo a registar uma tendência decrescente da criminalidade contra os jovens. O ano de 2008 apresenta-se como o ano em que a criminalidade atingiu maiores valores, tendo-se verificado um total de 236 crimes (33,5% do total da criminalidade). Os anos que se seguiram apresentaram uma diminuição da criminalidade, tendo o ano de 2010 registado a maior descida, com uma redução de 41,6% dos índices criminais. O ano de 2012 foi o ano que apresentou melhores resultados, tendo sido participado um total de 63 crimes, o que corresponde a 8,9% do total da criminalidade.

Seguidamente abordaremos o tipo de crimes mais praticado, e à semelhança do que se constatou na análise dos crimes praticados contra idosos, verificou-se que os crimes que mais afectam os jovens são os crimes contra o património, com 425 (60,4%) dos 704 crimes registados.

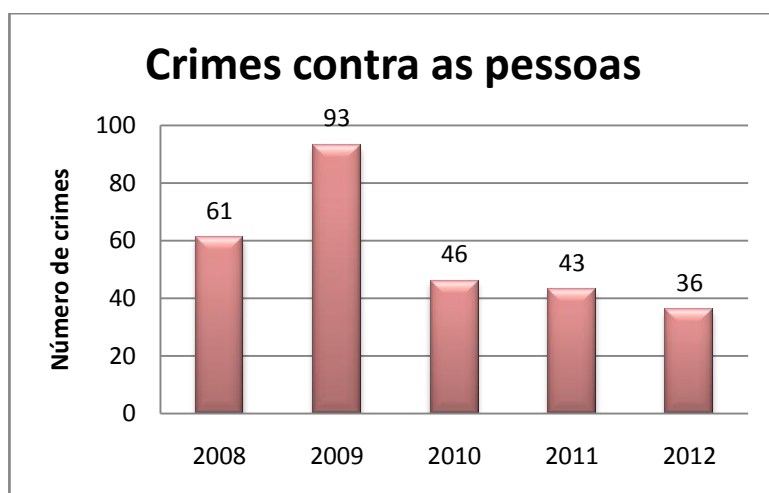


**Figura 7 – Número total de crimes contra o património, participados entre 2008 e 2012, contra jovens (6-19 anos de idade) (Fonte: Departamento de Informações Policiais, Direcção Nacional PSP, 2012. Elaboração própria).**

A evolução criminal dos crimes contra o património assume contornos semelhantes à da criminalidade total, uma vez que ao longo dos 5 anos apresentou sempre uma tendência decrescente. Deste modo, o ano de 2008 foi aquele que apresentou maiores índices criminais, com 41,2% dos 425 crimes registados, e o ano de 2012 foi aquele que registou menos crimes contra o património, com 6,4% do total de crimes participados. De salientar ainda que o ano de 2009 registou a descida mais acentuada, com uma diminuição das ocorrências criminais na ordem dos 37,7%.

De entre os vários crimes contra o património que foram analisados, constatou-se que o crime “Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)” foi o mais cometido durante o período de tempo analisado, com um total de 212 crimes (49,9% do total de crimes contra o património), seguido de “outros furtos” (55 crimes), e o “roubo por esticção” (45 crimes)<sup>19</sup>.

No que diz respeito aos crimes contra as pessoas, registou-se um total de 279 crimes, o que corresponde a 39,6% do total de crimes praticados contra jovens.



**Figura 8 – Número total de crimes contra pessoas, registados entre 2008 e 2012, contra jovens (6-19 anos de idade) (Fonte: Departamento de Informações Policiais, Direcção Nacional PSP, 2012. Elaboração própria).**

Ao contrário dos crimes contra o património, os crimes contra as pessoas não apresentam uma tendência constante de diminuição do crime. O ano de 2009 registou uma subida deste tipo de criminalidade na ordem dos 52,5%, tendo sido participados 93 crimes. O ano que se seguiu registou a descida mais acentuada, na ordem dos 50,5%, tendo sido participados 46 crimes. Nos anos seguintes manteve-se a tendência de diminuição, tendo chegado aos 36 crimes em 2012, o correspondente a 12,9% do total de crimes.

<sup>19</sup> Vide Anexo 11, tabelas n.º23, n.º21 e n.º25.

No âmbito dos crimes contra as pessoas, o crime de “Ofensa à integridade física voluntária simples” mais participado, com 108 ocorrências (38,7% do total de crimes contra pessoas), seguido dos crimes de “Violência doméstica contra cônjuge ou análogos” com 51 crimes (18,3%), e os crimes de “ameaça e coacção” com 38 crimes (13,6%)<sup>20</sup>.

### **3.3.3. Conclusões**

A análise da criminalidade registada na 71ª Esquadra, contra jovens e idosos, permitiu-nos tirar várias ilações. A primeira, relacionada com a evolução da criminalidade, reside na constatação de que em termos gerais esta tem vindo a decrescer, atingindo em 2012 os índices criminais mais baixos dos 5 anos que foram tidos em conta no nosso estudo, levando-nos a pressupor que a prevenção criminal tem alcançado os seus intuitos.

A segunda dedução que retiramos desta análise, consiste na constatação de que os crimes contra o património são os que maiores valores apresentam, tanto nos jovens como nos idosos, traduzindo-se assim na principal causa de insegurança subjectiva dos mesmos, e revelando-se assim como o principal tipo de criminalidade a ter em conta nas medidas preventivas, de forma a reduzir as taxas de vitimação dos idosos e jovens.

A terceira ilação, reside no facto de os idosos da área estudada apresentarem taxas de vitimação superiores às dos jovens, levando-nos a pressupor dois motivos para tal: a prevenção criminal juntos dos jovens está a obter melhores resultados que a prevenção desenvolvida junto dos idosos; ou por outro lado, os idosos configuram-se actualmente como alvos preferenciais dos actores criminais, quando comparados com os jovens.

A quarta e última ilação prende-se com o facto de os crimes mais frequentes, tanto nos crimes contra o património como contra as pessoas, serem na maioria crimes que implicam normalmente danos físicos nas vítimas, o que deverá receber maior atenção por parte da PSP, tendo em conta que a integridade física do cidadão é um bem maior que qualquer bem patrimonial.

## **3.4. Apresentação dos resultados dos questionários**

O presente subcapítulo visa apresentar os dados obtidos pela aplicação dos questionários. Deste modo expomos primeiro os resultados dos questionários aplicados a idosos, cujas tabelas com os referidos dados se encontram no Anexo 8, e seguidamente

---

<sup>20</sup> Vide Anexo 11, tabelas n.º3, n.º4 e n.º7.



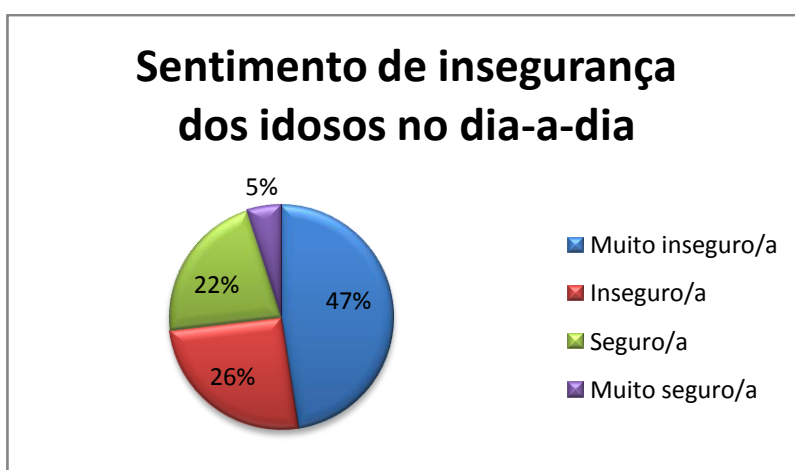
expomos os resultados obtidos da aplicação dos questionários aos jovens, cujas tabelas de dados se encontram no Anexo 9.

### **3.4.1. Questionários aplicados aos idosos**

A amostra deste questionário é composta por 82 idosos, sendo 45 deles (54,9%) do sexo feminino e 37 (45,1%) do sexo masculino (Tabela n.º 1). Relativamente aos intervalos de idades da amostra, 39% dos inquiridos têm idades compreendidas entre os 64-69 anos, 28,1% entre os 70-75 anos, 20,7% entre os 76-81 anos, e 12,2% tem mais de 81 anos (Tabela n.º 2).

Começando por analisar as questões relativas ao sentimento de insegurança, denotamos que os idosos inquiridos apresentam elevados índices de insegurança, uma vez que aproximadamente metade dos inquiridos (47,6%) revela que no seu dia-a-dia se sente muito inseguro, e 25,6% dos mesmos revelam sentir-se inseguros (Tabela n.º 3).

Quando cruzamos a variável género com a variável ligada ao sentimento de segurança no dia-a-dia, constatamos que o sexo feminino apresenta maiores índices de insegurança, uma vez que 40,3% dos inquiridos, do sexo feminino, afirmaram sentir-se muito inseguros no dia-a-dia, enquanto apenas 7,3% dos inquiridos, do sexo masculino, afirmaram sentir-se muito inseguros no dia-a-dia (Tabela 28). Tal facto vem corroborar o que expusemos quando abordámos os factores do sentimento de insegurança, onde referimos que o sexo feminino apresenta maiores índices de sentimento de insegurança devido ao facto de considerarem que têm maior vulnerabilidade perante o crime do que o sexo masculino.



**Figura 9 – Questão n.º 1 do questionário Modelo I: “No seu dia-a-dia normal sente-se:” (Fonte: elaboração própria).**

O sentimento de insegurança denotado é uma constante na vida destes idosos, uma vez que 52,4% dos inquiridos afirmam que se sentem inseguros frequentemente,

sendo que 18,3% dos mesmos afirma que esse sentimento está presentes bastantes vezes (Tabela n.º 4).

Relacionado com esse sentimento de insegurança estará a mediatização do crime, uma vez que 75,6% dos inquiridos afirmam que a situação que lhe causa maior sentimento de insegurança é o facto de ter ouvido falar de algum tipo de crime, sendo que apenas 12,2% justifica esse sentimento com o facto de ter sofrido algum tipo de crime (Tabela n.º 5).

No que concerne ao tipo de dano que desperta maior receio nos inquiridos, parece-nos consensual que o dano físico estará no topo das preocupações, tendo obtido uma percentagem de 81,7%, ao passo que o dano patrimonial apenas registou 9,8%, e o dano psicológico 8,5% (Tabela n.º 6).

Quanto à classificação da cidade de Odivelas relativamente à violência, esta é considerada muito violenta por 47,6% dos inquiridos, e violenta por 30,5%, demonstrando assim uma percepção insegura da cidade, uma vez que apenas 6,1% dos inquiridos afirmam que a cidade não apresenta quaisquer índices de violência (Tabela n.º 7).

Abordando agora as questões relativas à PSP, e apesar de a maior parte dos inquiridos se sentir inseguro e de sentir que predomina a violência na cidade de Odivelas, a verdade é que uma elevada percentagem dos inquiridos demonstra ter confiança na PSP, com 70,7% dos mesmos a afirmarem que têm muita confiança, e apenas 2,4% revelam não ter nenhuma confiança (Tabela n.º 8). Este sentimento é visível pelo facto de 90,2% dos inquiridos se sentir mais seguro quando mantém um contacto mais regular com a PSP (Tabela n.º 9), e por grande parte dos inquiridos (45,1%) considerar que o desempenho policial é muito bom (Tabela n.º 10).

Enveredando agora pelas questões relativas ao policiamento de proximidade, constatamos que o mesmo não é propriamente desconhecido por parte dos inquiridos, uma vez que 80,5% dos mesmos referiram já ter ouvido falar do mesmo (Tabela n.º 11).

Sobre a existência de programas especiais dedicados a pessoas com características que lhes conferem maior vulnerabilidade, apenas 2,4% dos inquiridos consideram não existir proveito dos mesmos, ao passo que 97,6% considera proveitosa a sua existência (Tabela n.º 12). No entanto esses valores alteram-se ligeiramente quando questionados sobre se a PSP deveria abandonar esses programas especiais para se dedicar exclusivamente no combate à criminalidade, demonstrando que alguns inquiridos consideram vantajosa a existência destes programas, mas que devem ser abandonados

em detrimento do combate à criminalidade. Apesar disso a maior parte (90,2%) considera que a PSP não o deve fazer (Tabela n.º 13).

Quanto à importância que os idosos atribuem ao policiamento de proximidade, 73,2% dos inquiridos consideram o mesmo como muito importante, sendo que apenas 2,4% atribui pouca importância ao policiamento de proximidade (Tabela n.º 14).

Seguindo com as questões relativas ao Programa Especial Apoio 65, verificamos que o mesmo ainda é algo desconhecido por parte deste grupo social uma vez que apenas 52,4% dos inquiridos afirmaram conhecer o mesmo (Tabela n.º 15). Apesar disso, é quase consensual que a existência de um programa direccionado para os idosos transmite maior segurança aos mesmos, como se verifica pelos 93,9% que afirmaram este facto, tendo apenas 6,1% dito que lhes é indiferente a existência de tal programa (Tabela n.º 16). A corroborar essa ideia está o facto de 87,8% dos inquiridos ter referido que se sentiria menos seguro na eventualidade de o programa deixar de existir e só apenas 2,4% referiram que não se sentiriam menos seguros (Tabela n.º 17).

Quanto ao contacto dos inquiridos com os elementos afectos a este programa, 85,4% referiram nunca ter contactado por sua iniciativa com os mesmos, e só 14,6% dos inquiridos contactaram por sua livre iniciativa com os referidos elementos (Tabela n.º 18). Verificou-se ainda que de entre as várias formas de serem contactados pelos elementos do Programa, 92,7% prefere que esse contacto seja feito pessoalmente, enquanto 7,3% gostaria de ser contactado telefonicamente (Tabela n.º 19). Já relativamente ao local onde preferiam ser contactados, 63,4% dos inquiridos escolheu as suas casas, e 24,4% optaram por centros de dia ou lares, sendo poucos os que gostariam de ser abordados na rua, no café, ou até mesmo na Esquadra (Tabela n.º 20).

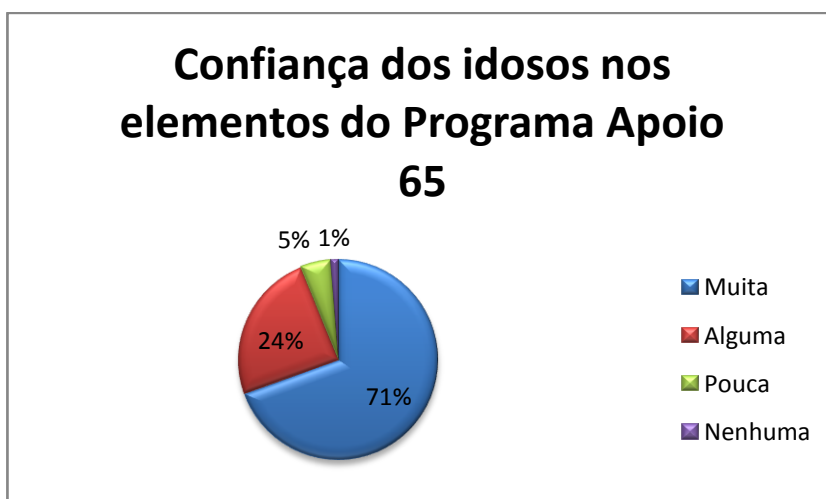
Ainda relativamente aos efeitos do Programa, 86,6% dos inquiridos consideram que existe menos crime junto da população idosa devido à existência deste programa, sendo que apenas 13,4% contrariam essa ideia (Tabela n.º 21).

Seguimos com as acções de sensibilização, onde pudemos constatar que estas reúnem elevada importância junto dos inquiridos uma vez que 98,8% dos inquiridos afirmaram que consideram as mesmas importantes, tendo apenas 1,2% dos inquiridos afirmado que não considera as acções de sensibilização importantes (Tabela n.º 22). Apesar da elevada importância atribuída, o número de inquiridos que se lembra de alguma acção de sensibilização é consideravelmente mais baixo, cifrando-se nos 42,7%, ao passo que 34,1% dos inquiridos afirmaram que não se lembram de qualquer acção de sensibilização (Tabela n.º 23).

Dos 54 inquiridos que responderam à questão n.º 22<sup>21</sup>, uma elevada percentagem dos mesmos (94,4%) afirmaram que as acções de sensibilização tiveram impacto nas suas vidas ao ponto de alterar os seus comportamentos, tendo apenas 5,6% respondido que as mesmas não tiveram qualquer impacto ao ponto de alterar os seus comportamentos (Tabela n.º 24). Por fim, dos 51 inquiridos que responderam à questão n.º 23<sup>22</sup>, mais de metade dos inquiridos (52,9%) afirmaram que as acções de sensibilização levaram a que prestassem mais atenção às questões referidas nas mesmas, enquanto 47,1% afirmaram que começaram a seguir as indicações dadas durante essas iniciativas (Tabela n.º 25).

Relativamente à forma como os inquiridos preferem que essas acções sejam realizadas, 62,2% responderam que é através da partilha de experiências, 14,6% através da apresentação de imagens ou vídeos e 12,2% através da realização de actividades lúdicas, o que demonstra bem que os inquiridos privilegiam um contacto mais pessoal através de conversação (Tabela n.º 26).

A última questão colocada diz respeito ao nível de confiança depositado nos elementos afectos ao Programa Apoio 65. Podemos constatar que estes elementos reúnem bastante confiança por parte dos inquiridos, uma vez que 69,5% destes afirmaram ter muita confiança, e 24,4% afirmaram ter alguma confiança, sendo que apenas 1,2% dos inquiridos afirmou não ter nenhuma confiança nestes elementos (Tabela n.º 27).



**Figura 10 – Questão n.º 25 do questionário Modelo II: “Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos ao Apoio 65?” (Fonte: elaboração própria).**

<sup>21</sup> “As acções de sensibilização produziram em si impacto ao ponto de alterar os seus comportamentos?”

<sup>22</sup> “De que maneira é que as acções de sensibilização o/a influenciaram?”

Quando fazemos o cruzamento de dados da pergunta n.º 6, com a questão n.º 25, com o intuito de perceber se os idosos apresentam valores idênticos em termos de confiança, constatando que 63,4% dos inquiridos têm muita confiança na PSP, e muita confiança nos elementos do Programa Apoio 65 (Tabela n.º 29).

Este questionário demonstrou-nos que a população idosa inquirida revela altos índices de sentimento de insegurança, ainda que seja uma insegurança subjectiva, mas que apesar disso e de considerarem a cidade de Odivelas como uma cidade violenta, demonstram ter bastante confiança no trabalho desenvolvido pela PSP, apoiando inclusive o seu trabalho de proximidade através de programas direccionados para pessoas de maior vulnerabilidade, que acabam por lhes conferir maior segurança.

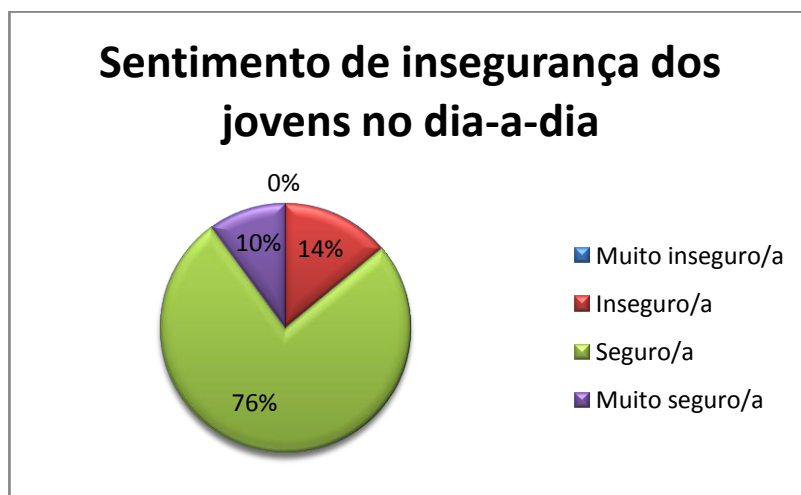
### **3.4.2. Questionários aplicados aos jovens**

A amostra deste questionário é composta por 100 alunos da Escola Secundária de Odivelas, sendo que 56% dos inquiridos são do género feminino, e 44% do sexo masculino (Tabela n.º 1). A idade dos mesmos varia entre os 14 e os 19 anos de idade, sendo que 49% encontra-se no intervalo de idades entre os 16-17 anos, 34% entre os 18-19 anos, e 17% entre os 14-15 anos (Tabela n.º 2).

Relativamente ao sentimento de insegurança dos inquiridos, a maioria revela que no dia-a-dia se sentem seguros (76%), sendo que apenas 14% referiram que se sentem inseguros, tendo ainda 10% dos inquiridos referido que se sentem muito seguros (Tabela n.º 3). Curiosamente, e ao contrário daquilo que constatámos durante a nossa pesquisa de campo através de conversas mantidas com alguns jovens da Escola Secundária de Odivelas<sup>23</sup>, o género que mais referiu sentir-se inseguro, ainda que em reduzido número, é o sexo masculino, uma vez que 9% dos inquiridos referiram que se sentem inseguros no dia-a-dia, contra 5% do sexo feminino (Tabela n.º 29).

---

<sup>23</sup> Vide Anexo 1, relato de Diário de Campo do dia 30-03-2013.



**Figura 11 – Questão n.º 1 do questionário Modelo II: “No seu dia-a-dia normal sente-se:”**  
(Fonte: elaboração própria).

Inquiridos sobre a frequência com que se sentem inseguros, 57% referiram que tal ocorre poucas vezes, 34% que raramente ou nunca acontece, e apenas 7% referiram que se sentem inseguros bastantes vezes (Tabela n.º 4).

Quanto à situação que desperta maior sentimento de insegurança nos inquiridos, e à semelhança do que pudemos observar nos questionários dos idosos, a maioria refere que isso se deve ao facto de ouvirem falar de algum tipo de crime (62%), sendo que apenas 16% dos inquiridos referiram ter sofrido algum tipo de crime. No entanto, e ao contrário do que se verificou nos questionários da população idosa, uma percentagem, ainda que reduzida (6%), referiu que esse sentimento de insegurança é causado por um serviço policial ineficaz (Tabela n.º 5).

Quanto ao dano que desperta maior receio nos inquiridos, o dano físico foi o tipo de dano mais referido (71%), à semelhança do que se tinha verificado nos questionários aplicados aos idosos, sendo seguido pelo dano psicológico (24%) e pelo dano patrimonial (5%) (Tabela n.º 6).

A cidade de Odivelas é classificada por 59% dos inquiridos como sendo pouco violenta. No entanto, uma margem ainda considerável (38%) considera que a cidade é violenta, sendo que apenas 2% dos inquiridos referiram que a cidade não tem um carácter violento (Tabela n.º 7).

Quando inquiridos sobre o nível de confiança que depositam na PSP, 60% referiram que depositam alguma confiança. Ao invés, 21% afirmam que depositam pouca confiança, e 9% referem que não têm qualquer confiança na PSP. Apenas 10% dos inquiridos disseram ter muita confiança (Tabela n.º 8). Apesar disso, verifica-se um maior número de inquiridos a referir que se sentem mais seguros quando mantém um contacto

mais regular com a PSP (57%), sendo que 43% dos inquiridos referiram que esse contacto mais regular não os faz sentir mais seguros (Tabela n.º 9).

Relativamente ao desempenho policial, 68% dos inquiridos consideram que o mesmo é aceitável, verificando-se que existe uma percentagem semelhante nos inquiridos que consideram o desempenho policial bom (14%), e nos que consideram o mesmo com sendo mau (13%) (Tabela n.º 10).

No que ao policiamento de proximidade diz respeito, apenas um quarto dos inquiridos afirmou conhecer o mesmo, sendo que 75% dos mesmos disseram que nunca ouviram falar desse tipo de policiamento (Tabela n.º 11).

Verificou-se que a existência de programas especiais, dedicados a pessoas de maior vulnerabilidade, é considerada proveitosa pela maioria dos inquiridos (93%), que consideram também na sua maioria (90%) que a PSP não deveria abandonar estes Programas (Tabelas n.º 12 e 13).

Quanto à importância que os inquiridos atribuem a um policiamento mais próximo do cidadão, 64% dos inquiridos consideram que o mesmo é importante, e 24% considera que é muito importante, tendo-se verificado então que apenas uma minoria considera que este tipo de policiamento não é importante, ou que terá pouca importância (5% e 7% respectivamente) (Tabela n.º 14).

Olhando agora para as questões respeitantes ao Programa Escola Segura, verificamos que o mesmo é bem conhecido dos inquiridos, pois 86% afirma conhecer o mesmo (Tabela n.º 15). Relativamente aos efeitos que este Programa produz em termos de segurança, 61% dos inquiridos afirmam que se sentem mais seguros com a existência de um programa direccionado para a população estudantil, 36% referiram que lhes é indiferente, e apenas 3% disseram que não se sentem mais seguros com a existência de tal programa (Tabela n.º 16). Sobre a possibilidade de este programa deixar de existir, 51% referiram que lhes seria indiferente em termos de sentimento de segurança, e apenas 26% confessou que se sentiriam menos seguros (Tabela n.º 17).

Quanto ao contacto com os elementos deste programa, verificou-se que apenas uma percentagem muito baixa de jovens (4%) contactou com os mesmos por sua livre iniciativa (Tabela n.º 18). No entanto, quando questionados sobre a forma como gostariam de ser contactados por estes elementos, 60% afirmaram que seria pessoalmente. De entre as várias hipóteses apresentadas saliente-se que, a seguir ao contacto pessoal, são os meios informáticos que reúnem a preferência dos inquiridos, com 16% dos inquiridos a escolherem as redes sociais e 14% o e-mail (Tabela n.º 19).

A importância que os meios informáticos assumem nos dias de hoje na vida dos jovens estudantes está bem patente quando 93% dos mesmos referem que a existência de uma plataforma electrónica facilitaria o contacto com os elementos do Programa Escola Segura (Tabela n.º 21). Em termos de locais onde preferiam ser contactados, 60% dos inquiridos dizem ser a Escola o local de eleição, 18% o seu domicílio, 12% na rua, 7% na esquadra e 3% no café (Tabela n.º 20).

Quanto à relação entre o Programa Escola Segura e a criminalidade, 67% dos inquiridos são da opinião de que não existe menos crime junto da população estudantil pelo facto do Programa existir, tendo 33% dos inquiridos respondido que realmente existe relação entre a diminuição da criminalidade juntos dos jovens estudantes e a existência do Programa (Tabela n.º 22).

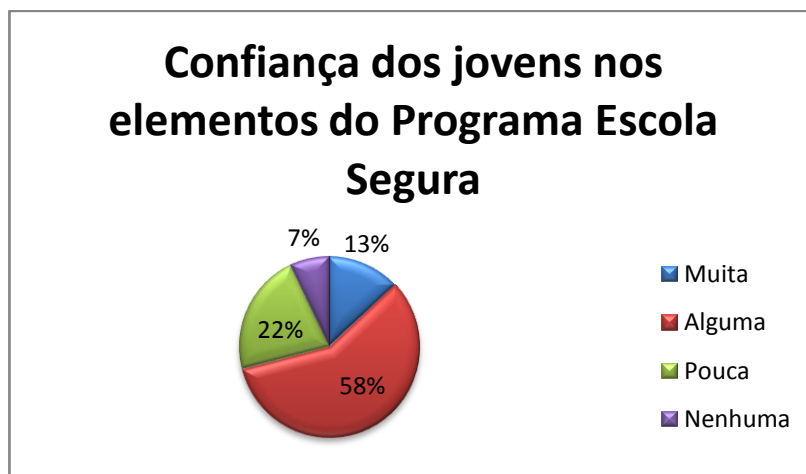
Enveredando agora pelas questões acerca das acções de sensibilização, verificamos que uma percentagem bastante elevada dos inquiridos é da opinião de que estas acções são importantes (94%) (Tabela n.º 23). No entanto verificamos que só uma reduzida fracção de inquiridos se lembram convictamente de alguma acção (28%), pois os restantes afirmam que apenas se lembram vagamente (36%), ou que não se lembram sequer de qualquer acção (36%) (Tabela n.º 24).

Do grupo de inquiridos que respondeu afirmativamente à questão n.º 22, lembrando-se convicta ou vagamente, 78,1% afirmaram que as acções de sensibilização produziram nos próprios um impacto ao ponto de alterar os seus comportamentos, tendo apenas 21,9% dos inquiridos respondido negativamente a esta questão (Tabela n.º 25). Relativamente à forma como os inquiridos terão sido influenciados por essas acções, 58% afirmaram que começaram a prestar mais atenção às questões referidas nessas iniciativas, e 38% disseram que começaram a seguir as indicações dadas durante essas iniciativas. De referir também que 4% dos inquiridos influenciados disseram que começaram a tomar acções contrárias às aconselhadas por essas iniciativas (Tabela n.º 26).

Questionados sobre a forma como preferiam que as acções de sensibilização fossem realizadas, os inquiridos responderam na sua maioria que o ideal seria através da partilha de experiencias (34%), ainda que a realização de actividades lúdicas tivesse sido escolhida por um número aproximado de inquiridos (31%). A opção menos escolhida pelos jovens acabou por ser a distribuição de folhetos informativos (12%), demonstrando assim que é necessário privilegiar as acções que impliquem maior contacto e interacção com os jovens, em vez de transmitir simplesmente a informação (Tabela n.º 27).



A última pergunta do questionário incidia sobre o nível de confiança que os estudantes depositavam nos elementos afectos à Escola Segura. A este propósito, 58% dos inquiridos referiram ter alguma confiança e 13% referiram ter muita confiança, demonstrando desta forma que os elementos que constituem este Programa recolhem a confiança da maioria dos inquiridos, uma vez que só 22% dos inquiridos referem ter pouca confiança, e apenas 7% afirmam não ter qualquer confiança nesses elementos (Tabela n.º 28).



**Figura 12 – Questão n.º 26 do questionário Modelo II: “Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos à Escola Segura?” (Fonte: elaboração própria).**

### **3.4.3. Conclusões**

A aplicação destes questionários permitiu-nos avaliar diversas variáveis, relacionadas com dois grupos com características que lhes conferem maior vulnerabilidade.

A primeira, relacionada com o sentimento de segurança, levou-nos a concluir que os idosos apresentam elevados índices de insegurança, o que contrasta com níveis apresentados pelos jovens.

Se em relação à população idosa podemos concluir que o sentimento de insegurança vigora na maior parte dos mesmos, e de forma constante no seu dia-a-dia, já em relação aos jovens o mesmo não sucede, uma vez que estes revelam que o sentimento de insegurança é uma realidade esporádica, e que no geral sentem-se seguros nas suas vidas quotidianas. Tal facto leva-nos a concluir que os idosos são o grupo que apresenta maiores índices de insegurança, e que deverão acolher maior atenção por parte dos elementos policiais, no sentido de reduzir esses níveis de insegurança. Nesse sentido é necessário atender às principais causas do sentimento de

insegurança que, como se comprovam nos nossos resultados, resultam maioritariamente da mediatização e relato dos crimes.

A segunda ilação que retirámos deste estudo, é que a principal preocupação dos inquiridos em relação à criminalidade, prende-se com a possibilidade de existirem danos físicos, justificando assim uma maior atenção por parte da PSP junto dos crimes que estão relacionados com esse tipo de crime.

A terceira ilação incide no relacionamento entre a PSP e a população inquirida, que nos permitiu retirar algumas conclusões contraditórias. Por um lado, temos a população de um grupo que apresenta elevados níveis de insegurança, que no entanto não deixa de ter confiança no trabalho desenvolvido pela PSP, alegando que o contacto frequente com a mesma lhes transmite maior segurança, e considerando mesmo que esta desenvolve um bom trabalho, dentro das suas limitações, que segundo alguns inquiridos são criadas pelo poder político<sup>24</sup>. Do outro lado, temos a população juvenil que apresenta níveis de insegurança reduzidos, mas que revelam ter menos confiança na PSP que os idosos, e que fazem uma pior classificação do trabalho policial quando comparada com a avaliação dos idosos.

Esta terceira ilação leva-nos a querer que será necessário estreitar relações entre a comunidade juvenil e os elementos do Programa Escola Segura, com o intuito de ganhar a confiança dos jovens e para que possam olhar para os elementos policiais não como elementos de uma força repressiva, mas sim de uma instituição que tem vindo a privilegiar cada vez mais a proximidade com os cidadãos, orientando-se para a resolução dos seus problemas com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

No que ao policiamento de proximidade diz respeito, e à existência de programas direccionados para grupos sociais de maior vulnerabilidade, constatámos que tanto os idosos como os jovens consideram vantajosa a existência de tais programas, e que os mesmos não deverão ser abandonados, ainda que isso signifique um aumento de meios para o combate à criminalidade. Consideramos assim que com estas respostas os inquiridos revelam uma consciencialização de que a Polícia poderá ser um excelente meio de resolução dos seus problemas. Além disso, parece-nos que para os inquiridos, a ideia de ter a Polícia concentrada na resolução dos seus problemas confere-lhes maior segurança.

Entrando no âmbito concreto dos Programas Especiais, verificámos que subsiste um caminho a percorrer no que concerne à divulgação do Programa Apoio 65, uma vez

---

<sup>24</sup> Vide Anexo 1, Diário de Campo, dia 20-03-2013.

que o mesmo ainda é desconhecido por parte de quase metade dos inquiridos, e são poucos os que já contactaram por sua livre iniciativa com o referido Programa. Tal divulgação é fundamental para induzir nos idosos a iniciativa de contactar com os elementos afectos a este Programa, facilitando assim à PSP o conhecimento de situações de risco.

Relativamente ao sentimento de segurança induzido por estes Programas, verificámos que apesar de grande parte dos jovens expressarem que se sentem mais seguros devido à existência da Escola Segura, a maioria referiu também que lhes é indiferente em termos de segurança o desaparecimento deste Programa. Tal facto não se verifica na população idosa, uma vez que a maioria confessa que a existência deste Programa confere maior segurança, e que o seu desaparecimento iria incrementar o sentimento de insegurança vivenciado, justificando plenamente a existência do Programa no que à redução do sentimento de insegurança diz respeito.

Constata-se também o facto de um elevado número de idosos considerar que existe menos crime graças à existência desse Programa, contribuindo assim fortemente para a redução do seu sentimento de insegurança. O mesmo não se aplica aos jovens, uma vez que mais de metade não considera que haja relação entre a redução da criminalidade e a existência do Programa Escola Segura.

A ligação entre os elementos afectos a estes Programas e estes grupos também foi abordada, levando-nos a constatar que a escolha de estes elementos para integrarem os respectivos Programas ter-se-á revelado acertada, uma vez que os mesmos conseguem recolher a confiança da maioria dos inquiridos.

Já no que às acções de sensibilização diz respeito, e após se constatar que estas produzem elevado impacto nestes grupos, levando-os a prestar mais atenção às questões debatidas, a seguir orientações dadas pelas mesmas, ou até mesmo a ir contra as indicações fornecidas (ainda que seja uma fracção muito reduzida), inquiriu-se os idosos e os jovens sobre a melhor forma de se realizarem estas acções, sendo que a maioria optou pela partilha de experiências, levando-nos mais uma vez a crer que os elementos destes programas devem privilegiar cada vez mais um contacto mais próximo e pessoal com o público-alvo.

As últimas conclusões dizem respeito a questões colocadas com o intuito de se averiguar formas de melhorar o serviço prestado por esses Programas. Desta forma, os inquiridos revelaram preferir ser contactados pelos elementos destes programas ao invés de serem eles a tomar a iniciativa, sendo que a maioria prefere o contacto pessoal. O

nosso estudo mostra assim que o que faz com que as pessoas se sintam mais seguras é a Polícia à porta das casas das pessoas contactando-as pessoalmente, não bastando estar com as mesmas em lares ou contactar telefonicamente com elas, indicando-nos deste modo a resposta táctica que devemos seguir.

No entanto, há que destacar também a predisposição dos jovens em encetar esse tipo de contactos através de meios informáticos, havendo uma larga maioria dos mesmos a referir que a existência de uma plataforma electrónica facilitaria o contacto entre ambos os lados.

## **Conclusão**

Findo o nosso estudo, é altura de salientar as principais conclusões que nos foi possível alcançar. Constatámos que o MIPP surgiu da necessidade de se implementar um modelo de policiamento mais próximo do cidadão e dos seus problemas, tendo em vista a prevenção criminal e o aumento do sentimento de segurança das pessoas, servindo-se dos vários Programas Especiais existentes para a prossecução desses objectivos. Esses Programas incidem naqueles que, pelas suas características, apresentam maior vulnerabilidade no seio da sociedade, como é o caso da população estudantil e dos idosos.

É com a criação da Directiva Estratégica n.º 10/2006, que visava congregar numa estratégia global os programas que teriam sido implementados de uma forma desconexa, que são elencados os objectivos operacionais e estratégicos pelos quais se guiam os Programas Especiais, tendo sido destacados neste trabalho os objectivos operacionais de redução do sentimento de insegurança e criminalidade de massa.

Deste modo, o nosso estudo foi elaborado tendo presente a necessidade de se constatar a eficácia do modelo de policiamento em vigor na PSP, pretendendo-se desta forma contribuir para um aumento de eficiência e eficácia no que ao serviço policial diz respeito. Para tal, procurámos descortinar se os objectivos operacionais anteriormente referidos têm vindo a ser alcançados, analisando assim a evolução da criminalidade de massa e o sentimento de insegurança da população alvo dos Programas especiais Escola Segura e Apoio 65, tendo escolhido para tal a área da 71ª Esquadra da Divisão de Loures.

Em relação aos objectivos elencados para o nosso estudo, consideramos que os mesmos foram alcançados com sucesso, permitindo-nos assim avaliar em que medida os objectivos operacionais têm vindo a ser cumpridos através dos referidos Programas, e demonstrar a influência desses junto dos jovens e dos idosos.

Para o primeiro objectivo de constatação do cumprimento dos objectivos operacionais plasmados na Directiva Estratégica n.º 10/2006 de redução dos índices de insegurança e criminalidade de massa, foi levantada a hipótese de que a implementação deste modelo contribui realmente para a redução do sentimento de insegurança da população juvenil e idosa, e para a redução da criminalidade de massa que afecta os mesmos.

Esta hipótese foi confirmada no âmbito da população juvenil, uma vez que se apurou através da realização de questionários, que este grupo apresenta reduzidos

índices de sentimento de insegurança, apurando-se ainda através da análise criminal que a criminalidade de massa direccionada aos jovens tem vindo a decrescer ao longo dos últimos cinco anos.

No âmbito dos idosos, esta hipótese foi infirmada pelo facto dos mesmos apresentarem elevados índices de insegurança, ainda que a criminalidade de massa direccionada para este grupo tenha vindo a decrescer nos cinco anos contemplados no nosso estudo.

No que concerne ao segundo objectivo que visava demonstrar a influência dos Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65 junto da população idosa e juvenil, levantou-se a hipótese de as acções levadas a cabo tendo por base as directivas do MIPP, ao abrigo dos Programas Especiais já referidos, produzirem efeitos significativos junto da sua população alvo.

Relativamente a esta hipótese, a mesma foi confirmada através dos questionários aplicados, que revelaram o impacto que as acções de sensibilização tiveram na amostra do nosso estudo. Foi desta forma afirmado pela maioria dos idosos e jovens que se lembram dessas acções, que estas produziram neles impacto ao ponto de alterar os seus comportamentos, levando-os maioritariamente a seguir as indicações fornecidas por essas acções ou a prestar mais atenção às questões debatidas.

Podemos agora dar resposta à pergunta de partida do nosso estudo: “será o MIPP eficaz na prossecução dos objectivos operacionais de redução dos índices de insegurança e criminalidade de massa, através dos seus Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65?”.

É nosso entender que a resposta a esta pergunta deverá ser afirmativa, ainda que com algumas condicionantes. No âmbito da criminalidade de massa, a tendência de redução dos índices criminais suporta a ideia de que estes programas estarão a ser eficazes, actuando de forma preventiva ao alertar estes grupos de risco para as vulnerabilidades a que estão sujeitos, fazendo as devidas recomendações para que possam prevenir a sua vitimação criminal.

No âmbito do sentimento de insegurança, os níveis de segurança dos jovens fornecem indicações muito positivas sobre o trabalho que está a ser desenvolvido pela Escola Segura. Já no que concerne ao Apoio 65, ainda que o sentimento de insegurança dos idosos se apresente como bastante elevado, não deixou de se confirmar que o contacto permanente com a PSP e existência de um programa direccionado para os idosos contribui para uma maior segurança por parte destes. Deste modo, entendemos

que o Programa tem as condições necessárias para prosseguir o objectivo operacional de redução do sentimento de insegurança, sendo necessário no entanto procurar novas tácticas para o alcançar.

Tendo em vista a melhoria do serviço público prestado pela PSP, procurámos como complemento ao nosso estudo averiguar de que forma é que estes Programas poderão melhorar os seus níveis de eficácia, indo de encontro ao que os cidadãos pretendem.

Assim, foram colocadas questões a ambos os grupos sobre a forma como preferiam ser contactados pelos elementos destes Programas, e de que forma preferiam que as acções de sensibilização fossem realizadas, sendo que as respostas obtidas levam-nos a concluir que no caso dos idosos, a solução passa por um contacto mais pessoal com os idosos, partilhando experiências nas acções de sensibilização e indo a casa das pessoas contactar com as mesmas.

No caso dos jovens, o contacto pessoal nas escolas deve ser o caminho a seguir, tendo em conta ainda que as tecnologias informáticas apresentam-se como excelentes alternativas, devendo inclusive apostar-se mais nas plataformas electrónicas, de forma a aproximar a PSP a uma geração cada vez mais ligada às redes sociais.

Face às conclusões apresentadas, não podemos deixar de realçar a pertinência da investigação realizada, podendo esta vir a constituir-se como uma boa ferramenta de suporte a utilizar futuramente, no âmbito de avaliação dos Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65, e consequente avaliação da eficácia do MIPP. Os dados recolhidos ao longo do estudo, por terem um carácter actual, permitem ainda uma avaliação do trabalho desenvolvido na 71ª Esquadra no âmbito do policiamento de proximidade, constituindo assim uma referência para o Comandante da referida esquadra.

Salientamos ainda a possibilidade do presente trabalho poder vir a servir de linha de orientação para novas linhas de investigação, deixando a proposta de que seja utilizado no estudo de outros Programas Especiais existentes na PSP, ou eventualmente na análise de outras áreas policiais, podendo mesmo em casos mais ambiciosos ser aplicado a nível das Divisões policiais.

## **Bibliografia**

**ALVES**, Flávio (1999), *As Forças de Segurança II*, Polícia Portuguesa, n.º 119, Série II.

**ANDRADE**, José (1993) – *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Almedina, Coimbra.

**BARATA**, Ricardo (2010), *O Posicionamento Estratégico da polícia de Segurança Pública face ao problema da delinquência juvenil*, (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa, ISCPSI.

**BAYLEY**, David (1985), *Padrões de policiamento – uma análise comparativa internacional*; Série Polícia e Sociedade; Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

**BAYLEY**, David (1994), *Police for the Future*, Oxford University Press, New York.

**BAYLEY**, David (1998), *What Works in Police*, Oxford University Press, New York.

**CAETANO**, Marcello, (1937) *Manual de Direito Administrativo*, Vol. II, 10ª edição, 4ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 1990.

**CARAPETO**, Carlos, **FONSECA**, Fátima (2005), *Administração Pública, Modernização, Qualidade e Inovação*, Lisboa, Edições Sílabo.

**CLEMENTE**, Pedro (2008), *Informações e policiamento: conhecer e agir*, Polícia Portuguesa, n.º 7, Série III.

**COSTA**, Alberto (1995), discurso na cerimónia de abertura solene do ano lectivo de 1995/1996, in Polícia Portuguesa, n.º 96, Nov/Dez.

**COSTA**, Alberto (1996), *Para a modernização da Actividade Policial*, MAI, Lisboa.

**COSTA**, Paulo Sérgio Magalhães da (2002), *A Resposta Policial ao Sentimento de Insegurança dos Idosos* – Tese de Licenciatura em Ciências Policiais – edição não revista, ISCPSI.

**DAVIN**, João (2007), *A criminalidade organizada transnacional – A cooperação Judiciária e Policial na EU*, Almedina, Coimbra.



**DIAS**, Hélder Valente (2010), *O Mundo Passa e a Polícia Passa Também: Metamorfoses da Polícia no Contexto do Estado Pós-Social*, Lição Inaugural, Lisboa, ISCPSI.

**DIAS**, Jorge de Figueiredo e **ANDRADE**, Manuel da Costa (1997), *Criminologia – O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, Coimbra Editora.

**DIOGO**, Sandra (2000), *A actuação policial: Factor condicionante do sentimento de insegurança*. Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, edição não revista e policopiada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

**DURÃO**, Susana, (2008), *Patrulha e Proximidade – uma etnografia da Polícia em Lisboa*, Centro de Investigação do ISCPSI, Almedina.

**ELIAS**, Luís (2007), *Policiamento de proximidade: Princípios e Fundamentos para a implementação de estratégias de Prevenção Criminal*, Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro, Almedina.

**ELIAS**, Luís (2008) “ A gestão da Prevenção Criminal”, in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo, Coimbra, Livraria Almedina.

**ELIAS**, Luís (2009). Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida. In A. Anselmo, M. Valente & G. Marques da Silva, eds. *A (nova) governança da segurança numa contemporaneidade complexa*.

**ESTEVES**, Alina Isabel Pereira (1999), *A Criminalidade na Cidade de Lisboa – uma geografia da insegurança*, Edições Colibri.

**FERNANDES**, Daniela (2010), *Urbanismo e Segurança – Contributos da Concepção, Manutenção e Utilização do Espaço para a prevenção criminal – Uma abordagem ao bairro da Bela Vista, em Setúbal* (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa, ISCPSI.

**FERNANDES**, Luís Fiães (2006). *A prevenção da criminalidade*. In Valente, Manuel Monteiro Guedes (coordenador), II Colóquio de Segurança Interna, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina.

**FERNANDES**, Luís Fiães (2006). *A sociedade de risco e a liquidificação da segurança*. Trabalho final do 2.º Curso de Direcção e Estratégia Policial, não publicado. Lisboa, ISCPSI.

**FERNANDES**, Luís & Pinto, M. (2008). *A Juventude Urbana pobre e cidade predatória, O gunga como figura da ameaça*. In Cunha, M. I. (org.), *Aquém e Além da Prisão: cruzamentos e perspectivas*. 90 Graus Editora.

**FERNANDES**, Tiago (2009). *Contributo das incivildades para o sentimento de insegurança: A prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*. Monografia de licenciatura em Ciências Policiais, não publicada. Lisboa; ISCPSI.

**FERRARO**, Kenneth (1995), *Fear of Crime: Interpreting Victimization Risk*, State University of New York Press.

**FERREIRA**, Nuno, (2011), *Predictive Policing - Uma técnica complementar ao serviço do PIPP - Estudo Exploratório* (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.

**FERREIRA**, Sara (2010), *Sentimento de Insegurança: Contributos para a Construção de Indicadores de Medida*, (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.

**GAROFALO**, James (1981), *The Fear of Crime: Causes and Consequences*, The Journal of Criminal Law & Criminology, vol.72, nº2, pp. 839-859.

**GOLDSTEIN**, Herbert (1990). *Problem-Oriented Policing*. New York: McGraw-Hill Inc.

**GOMES**, Paulo Valente (2001), *Modelos de Policiamento in Infância e Juventude* – Revista do Instituto de Reinserção Social, nº4/2001.

**GUINOTE**, Hugo (1999), *Gestão de conflitos: Aproveitamento da vítima indirecta na gestão de conflitos no interior de bairros degradados*, (Tese de Licenciatura: edição policopiada), Lisboa, ISCPSI.

**GUINOTE**, Hugo (2007), *O sentimento de insegurança e os diversos poderes*, in POLITEIA ANO 3 - Nº 1, ISCPSI.

**GUINOTE**, Hugo (2009), *Respostas Tático-Policiais ao fenómeno da droga, in Criminalidade organizada e criminalidade de massa*, Centro de Investigação, ISCPSI, Almedina.

**HASSEMER**, Winfried (1995). *A história das ideias penais na Alemanha do pós-guerra seguido de a segurança pública no estado de direito*. Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

**LAB**, Steven (2007) *Crime Prevention in International Handbook of Penology and Criminal Justice*

**LEAL**, Tiago (2011), *O Contributo das incivilidades para o sentimento de insegurança: o fenómeno da toxicodependência*, (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.

**LEITÃO**, José Carlos Bastos, (2000), *Sentimentos de Insegurança*, Revista Polícia Portuguesa, n.º 125, Setembro/Outubro.

**LEITÃO**, José Carlos Bastos, (2005), *Linhas de Desenvolvimento do Modelo de Policiamento da PSP* (Tese final do Curso de Direcção e Estratégia Policial: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.

**LOURENÇO**, Nélson, **LISBOA**, Manuel, (1992), *Representações da Violência*, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.

**LOURENÇO**, Nélson, **LISBOA**, Manuel, (1998), *Dez anos de crime em Portugal – análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.

**LOURENÇO**, Nélson, **LISBOA**, Manuel, **FRIAS**, Graça (1998), *Crime e Insegurança: Delinquência urbana e exclusão social*”, Subjudice-Justiça e Sociedade, nº13, DocJuris, Lisboa.

**MACHADO**, Bruno, (2010), *Actuação Policial em Zonas Urbanas Sensíveis: De Desordem ao Unrest – Reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela PSP* (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.

**MACHADO**, Carla (2004). *Crime e insegurança: Discursos do medo e imagem do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.

**MAIA**, Hortense (1997) – *Representações sociais da violência urbana e avaliação do sentimento de insegurança na cidade de Lisboa*”, Tese de Mestrado em Sociologia do Território, Edição policopiada, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

**MONET**, Jean-Claude (2002). *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

**MOREIRA**, Mário (2008). *Incivilidades e sentimento de insegurança: Estudo exploratório sobre a prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*. Monografia de licenciatura em Ciências Policiais, não publicada, ISCPSI, Lisboa.

**OLIVEIRA**, José Ferreira de (2006), *As políticas de segurança e os modelos de policiamento – a emergência do policiamento de proximidade*, Almedina.

**REINER**, Robert (2010), *The Politics of the Police*, Oxford University Press.

**ROCHÉ**, Sebastian (1993), *Le sentiment d’insécurité*, Presses Universitaires de France.

**ROCHÉ**, Sebastian (1996). *La société incivile: Qu’est-ce que l’insécurité?* Paris: Editions du Seuil.

**SANTO**, Paula Espírito de (2010), *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa.

**SKOLNICK**, Jerome, **BAYLEY**, David, (1988), *Community Policing: issues and practices around the World*, tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro, 1ª Edição, Universidade de São Paulo, 2006.

**SOARES**, Vítor Manuel Barros (2002), *Programa Escola Segura: um estudo na cidade do Porto*, in *Forças de Segurança e Investigação Científica – um espaço de reflexão*, MAI, Lisboa.

**VALENTE**, Manuel Monteiro Guedes (2009). *Teoria geral do direito policial* (2ª ed.). Coimbra: Almedina

**YIN**, Peter (1980), *Fear of crime among the elderly: some issues and suggestions*, *Social Problems*, April, vol.27, nº4.

**YIN**, Peter. (1982), *Fear of crime as a problem for the elderly*, *Social Problems*, vol.30, nº2. December.

### **Outros documentos:**

Barómetro APAV / Intercampus #2: Criminalidade e Insegurança.

Censos 2011, resultados definitivos, Instituto Nacional de Estatística.

Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e Parlamento Europeu sobre Prevenção da Criminalidade na União Europeia (2004/C 92/2).

Programa do XVII Governo Constitucional.

Programa do XIX Governo Constitucional.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2004.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2010.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2011.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2012

SociNova/PSP (2006): Implementação e Avaliação de um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.

SociNova/PSP (2007): Implementação e Avaliação de um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.

### **Legislação:**

Código de Processo Penal.

Constituição da República Portuguesa.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Decreto-lei 117/2009, de 18 de Maio.

Despacho do MAI n.º50/96, de 30 de Setembro.

Despacho do MAI n.º 54/96 de 21 de Outubro.

Despacho Conjunto do MAI e ME n.º105-A/2005, de 2 de Fevereiro.

Despacho Conjunto do MAI e ME n.º25 650/2006, de 19 de Dezembro.

### **Doutrina policial interna:**

Directiva Estratégica 10/2006 de 15 de Maio (classificado) – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP, Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, Departamento de Operações, Lisboa, 2006.

OP n.º 004822, de 12 de Julho de 2010.

### **Sítios de internet**

[www.ine.pt](http://www.ine.pt) consultado em 19-12-2012

[www.psp.pt](http://www.psp.pt) consultado em 02-01-2013

<http://www.gepe.min-edu.pt/np4/9.html> consultado em 16-01-2013

<http://www.fbi.gov/about-us/investigate/organizedcrime/glossary> consultado em 10-02-2013

<http://www.interpol.int/Crime-areas/Organized-crime/Organized-crime> consultado em 24-02-2013

<https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/index.html> consultado em 24-02-2013

<http://www.sis.pt/> consultado em 24-02-2013

<http://www.crime-prevention-intl.org/> consultado em 10-01-2013

<http://www.erich-marks.de/Biografie/Media/HandbookCrimePrevention.pdf>  
consultado em 03-02-2013

## **Anexos**

### **Anexo 1 - Diário de Campo**

Dia 20-03-2013

Desloquei-me para Odivelas com o intuito de realizar questionários a alguns cidadãos idosos daquela área. Tendo em conta que o tempo estava agradável, e um dia bastante solarengo, resolvi procurar alguns parques, onde os idosos se costumam reunir para conviver ou simplesmente passarem o tempo.

Junto ao rio, deparei-me com a existência de um espaço verde, onde existem vários bancos, e onde estavam concentrados alguns idosos. Dirigi-me a duas senhoras que estavam sentadas perto do rio, perguntando-lhes se poderia realizar algumas questões no âmbito da minha dissertação, pedido que acederam, ainda que demonstrando alguma renitência inicial, tendo inclusive uma das senhoras dito que não queria o nome dela em nenhum papel. Após explicar que estava no Curso de Formação de Oficiais da PSP, e que os questionários eram de carácter anónimo, comecei a conversa com as senhoras, colocando as minhas questões.

Enquanto realizava os questionários, era bastante audível a música que provinha de um apartamento perto do local onde nos encontrávamos. A música encontrava-se num volume que a tornava audível a largos metros de distância, e ao mesmo tempo um homem com uma aparência algo desleixada, dançava no meio da rua e ia gritando frases como “boa música! Mete mais alto para curtir o som!”. As senhoras olham para o indivíduo, e dizem “está a ver? É sempre assim...estes bandidos só fazem barulho, nem deixam ninguém descansar. E a Polícia passa aqui e não faz nada!”. Ao longo da conversa denotei alguma insatisfação por parte das senhoras, porque no seu entender a Polícia não aparece tantas vezes quanto devia. Uma das senhoras já teria sido assaltada uma vez, e refere que desde então já não se sente segura para sair à rua, e quando o faz, deixa todo os anéis e fios de ouro que possui em casa, pois entende que poderá ser assaltada novamente.

Finalizada a conversa com as duas senhoras, dirigi-me para um casal de para duas senhoras e um senhor que estariam sentados no pequeno muro que separa o passeio do rio. Quando os cumprimentei, e perguntei se poderia fazer um questionário, explicando o teor do mesmo ao senhor que se encontrava presente, uma das senhoras levanta-se e vai-se embora, demonstrando assim alguma desconfiança ou simplesmente falta de vontade de colaborar. Apliquei um inquérito à outra senhora, mas não ao senhor que se encontrava presente, uma vez que o mesmo teria dito que não era da zona. No entanto, durante o questionário e mesmo após tê-lo completado, o senhor demonstrou



sempre uma enorme simpatia e uma enorme vontade de falar, contando-me vários episódios com que se tinha deparado ao longo da sua vida, numa longa conversa que demorou uma hora.

Ao longo dessa tarde procurei aplicar mais alguns questionários, tendo aplicado um total de 5 questionários ao longo de 4 horas, o que revela as elevadas dificuldades em aplicar questionários a idosos, não só por dificuldades em responder a questões ou relutância de responder às mesmas, mas também por muitos idosos gostarem de manter uma conversa e relatar inúmeros episódios porque passaram, sendo que cada conversa demorava sempre bastante tempo.

Dia 20-03-2013

Aproveitei a tarde livre para ir aplicar mais alguns inquéritos em Odivelas à população idosa. Como na última vez que o tinha feito não consegui aplicar um número considerável de inquéritos, optei por uma estratégia diferente. Dirigi-me à Esquadra de Odivelas para falar com o pessoal do programa Apoio-65, com o intuito de me poderem ajudar a encontrar os melhores sítios para aplicar os questionários. Disseram-me que um centro dia ali perto seria uma boa opção, uma vez que costuma ser frequentado por bastantes idosos. Uma vez que não tinham nada planeado, e após o consentimento do Comandante da 71ª, os elementos policiais acompanharam-me até ao referido centro.

Chegado ao local pretendido, depressa constatei que o que me teriam dito corresponde à realidade, ao deparar-me com um elevado número de idosos, a jogar às cartas ou simplesmente a conversar. Após uma breve conversa com o director do centro dia, este consentiu que entrasse no mesmo para aplicar alguns questionários, sendo que vários idosos demonstraram total disponibilidade para tal, com uma enorme simpatia e vontade de conversar, algo que certamente lhes fará falta no dia-a-dia. Isso mesmo foi comprovado pelas diversas conversas tidas com os mesmos, onde me foi dito que os mesmos se deslocavam para aquele centro com o intuito de ter alguma companhia e conviverem um pouco, e não tanto por necessitarem de algum tipo de ajuda.

A aplicação dos questionários era propiciadora de gerar conversas sobre os mais diversos temas. A referência à internet numa das perguntas por exemplo, levou a que uma senhora me contasse como era a vida antes de existirem todas “estas modernices que há hoje. No meu tempo não havia cá telemóveis...se as pessoas queriam falar ir à casa delas e pronto, não havia cá complicações e ficávamos longas horas na conversa! Agora não, ou as pessoas estão muito longe ou temos de falar pouco tempo ao telefone, senão ninguém consegue pagar a conta”, referiu soltando alguns risos.

A questão referente à classificação do trabalho desenvolvido pela PSP também esteve na origem de alguns debates criados entre os idosos presentes, tendo sido proferido por vários que a Polícia só não faz um serviço melhor porque não lhes é dada a possibilidade, seja por falta de meios humanos e materiais, ou devido ao facto de existirem leis demasiado brandas, e que segundo alguns dos inquiridos, “tendem a favorecer os criminosos e a prejudicar a Polícia”.

Apesar de me criar alguma satisfação o facto de poder ouvir estas pessoas que tanto precisam de se fazer ouvir, a verdade é que as conversas alongavam-se, e quando dei por mim já teriam passado quatro horas, e eu nem 20 questionários tinha aplicado. Mas mesmo tendo isso em mente, sentia que não poderia deixar de dar um pouco da minha atenção a pessoas com tanto para contar, pois mais que um futuro Oficial da PSP, sou um futuro idoso, e sei que também eu gostarei de um dia poder contar as minhas histórias.

Dia 22-03-2013

Com o intuito de aplicar os questionários em falta, desloquei-me mais uma vez à Freguesia de Odivelas. Em conversa com os elementos da 71ª Esquadra, foi-me aconselhado experimentar uma associação nas proximidades, onde os idosos se costumam reunir para jogar às cartas, e um parque perto da Esquadra onde costuma haver elevada concentração de idosos para socializar.

Na companhia dos elementos afectos ao Apoio 65, desloquei-me então a essa associação. À chegada deparei-me com cerca de 20 idosos a conviver e a jogar às cartas. Falei então com o presidente da Associação, que demonstrou total disponibilidade para colaborar, solicitando de imediato aos presentes para colaborarem no preenchimento dos inquéritos. Apesar de alguns não demonstrarem grande interesse e disponibilidade, acabei por aplicar vários questionários, ao mesmo tempo que ia ouvindo as histórias que me iam contando, como é o caso do Sr. João, elemento aposentado da PSP, que me alertou para as dificuldades que irei encontrar futuramente nesta profissão, e abordando a importância que estes programas especiais têm para cimentar relações entre PSP e a comunidade.

Após aplicar os inquéritos na Associação, desloquei-me então ao parque referido anteriormente, agora sem a companhia dos elementos do Apoio 65, onde me deparei com bastantes idosos a aproveitar o bom tempo para conversar e jogar dominó. Aproveitei para conversar um pouco com alguns dos presentes no sentido de perceber o que os preocupa e quais as suas angústias. Alguns deles referiram que pior que se

sentirem inseguros, é o facto de se sentirem sozinhos, seja por não terem familiares vivos, ou pelo facto de estes os abandonarem, não se dignando sequer a uma visita. “Tanto sacrifício para criar os filhos, para depois ficar aqui sozinha...”, palavras da Sra. Maria, ditas com algumas lágrimas à mistura.

Outra das preocupações elencadas pelos presentes, e que contribui para o sentimento insegurança dos mesmos, é a falta de polícias na rua, pois segundo eles raramente se vê polícias nas suas zonas. A este propósito importa no entanto salientar que não será fácil para os elementos da 71ª Esquadra efectuar um maior policiamento de proximidade, uma vez que a área da Esquadra é deveras alargada, sendo muito difícil fazer patrulhamento apeado por toda a área, e estando o patrulhamento auto muito condicionado pelo facto de só existir uma viatura operacional, necessária para acorrer às diversas solicitações que chegam à Esquadra. Para além disto, há que atender ao facto de serem apenas dois os elementos afectos a este Programa.

Dia 30-03-2013

Desloquei-me à Escola Secundária de Odivelas para realizar os questionários à população estudantil, no âmbito do Programa Especial Escola Segura, como havia ficado acertado na semana anterior, numa conversa informal com alguns elementos da direcção da escola. Nessa conversa deparei-me com algumas limitações para a aplicação dos meus questionários, uma vez que me foi dito que para aplicar questionários a alunos do 7º, 8º e 9º ano, seria necessário autorização dos Encarregados de educação. Assim teria de preencher um formulário para que pudesse ser entregue aos alunos um pedido de autorização de resposta aos questionários, que teria de ser aprovado pelos respectivos encarregados de educação. Para além do tempo que iria demorar todo esse processo, não era certo que fossem concedidas as referidas autorizações, pelo que era necessário contornar esta situação. Deste modo, e uma vez que me foi dito pela direcção que tal autorização não seria necessária se os questionários fossem aplicados a alunos do 10º, 11º e 12º ano, optei por adaptar o meu público-alvo a essas condicionantes, sem que isso afectasse o meu estudo, uma vez que os alunos desses anos de escolaridade também são abrangidos pelo Programa Especial Escola Segura.

Em conversa com alguns alunos, pude constatar que a segurança não é propriamente um tema que atraia muita atenção dos mesmos, sendo-me confidenciado que raramente pensam nessa questão, levando uma vida despreocupada e convictos de que estão seguros.

Outro facto curioso que constatei, é que quando confrontados com a possibilidade de serem alvos de ilícitos criminais, os jovens do sexo masculino com quem tive oportunidade de conversar referiram não ter qualquer receio, como se sentissem impunes a esses actos. Já as jovens do sexo feminino demonstraram algum receio, considerando que estarão mais susceptíveis de sofrer actos criminais. Quando confrontei uma das jovens sobre estas diferenças, a mesma referiu que os jovens do sexo masculino apesar de afirmarem que não têm qualquer receio, o mesmo não corresponderá à verdade, sendo apenas uma espécie de demonstração de força, de mostrar que os homens não têm medo.

Dia 06-03-2013

No âmbito do estágio da terceira Divisão, resolvi acompanhar uma acção de sensibilização a idosos que se iria realizar na área da 31ª Esquadra, da Praça de Espanha, no Centro Paroquial de São Domingos de Benfica. Uma acção que teve bastante divulgação na área, e por isso esperava-se que pudesse atrair muitos idosos.

No entanto a realidade foi outra, e após serem dados mais alguns minutos depois da hora prevista para começar, na esperança que aparecesse um número considerável de pessoas, o que se verificou foi que apenas oito pessoas compareceram na acção de sensibilização, sendo que apenas quatro eram pessoas idosas, havendo assim quase tantas polícias quantos cidadãos (um Oficial, dois Aspirantes, um Chefe, e três Agentes). Verificou-se assim um certo desprezo relativo a esta acção por parte da população idosa, ao qual poderá não ser alheio o facto de à mesma hora se estar a realizar um jogo de futebol com a Selecção Nacional como uma das intervenientes.

Apesar do cenário desanimador, prosseguiu-se com a acção com o intuito de sensibilizar os presentes para questões que devem ter em conta no dia-a-dia, como as situações de burla, muito frequentes em idosos, ou questões ligadas à segurança das suas habitações. Foram ainda aconselhados a recorrer à polícia em diversas situações, como quando se deslocam ao banco ou aos correios para levantarem as suas pensões, solicitando acompanhamento dos elementos policiais ligados aos programas especiais.

Embora o nível de aderência tenha sido algo desanimador, o facto de se ter conseguido transmitir alguns conselhos aos presentes não faz desta iniciativa um insucesso, pois se conseguirmos que estas acções tenham efeitos positivos a nível de prevenção junto destas pessoas com maiores dificuldades que estiveram presentes, já estaremos a desenvolver um bom trabalho. É evidente que objectivo é fazer chegar este

tipo de informação ao maior número de pessoas possível, mas transmiti-lo a poucas pessoas é melhor que não transmitir a ninguém.

É importante realçar também que um dos cidadãos presentes, que referiu estar a frequentar um curso de gerenciamento social, elogiou bastante o Programa, e o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos elementos afectos a este.

## Anexo 2 – Questionário dos idosos: Modelo I

### Questionário Modelo I

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Questionário n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

#### Instruções de resposta ao questionário

Este questionário insere-se num estudo académico subordinado ao tema *A eficácia do MIPP na redução do sentimento de insegurança e criminalidade de massa – Estudo exploratório efectuado à população idosa e juvenil na área da 71ª esquadra, Odivelas*, e tem por objectivo aferir a opinião da população alvo acerca da segurança na sua área e da prestação dos programas especiais Escola Segura e Apoio 65.

...  
**Não há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua **opinião pessoal e sincera**. Neste sentido, deverá seleccionar para cada questão, a resposta que mais se enquadra na sua opinião relativamente às diferentes temáticas abordadas.

...  
Este questionário é de natureza confidencial. O seu tratamento é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, significando isto que **o seu anonimato é estritamente respeitado**.

**Caso se engane no preenchimento das respostas, risque e volte a responder, pois o importante é que responda com sinceridade.**

A sua opinião é fundamental.

#### I. Caracterização do entrevistado:

Género:

a. Masculino ☐

b. Feminino ☐

Idade:

a. 64-69 ☐

b. 70-75 ☐

c. 76-81 ☐

d. + de 81 ☐

## **II. Sentimento de Segurança:**

1. No seu dia-a-dia normal sente-se:
  - a. Muito inseguro/a ☐
  - b. Inseguro/a ☐
  - c. Seguro/a ☐
  - d. Muito seguro/a ☐
  
2. Com que frequência se sente inseguro/a?
  - a. Raramente ou nunca ☐
  - b. Poucas vezes ☐
  - c. Bastantes vezes ☐
  - d. Frequentemente ☐
  
3. Situação que lhe causa maior sentimento de insegurança:
  - a. Sofreu algum tipo de crime ☐
  - b. Presenciou algum tipo de crime ☐
  - c. Ouviu falar de algum tipo de crime ☐
  - d. Serviço policial ineficaz ☐
  
4. Qual é o tipo de dano que lhe desperta maior receio?
  - a. Dano físico ☐
  - b. Dano psicológico ☐
  - c. Dano patrimonial ☐

5. Como classifica a zona (cidade de Odivelas) quanto à violência?

- a. Nada violenta ☐
- b. Pouco violenta ☐
- c. Violenta ☐
- d. Muito violenta ☐

**III. Relação com a PSP:**

6. Tem confiança na PSP?

- a. Nenhuma ☐
- b. Pouca ☐
- c. Alguma ☐
- d. Muita ☐

7. Sente-se mais seguro/a quando mantém um contacto mais regular com a PSP?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

8. Como classifica o desempenho policial?

- a. Muito mau ☐
- b. Mau ☐
- c. Aceitável ☐
- d. Bom ☐
- e. Muito bom ☐



**IV. Policiamento de proximidade:**

9. Já ouviu falar do policiamento de proximidade?

a. Sim ☐

b. Não ☐

10. Considera proveitosa a existência de programas especiais, dedicados a pessoas com determinadas características que as tornam mais vulneráveis?

a. Sim ☐

b. Não ☐

11. Na sua opinião, a PSP deveria abandonar estes programas especiais dedicados a pessoas mais vulneráveis, e concentrar-se apenas no combate à criminalidade?

a. Sim ☐

b. Não ☐

12. Que importância atribui ao policiamento de proximidade?

a. Nada importante ☐

b. Pouco importante ☐

c. Importante ☐

d. Muito importante ☐

**V. Apoio 65:**

13. Conhece o Apoio 65 – Idosos em Segurança?

a. Sim ☐

b. Não ☐

14. Sente-se mais seguro/a com a existência de um programa direccionado para os idosos?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐
- c. É indiferente ☐

15. Sentia-se menos seguro/a se o programa deixasse de existir?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐
- c. É indiferente ☐

16. Já contactou por sua iniciativa os elementos deste programa?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

17. De que forma gostaria de ser contactado/a por estes elementos?

- a. Pessoalmente ☐
- b. Telefone ☐
- c. Internet ☐

18. Em que local preferia ser contactado/a por estes elementos?

- a. Em casa ☐
- b. Na rua ☐
- c. Café ☐
- d. Na Esquadra ☐
- e. Centros dia/ lares ☐

19. Acha que existe menos crime junto da população idosa devido ao facto de existir este programa?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

20. Considera as acções de sensibilização importantes?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

21. Lembra-se de alguma acção de sensibilização? (Se respondeu “não” avance para a questão n.º 24)

- a. Sim ☐
- b. Não ☐
- c. Vagamente ☐

22. As acções de sensibilização produziram em si impacto ao ponto de alterar os seus comportamentos? (Se respondeu “não” avance para a questão n.º 24)

a. Sim ☐

b. Não ☐

23. De que maneira é que as acções de sensibilização o/a influenciaram?

a. Começou a prestar mais atenção às questões referidas nessas iniciativas ☐

b. Começou a seguir as indicações dadas durante essas iniciativas ☐

c. Começou a tomar acções contrárias às aconselhadas por essas iniciativas  
☐

24. Como prefere que essas acções de sensibilização sejam realizadas?

a. Através da realização de actividades lúdicas ☐

b. Através da apresentação de imagens ou vídeos ☐

c. Através da distribuição de folhetos informativos ☐

d. Através da partilha de experiências ☐

25. Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos ao Apoio 65?

a. Muita ☐

b. Alguma ☐

c. Pouca ☐

d. Nenhuma ☐

## Anexo 3 – Questionário dos jovens: Modelo II

### Questionário Modelo II

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Questionário n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

#### Instruções de resposta ao questionário

Este questionário insere-se num estudo académico subordinado ao tema *A eficácia do MIPP na redução do sentimento de insegurança e criminalidade de massa – Estudo exploratório efectuado à população idosa e juvenil na área da 71ª esquadra, Odivelas*, e tem por objectivo aferir a opinião da população alvo acerca da segurança na sua área e da prestação dos programas especiais Escola Segura e Apoio 65.

...  
**Não há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua **opinião pessoal e sincera**. Neste sentido, deverá seleccionar para cada questão, a resposta que mais se enquadra na sua opinião relativamente às diferentes temáticas abordadas.

...  
Este questionário é de natureza confidencial. O seu tratamento é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, significando isto que **o seu anonimato é estritamente respeitado**.

**Caso se engane no preenchimento das respostas**, risque e volte a responder, pois o importante é que responda com sinceridade.

A sua opinião é fundamental.

#### I. Caracterização do entrevistado:

Género:

a. Masculino ☐

b. Feminino ☐

Idade:

a. 14-15 ☐

b. 16-17 ☐

c. 18-19 ☐

## **II. Sentimento de Segurança:**

1. No seu dia-a-dia normal sente-se:
  - a. Muito inseguro/a ☐
  - b. Inseguro/a ☐
  - c. Seguro/a ☐
  - d. Muito seguro/a ☐
  
2. Com que frequência se sente inseguro/a?
  - a. Raramente ou nunca ☐
  - b. Poucas vezes ☐
  - c. Bastantes vezes ☐
  - d. Frequentemente ☐
  
3. Situação que lhe causa maior sentimento de insegurança:
  - a. Sofreu algum tipo de crime ☐
  - b. Presenciou algum tipo de crime ☐
  - c. Ouviu falar de algum tipo de crime ☐
  - d. Serviço policial ineficaz ☐
  
4. Qual é o tipo de dano que lhe desperta maior receio?
  - a. Dano físico ☐
  - b. Dano psicológico ☐
  - c. Dano patrimonial ☐

5. Como classifica a zona (cidade de Odivelas) quanto à violência?

- a. Nada violenta ☐
- b. Pouco violenta ☐
- c. Violenta ☐
- d. Muito violenta ☐

**III. Relação com a PSP:**

6. Tem confiança na PSP?

- a. Nenhuma ☐
- b. Pouca ☐
- c. Alguma ☐
- d. Muita ☐

7. Sente-se mais seguro/a quando mantém um contacto mais regular com a PSP?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

8. Como classifica o desempenho policial?

- a. Muito mau ☐
- b. Mau ☐
- c. Aceitável ☐
- d. Bom ☐
- e. Muito bom ☐

#### **IV. Policiamento de proximidade:**

9. Já ouviu falar do policiamento de proximidade?

a. Sim ☐

b. Não ☐

10. Considera proveitosa a existência de programas especiais, dedicados a pessoas com determinadas características que as tornam mais vulneráveis?

a. Sim ☐

b. Não ☐

11. Na sua opinião, a PSP deveria abandonar estes programas especiais dedicados a pessoas mais vulneráveis, e concentrar-se apenas no combate à criminalidade?

a. Sim ☐

b. Não ☐

12. Que importância atribui ao policiamento de proximidade?

a. Nada importante ☐

b. Pouco importante ☐

c. Importante ☐

d. Muito importante ☐

#### **V. Escola Segura:**

13. Conhece a Escola Segura?

a. Sim ☐

b. Não ☐



14. Sente-se mais seguro/a com a existência de um programa direccionado para a população estudantil?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐
- c. É indiferente ☐

15. Sentia-se menos seguro/a se o programa deixasse de existir?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐
- c. É indiferente ☐

16. Já contactou por sua iniciativa os elementos deste programa?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

17. De que forma gostaria de ser contactado/a por estes elementos?

- a. Pessoalmente ☐
- b. Telefone ☐
- c. Redes sociais ☐
- d. E-mail ☐

18. Em que local preferia ser contactado/a por estes elementos?

- a. Em casa ☐
- b. Na rua ☐
- c. Café ☐
- d. Na Esquadra ☐
- e. Na escola ☐

19. Considera que a existência de uma plataforma electrónica facilitaria o contacto com estes elementos?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

20. Acha que existe menos crime junto da população estudantil devido ao facto de existir este programa?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

21. Considera as acções de sensibilização importantes?

- a. Sim ☐
- b. Não ☐

22. Lembra-se de alguma acção de sensibilização? (Se respondeu “não” avance para a questão n.º 25)

- a. Sim ☐
- b. Não ☐
- c. Vagamente ☐

23. As acções de sensibilização produziram em si impacto ao ponto de alterar os seus comportamentos? (Se respondeu “não” avance para a questão n.º 25)

a. Sim ☐

b. Não ☐

24. De que maneira é que as acções de sensibilização o/a influenciaram?

a. Começou a prestar mais atenção às questões referidas nessas iniciativas

☐

b. Começou a seguir as indicações dadas durante essas iniciativas ☐

c. Começou a tomar acções contrárias às aconselhadas por essas iniciativas

☐

25. Como prefere que essas acções de sensibilização sejam realizadas?

a. Através da realização de actividades lúdicas ☐

b. Através da apresentação de imagens ou vídeos ☐

c. Através da distribuição de folhetos informativos ☐

d. Através da partilha de experiências ☐

26. Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos à Escola Segura?

a. Muita ☐

b. Alguma ☐

c. Pouca ☐

d. Nenhuma ☐

**Anexo 4 – Tabela referente à evolução demográfica da população idosa e juvenil em Portugal (2001-2011)**

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO (%)	2001			2011		
	Total	H	M	Total	H	M
Jovens						
Portugal	16,00	16,95	15,11	14,89	15,93	13,93
Idosos						
Portugal	16,35	14,16	18,40	19,03	16,69	21,17

Fonte: Resultados definitivos dos Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística.

**Anexo 5 – Tabela referente às acções realizadas no âmbito do PES em 2012 pela 71ª Esquadra.**

2012	
acções	36
alunos	3505
professores	275
pais	278

Fonte: elaboração própria.

**Anexo 6 – Dados do Programa Escola Segura da 71ª Esquadra, Odivelas, referentes aos anos lectivos 2009/2010 e 2010/2011.**

Programa Escola Segura CM Lisboa		2009/2010		2010/2011	
Total de escolas		15		16	
Total de alunos		5.696		6.804	
Total de professores e auxiliares de educação		714		751	
Elementos Policiais afectos ao Programa "Escola Segura"	Femininos		4		2
	Masculinos	4		2	
Elementos Policiais afectos ao Programa "Escola Segura"	Com formação PIPP	4	4	2	2
	Sem formação PIPP				
Viaturas "Escola Segura"	Com cores/padrão do Programa "Escola Segura"	2	2	2	2
	Sem cores/padrão do Programa "Escola Segura"				
Motociclos		0		0	
Scooters		0		0	
Telemóveis		1		1	

Total de acções de sensibilização/formação/demonstrações/exercícios de prevenção desenvolvidas em colaboração com as escolas e autarquias:					
Comando	N.º de alunos	N.º de professores	N.º de pais	N.º de efectivos policiais envolvidos	Total de visitas
CM Lisboa (09/10)	3.745	99	71	4	3
CM Lisboa (10/11)	3.849	106	75	2	5

	Ano Lectivo 09/10 (1)		Ano Lectivo 10/11 (2)		Variação (2-1)	
Níveis de ensino	Total alunos		Total alunos		Total alunos	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Pré-escolar					0	0
1.º Ciclo (1.º ao 4.º ano)	1.736		1.840		104	0
2.º Ciclo (5.º ao 6.º ano)	1.364	98	1.380	91	16	-7
3.º Ciclo (7.º ao 9.º ano)	2.048	82	2.099	79	51	-3
Secundário (10.º ao 12.º ano)	328	60	330	61	22	1
Superior					0	0
Profissional					0	0
TOTAL	5.456	240	5.649	231	193	-9
	5.696		5.880		184	

	Ano Lectivo 09/10 (1)		Ano Lectivo 10/11 (2)		Variação (2-1)	
Estabelecimentos de ensino	Total de estab. de ensino		Total de estab. de ensino		Total de estab. de ensino	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
TOTAL	14	1	15	1	1	0
	15		16		1	

	Ano Lectivo 09/10 (1)		Ano Lectivo 10/11 (2)		Variação (2-1)	
Professores e auxiliares de educação	Total de professores e de auxiliares de educação		Total de professores e de auxiliares de educação		Total de professores e de auxiliares de educação	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
TOTAL	648	66	672	66	24	0
	714		738		24	

Fonte: 71ª Esquadra, Odivelas, da Divisão de Loures, do Comando Metropolitano de Lisboa.



## Anexo 7 – Folheto informativo da 31ª Esquadra, Praça de Espanha



**Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade**, engloba neste departamento os vórtices do **Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança**, **Comércio Seguro** e **Apoio à Vítima** e é uma iniciativa do **Ministério da Administração Interna** que visa:

- Garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas, das comerciantes e serviços e do apoio e acompanhamento à vítima de crimes em especial de V. Doméstica.
- Promover o conhecimento do trabalho da PSP junto desta população alvo.
- Ajudar a prevenir e a evitar situações de risco.
- Parcerias e Protocolos com Instituições de apoio social e outras.

**Através de:**

- Reforço do policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos, contactados através com comerciantes, bem como contacto com vítimas de crimes conhecidas.
- Criação de uma rede de contactos directos e imediatos com os idosos, comerciantes, vítimas e pessoas que vivem mais isoladas e com maiores dezas
- Colaboração com outras entidades que prestam apoio à 1ª e 2ª e outros parceiros Sociais que intervêm na área.



**CONTACTOS**

**Emergência:** 112

**Agentes PIPP:** 96 9860560

969860553

**Email:** [pppp31esq@gmail.com](mailto:pppp31esq@gmail.com)

**31ª Esquadra:** 21 7977030

**FAX:** 21 7797345

**COM O APOIO**


**CENTRO PAROQUIAL S. DOMINGOS DE BENFICA**

**JUNTA DE FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE BENFICA**


**ALUNDA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**31ª ESG - M. I. POLICIAMENTO PROXIMIDADE**

**BIP - ZIP**







**Praça de Espanha**

**Ava. Santos Dumont, 75**

**1050 203 Lisboa**

**3ª DIVISÃO**

**31ª ESQUADRA**

**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
CONCELHO METROPOLITANO DE LISBOA



**3ª DIVISÃO**  
**31ª ESQUADRA**

**MODELO INTEGRADO**  
**POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE**



**Praça de Espanha**

**Ava. Santos Dumont, 75**

**1050 203 Lisboa**

**3ª DIVISÃO**

**31ª ESQUADRA**

**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
CONCELHO METROPOLITANO DE LISBOA



**3ª DIVISÃO**  
**31ª ESQUADRA**

**MODELO INTEGRADO**  
**POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE**



## COMO FUNCIONA

O Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, engloba as vertentes dos Programas Apoio 65 - Idosos em Segurança, Comércio Seguro e Apoio à Vítima, sendo assegurado por equipas de agentes policiais especialmente preparados para lhe dar o apoio e os conselhos úteis para melhorar a segurança.

A 31ª Esquadra da 3ª Divisão da Polícia de Segurança Pública dispõe de elementos dedicados exclusivamente para esse apoio, deslocando-se a casa das pessoas, sempre que tal for necessário.

O MIPP, conta também com a colaboração de instituições que prestam ajuda domiciliária privilegiando o contacto directo na resolução das situações pelas instituições e parceiros sociais.

Mediante um levantamento de necessidades, os idosos mais isolados poderão beneficiar do apoio no seu domicílio para que, mais facilmente, contactem as forças policiais em caso de necessidade.

Serão efectuadas acções de formação e informação, quer junto dos parceiros sociais quer junto do público-alvo; abordando questões de segurança e difundindo informações importantes.

As Juntas de Freguesia e instituições sociais parceiros no projecto, serão utilizados como meio de difusão de informação impressa, através de afixação/distribuição.

## A SEGURANÇA É RESPONSABILIDADE DE TODOS! PARTICIPE SEGUINDO ESTES CONSELHOS DE SEGURANÇA

### EM CASA

- Deixe as portas e janelas fechadas sempre que sair.
- Coloque um óculo e uma corrente de segurança na sua porta.
- Não deixe entrar pessoas suspeitas ou desconhecidas, sem ter a certeza de quem são.
- Tenha sempre à mão os números de telefone para poder comunicar com alguém, principalmente com a polícia.
- Quando se ausentar de sua casa, por vários dias, informe a força policial da sua zona.
- Não deixe escritos na porta, janela ou caixa do correio, que indiquem a sua ausência.
- Não abra a porta, nem deixe entrar qualquer funcionário da EDPI/GAS/AGUA/CTT sem se certificar da sua identificação. Em caso de dúvida solicite-lhe a identificação ou acione a PSP.
- Ao sair e entrar da residência, certifique-se de quem a rodeia e de pessoas que lhe pareçam suspeitas.

**Não deixe acumular correspondência na caixa do correio e coloque na mesma uma fechadura segura**

### NA RUA

- Transporte consigo apenas o dinheiro necessário.
- Evite o uso de objectos de valor, de carteiras na mão ou no bolso, de forma visível.
- Evite circular sozinho na rua, principalmente de noite.
- Evite dar informações sobre a sua vida a pessoas estranhas.
- Transporte as malas e sacos do lado oposto à faixa de rodagem.
- Circule sempre pelo lado interior dos passeios.
- Nos transportes públicos, mantenha a carteira e outros bens junto de si.
- Se for abordado com uma conversa do tipo "conto do vigário", propondo a troca de escudos por Euros ou algo semelhante, familiares em apuros, não se deixe convencer e informe a polícia.
- Desconfie de quem lhe pede ajuda/dinheiro para familiares ou amigos que não conheça, pese embora o facto de lhe mencionarem nomes ou lugares comuns.
- Tenha cuidado ao levantar dinheiro nas caixas Multibanco. Preste atenção à sua volta e a quem a rodeia. Desconfie de abordagens nestes locais do tipo peditórios por crianças e jovens. Se desconfiar de algo carregue de imediato na tecla cancelar e retire o cartão.

**Conheça os Agentes da 31ª Esquadra adstritos ao Programa. Eles existem para o(a) ajudar.**

# MODELO INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

## Anexo 8 – Tabelas de dados dos questionários aplicados a idosos

### Frequências simples

Tabela n.º 1

		Género			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	37	45,1	45,1	45,1
	Feminino	45	54,9	54,9	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

Nesta amostra predomina o sexo feminino com 45 mulheres em 82 inquiridos.

Tabela n.º 2

		Idade			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	64-69 Anos	32	39,0	39,0	39,0
	70-75 Anos	23	28,0	28,0	67,1
	76-81Anos	17	20,7	20,7	87,8
	+ 81 Anos	10	12,2	12,2	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

A tabela de idades reflecte que a maior parte dos inquiridos situa-se na faixa etária compreendida entre os 64-69 anos de idade.

Tabela n.º 3

**Sentimento de segurança no dia-a-dia**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito inseguro/a	39	47,6	47,6	47,6
	Inseguro/a	21	25,6	25,6	73,2
	Seguro/a	18	22,0	22,0	95,1
	Muito seguro/a	4	4,9	4,9	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

47,6% dos inquiridos revelam que se sentem muito inseguros no seu dia-a-dia.

Tabela n.º 4

**Com que frequência se sente inseguro/a?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Raramente ou nunca	11	13,4	13,4	13,4
	Poucas vezes	13	15,9	15,9	29,3
	Bastantes vezes	15	18,3	18,3	47,6
	Frequentemente	43	52,4	52,4	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

Relativamente à frequência com que se sentem inseguros, 52,4% dos inquiridos refere que isso sucede frequentemente.

Tabela n.º 5

Situações provenientes do sentimento de insegurança					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sofreu algum tipo de crime	10	12,2	12,2	12,2
	Presenciou algum tipo de crime	8	9,8	9,8	22,0
	Ouviu falar de algum tipo de crime	62	75,6	75,6	97,6
	Serviço policial ineficaz	2	2,4	2,4	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

O sentimento de insegurança dos inquiridos provém na maioria dos casos do relato de crimes (75,6%).

Tabela n.º 6

Qual é o tipo de dano que lhe desperta maior receio?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Dano físico	67	81,7	81,7	81,7
	Dano psicológico	7	8,5	8,5	90,2
	Dano patrimonial	8	9,8	9,8	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

O dano físico é o dano que mais preocupa as pessoas desta amostra (81,7%).

Tabela n.º 7

**Como classifica a cidade de Odivelas relativamente à violência?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nada violenta	5	6,1	6,1	6,1
	Pouco violenta	13	15,9	15,9	22,0
	Violenta	25	30,5	30,5	52,4
	Muito violenta	39	47,6	47,6	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

Relativamente à cidade de Odivelas, 47,6% dos inquiridos consideram-na como sendo muito violenta.

Tabela n.º 8

**Tem confiança na PSP?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	2	2,4	2,4	2,4
	Pouca	7	8,5	8,5	11,0
	Alguma	15	18,3	18,3	29,3
	Muita	58	70,7	70,7	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

A maioria dos inquiridos revela ter muita confiança na PSP (70,7%).

Tabela n.º 9

**Sente-se mais seguro/a quando mantém um contacto mais regular com a****PSP?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	74	90,2	90,2	90,2
	Não	8	9,8	9,8	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

90,2% dos inquiridos revelam sentirem-se mais seguros quando é mantido um contacto mais regular com a PSP.

Tabela n.º 10

**Como classifica o desempenho policial?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito mau	1	1,2	1,2	1,2
	Mau	3	3,7	3,7	4,9
	Aceitável	13	15,9	15,9	20,7
	Bom	28	34,1	34,1	54,9
	Muito bom	37	45,1	45,1	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

Relativamente ao desempenho policial, 45,1% dos inquiridos classificam-no como sendo muito bom.

Tabela n.º 11

**Já ouviu falar do policiamento de proximidade?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	66	80,5	80,5	80,5
	Não	16	19,5	19,5	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

80,5% dos inquiridos revelam já ter ouvido falar do policiamento de proximidade.

Tabela n.º 12

**Considera proveitosa a existência de programas especiais dedicados a pessoas com determinadas características que as tornam mais vulneráveis?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	80	97,6	97,6	97,6
	Não	2	2,4	2,4	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

A existência de programas especiais dedicados a pessoas com determinadas características que as tornam mais vulneráveis é considerada proveitosa por 97,6% dos inquiridos.

Tabela n.º 13

**A PSP deveria abandonar estes programas especiais dedicados a pessoas mais vulneráveis e concentrar-se apenas no combate à criminalidade?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	8	9,8	9,8	9,8
	Não	74	90,2	90,2	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

Uma larga maioria dos inquiridos (90,2%) considera que a PSP não deveria abandonar os programas especiais.

Tabela n.º 14

**Que importância atribui ao policiamento de proximidade?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pouco importante	2	2,4	2,4	2,4
	Importante	20	24,4	24,4	26,8
	Muito importante	60	73,2	73,2	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

O policiamento de proximidade é considerado muito importante pela maioria dos inquiridos (73,2%).

Tabela n.º 15

**Conhece o Apoio 65 – Idosos em Segurança?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	43	52,4	52,4	52,4
	Não	39	47,6	47,6	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

52,4% dos inquiridos afirmam conhecer o Programa Apoio 65.

Tabela n.º 16

**Sente-se mais seguro/a com a existência de um programa direccionado para os idosos?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	77	93,9	93,9	93,9
	É indiferente	5	6,1	6,1	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

A existência de um Programa Especial direccionado para os idosos provoca um maior sentimento de segurança em 93,9% dos inquiridos.

Tabela n.º 17

**Sentia-se menos seguro/a se o programa deixasse de existir?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	72	87,8	87,8	87,8
	Não	2	2,4	2,4	90,2
	É indiferente	8	9,8	9,8	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

87,8% dos inquiridos confessam que se sentiriam menos seguros se o Programa deixasse de existir.

Tabela n.º 18

**Já contactou por sua iniciativa os elementos deste Programa?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	12	14,6	14,6	14,6
	Não	70	85,4	85,4	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

85,4% dos inquiridos afirmam nunca ter contactado por sua iniciativa os elementos deste Programa.



Tabela n.º 19

**De que forma gostaria de ser contactado/a por estes elementos?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Pessoalmente	76	92,7	92,7	92,7
Telefone	6	7,3	7,3	100,0
Total	82	100,0	100,0	

No que diz respeito à forma como os inquiridos gostariam de ser contactados por os elementos do Programa, uma larga maioria (92,7%) afirmou que preferiam ser contactados pessoalmente.

Tabela n.º 20

**Em que local preferia ser contactado/a por estes elementos?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Em casa	52	63,4	63,4	63,4
Na rua	4	4,9	4,9	68,3
Café	4	4,9	4,9	73,2
Na Esquadra	2	2,4	2,4	75,6
Centros de Dia ou Lares	20	24,4	24,4	100,0
Total	82	100,0	100,0	

Quanto ao local onde preferiam ser contactados, 63,4% escolheram as suas moradias.

Tabela n.º 21

**Acha que existe menos crime junto da população idosa devido ao facto de existir este programa?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	71	86,6	86,6	86,6
	Não	11	13,4	13,4	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

A maioria dos inquiridos (86,6%) acredita que existe menos crime junto da população idosa devido à existência do Programa.

Tabela n.º 22

**Considera as acções de sensibilização importantes?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	81	98,8	98,8	98,8
	Não	1	1,2	1,2	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

As acções de sensibilização são consideradas importantes por 98,8% dos inquiridos.

Tabela n.º 23

**Lembra-se de alguma acção de sensibilização?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	42,7	42,7	42,7
	Não	28	34,1	34,1	76,8
	Vagamente	19	23,2	23,2	100,0
	Total	82	100,0	100,0	

42,7% dos inquiridos lembram-se de alguma acção de sensibilização.

Tabela n.º 24

**As acções de sensibilização produziram em si impacto ao ponto de alterar os seus comportamentos?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	51	60,3	94,4	94,4
	Não	3	5,6	5,6	100,0
	Total	54	65,9	100,0	
Missing	System	28	34,1		
Total		82	100,0		

Dos 54 inquiridos que responderam à questão n.º22, 60,3% afirmaram que as acções de sensibilização produziram neles impacto suficiente ao ponto de estes alterarem os seus comportamentos.

Tabela n.º 25

**De que maneira é que as acções de sensibilização o/a influenciaram?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Começou a prestar mais atenção às questões referidas nessas iniciativas	27	32,9	52,9	52,9
	Começou a seguir as indicações dadas durante essas iniciativas	24	29,3	47,1	100,0
	Total	51	62,2	100,0	
Missing	System	31	37,8		
Total		82	100,0		

Dos 51 inquiridos que responderam à questão n.º 23, 32,9% afirmaram que como consequência dessas acções de sensibilização, começaram a prestar a prestar mais atenção às questões referidas nessas iniciativas.

Tabela n.º 26

**Como prefere que essas acções de sensibilização sejam realizadas?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Através da realização de actividades lúdicas	10	12,2	12,2	12,2
Através da apresentação de imagens ou vídeos	12	14,6	14,6	26,8
Através da distribuição de folhetos informativos	9	11,0	11,0	37,8
Através da partilha de experiências	51	62,2	62,2	100,0
Total	82	100,0	100,0	

Relativamente à forma como preferem que essas acções sejam realizadas, mais de metade dos inquiridos (62,2%) responderam que preferem a partilha de experiências.

Tabela n.º 27

**Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos ao Apoio 65?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Muita	57	69,5	69,5	69,5
Alguma	20	24,4	24,4	93,9
Pouca	4	4,9	4,9	98,8
Nenhuma	1	1,2	1,2	100,0
Total	82	100,0	100,0	

A maioria dos inquiridos (69,5%) revela ter muita confiança nos elementos afectos ao Programa Apoio 65.

## Cruzamentos de variáveis

Tabela n.º 28

Género * Sentimento de segurança no dia-a-dia Crosstabulation						
Count						
		Sentimento de segurança no dia-a-dia				
		Muito inseguro/a	Inseguro/a	Seguro/a	Muito seguro/a	Total
Género	Masculino	6	16	14	1	37
	Feminino	33	5	4	3	45
	Total	39	21	18	4	82

Cruzamento do género com a questão n.º 1, onde se verifica que os elementos sexo feminino afirmaram mais vezes que se sentem muito inseguros do que o sexo masculino.

Tabela n.º 29

Tem confiança na PSP? \* Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos ao Apoio 65?

Crosstabulation						
Count						
		Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos ao Apoio 65?				
		Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	Total
Tem confiança na PSP?	Nenhuma	1	0	0	1	2
	Pouca	2	1	4	0	7
	Alguma	2	13	0	0	15
	Muita	52	6	0	0	58
	Total	57	20	4	1	82

Cruzamento da questão n.º 6, com a questão n.º 25, onde se denota que a maioria dos inquiridos deposita muita confiança na PSP e nos elementos do Programa Apoio 65.

Tabela n.º 30

**Considera proveitosa a existência de programas especiais dedicados a pessoas com determinadas características que as tornam mais vulneráveis? \* A PSP deveria abandonar estes programas especiais dedicados a pessoas mais vulneráveis e concentrar-se apenas no combate à criminalidade?**

		Crosstabulation		
Count				
		A PSP deveria abandonar estes programas especiais dedicados a pessoas mais vulneráveis e concentrar-se apenas no combate à criminalidade?		
		Sim	Não	Total
Considera proveitosa a existência de programas especiais dedicados a pessoas com determinadas características que as tornam mais vulneráveis?	Sim	7	73	80
	Não	1	1	2
	Total	8	74	82

Cruzamento entre a questão n.º 10 com a questão n.º 11, onde 73 inquiridos referiram que é proveitosa a existência de Programas direccionados para pessoas com maior vulnerabilidade, e que a PSP não os deveria abandonar.

Tabela n.º 31

**Já ouviu falar do policiamento de proximidade? \* Que importância atribui ao policiamento de proximidade? Crosstabulation**

Count					
		Que importância atribui ao policiamento de proximidade?			
		Pouco importante	Importante	Muito importante	Total
Já ouviu falar do policiamento de proximidade?	Sim	1	15	50	66
	Não	1	5	10	16
	Total	2	20	60	82

Cruzamento entre a questão n.º 9 e a questão n.º 12, onde se denota que 50 inquiridos já ouviram falar do policiamento de proximidade, e consideram que este é muito importante.

Tabela n.º 32

**Sente-se mais seguro/a com a existência de um programa direccionado para os idosos? \* Sentia-se menos seguro/a se o programa deixasse de existir? Crosstabulation**

Count					
		Sentia-se menos seguro/a se o programa deixasse de existir?			
		Sim	Não	É indiferente	Total
Sente-se mais seguro/a com a existência de um programa direccionado para os idosos?	Sim	71	1	5	77
	É indiferente	1	1	3	5
	Total	72	2	8	82

Cruzamento entre a questão n.º 14 e a questão n.º 15, onde se verifica que 71 inquiridos se sentem mais seguros com a existência de um programa direccionado para idosos e que se sentiriam menos seguros se o programa deixasse de existir.

## Anexo 9 – Tabelas de dados dos questionários aplicados aos jovens estudantes

### Frequências simples

Tabela n.º 1

		Género			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	44	44,0	44,0	44,0
	Feminino	56	56,0	56,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Género dos inquiridos, onde se verifica um maior número de inquiridos do sexo feminino.

Tabela n.º 2

		Idade			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	14-15 Anos	17	17,0	17,0	17,0
	16-17 Anos	49	49,0	49,0	66,0
	18-19 Anos	34	34,0	34,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Intervalos de idade dos inquiridos, onde se constata que há um maior número de inquiridos na faixa etária entre os 16-17 anos.



Tabela n.º 3

**Sentimento de segurança no dia-a-dia**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Inseguro/a	14	14,0	14,0	14,0
	Seguro/a	76	76,0	76,0	90,0
	Muito seguro/a	10	10,0	10,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Quando inquiridos sobre o sentimento de segurança do dia-a-dia, a resposta “Seguro/a” foi a mais seleccionada.

Tabela n.º 4

**Com que frequência se sente inseguro/a?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Raramente ou nunca	34	34,0	34,0	34,0
	Poucas vezes	57	57,0	57,0	91,0
	Bastantes vezes	7	7,0	7,0	98,0
	Frequentemente	2	2,0	2,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Sobre a frequência com que se sentem inseguros, a maior parte dos inquiridos respondeu “Poucas vezes”.

Tabela n.º 5

## Situação que lhe causa maior sentimento de insegurança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sofreu algum tipo de crime	16	16,0	16,0	16,0
	Presenciou algum tipo de crime	16	16,0	16,0	32,0
	Ouviu falar de algum tipo de crime	62	62,0	62,0	94,0
	Serviço policial ineficaz	6	6,0	6,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Os relatos criminais são os responsáveis pelo maior sentimento de insegurança dos inquiridos.

Tabela n.º 6

## Qual é o tipo de dano que lhe desperta maior receio?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Dano físico	71	71,0	71,0	71,0
	Dano psicológico	24	24,0	24,0	95,0
	Dano patrimonial	5	5,0	5,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

O dano físico é o dano que desperta maior receio nos inquiridos.

Tabela n.º 7

**Como classifica a cidade de Odivelas relativamente à violência?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nada violenta	2	2,0	2,0	2,0
	Pouco violenta	59	59,0	59,0	61,0
	Violenta	38	38,0	38,0	99,0
	Muito violenta	1	1,0	1,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

A maior parte dos inquiridos afirma que a cidade de Odivelas é pouco violenta.

Tabela n.º 8

**Tem confiança na PSP?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma	9	9,0	9,0	9,0
	Pouca	21	21,0	21,0	30,0
	Alguma	60	60,0	60,0	90,0
	Muita	10	10,0	10,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Os inquiridos revelam que na sua maioria têm alguma confiança na PSP.

Tabela n.º 9

**Sente-se mais seguro/a quando mantém um contacto mais regular com a PSP?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	57	57,0	57,0	57,0
	Não	43	43,0	43,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

57% dos inquiridos revelam que se sentem mais seguros quando contactam regularmente com a PSP.

Tabela n.º 10

**Como classifica o desempenho policial?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito mau	3	3,0	3,0	3,0
	Mau	13	13,0	13,0	16,0
	Aceitável	68	68,0	68,0	84,0
	Bom	14	14,0	14,0	98,0
	Muito bom	2	2,0	2,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

A maior parte dos inquiridos classifica o desempenho policial como sendo aceitável.

Tabela n.º 11

**Já ouviu falar do policiamento de proximidade?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	25	25,0	25,0	25,0
	Não	75	75,0	75,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Apenas ¼ dos inquiridos confessa ter ouvido falar do policiamento de proximidade.

Tabela n.º 12

**Considera proveitosa a existência de programas especiais dedicados a pessoas com determinadas características que as tornam mais vulneráveis?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	93	93,0	93,0	93,0
	Não	7	7,0	7,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

A maioria dos inquiridos afirma ser apologista de que a existência deste tipo de programas é proveitosa.

Tabela n.º 13

**A PSP deveria abandonar estes programas especiais dedicados a pessoas mais vulneráveis e concentrar-se apenas no combate à criminalidade?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	10,0	10,0	10,0
	Não	90	90,0	90,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

90% dos inquiridos são da opinião que a PSP não deveria abandonar estes programas e concentrar-se apenas na criminalidade.

Tabela n.º 14

**Que importância atribui ao policiamento de proximidade?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nada importante	5	5,0	5,0	5,0
	Pouco importante	7	7,0	7,0	12,0
	Importante	64	64,0	64,0	76,0
	Muito importante	24	24,0	24,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

A maior parte dos inquiridos é da opinião que o policiamento de proximidade é muito importante.

Tabela n.º 15

**Conhece a Escola Segura?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	86	86,0	86,0	86,0
	Não	14	14,0	14,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

A Escola Segura é conhecida por 86% dos inquiridos.

Tabela n.º 16

**Sente-se mais seguro/a com a existência de um programa direccionado para a população estudantil?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	61	61,0	61,0	61,0
	Não	3	3,0	3,0	64,0
	É indiferente	36	36,0	36,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

61% dos inquiridos afirmam sentirem-se mais seguros com a existência de um programa direccionado para a população estudantil.

Tabela n.º 17

**Sentia-se menos seguro/a se o programa deixasse de existir?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	26	26,0	26,0	26,0
	Não	23	23,0	23,0	49,0
	É indiferente	51	51,0	51,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Mais de metade dos inquiridos refere que lhes era indiferente em termos de sentimento de segurança se o Programa deixasse de existir.

Tabela n.º 18

**Já contactou por sua iniciativa os elementos deste programa?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	4	4,0	4,0	4,0
	Não	96	96,0	96,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

96% dos inquiridos afirmam nunca ter contactado por sua iniciativa com os elementos deste Programa.

Tabela n.º 19

**De que forma gostaria de ser contactado/a por estes elementos?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pessoalmente	60	60,0	60,0	60,0
	Telefone	10	10,0	10,0	70,0
	Redes sociais	16	16,0	16,0	86,0
	E-mail	14	14,0	14,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

A maior parte dos inquiridos preferiam ser contactados por estes elementos pessoalmente.

Tabela n.º 20

**Em que local preferia ser contactado/a por estes elementos?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Em casa	18	18,0	18,0	18,0
	Na rua	12	12,0	12,0	30,0
	Café	3	3,0	3,0	33,0
	Na Esquadra	7	7,0	7,0	40,0
	Na escola	60	60,0	60,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

O local onde os inquiridos preferiam ser contactados por estes elementos é a Escola.

Tabela n.º 21

**Considera que a existência de uma plataforma electrónica facilitaria o contacto com estes elementos?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	93	93,0	93,0	93,0
	Não	7	7,0	7,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Uma percentagem bastante elevada dos inquiridos afirma que a existência de uma plataforma electrónica seria vantajosa para o contacto com os elementos deste Programa.

Tabela n.º 22

**Acha que existe menos crime junto da população estudantil devido ao facto de existir este programa?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	33	33,0	33,0	33,0
	Não	67	67,0	67,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

67% da amostra não considera que exista menos crime devido à existência deste Programa.

Tabela n.º 23

**Considera as acções de sensibilização importantes?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	94	94,0	94,0	94,0
	Não	6	6,0	6,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

As acções de sensibilização são consideradas importantes pela maioria dos inquiridos (94%).



Tabela n.º 24

**Lembra-se de alguma acção de sensibilização?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	28	28,0	28,0	28,0
	Não	36	36,0	36,0	64,0
	Vagamente	36	36,0	36,0	100,0
Total		100	100,0	100,0	

Apenas 28% dos inquiridos afirma lembrar-se de alguma acção de sensibilização.

Tabela n.º 25

**As acções de sensibilização produziram em si impacto ao ponto de alterar os seus comportamentos?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	50	50,0	78,1	78,1
	Não	14	14,0	21,9	100,0
	Total	64	64,0	100,0	
Missing	System	36	36,0		
Total		100	100,0		

Mais de  $\frac{3}{4}$  dos inquiridos que responderam a esta questão afirmam que as acções de sensibilização levaram-nos a alterar os seus comportamentos.

Tabela n.º 26

**De que maneira é que as acções de sensibilização o/a influenciaram?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Começou a prestar mais atenção às questões referidas nessas iniciativas	29	29,0	58,0	58,0
	Começou a seguir as indicações dadas durante essas iniciativas	19	19,0	38,0	96,0
	Começou a tomar acções contrárias às aconselhadas por essas iniciativas	2	2,0	4,0	100,0
	Total	50	50,0	100,0	
Missing	System	50	50,0		
Total		100	100,0		

A maior parte dos inquiridos que responderam a esta questão afirmam que as acções de sensibilização levaram-nos a prestar mais atenção às questões referidas nessas iniciativas.

Tabela n.º 27

**Como prefere que essas acções de sensibilização sejam realizadas?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Através da realização de actividades lúdicas	31	31,0	31,0	31,0
	Através da apresentação de imagens ou vídeos	23	23,0	23,0	54,0
	Através da distribuição de folhetos informativos	12	12,0	12,0	66,0
	Através da partilha de experiências	34	34,0	34,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

34% dos inquiridos preferem que as acções de sensibilização sejam realizadas através da partilha de experiências.

Tabela n.º 28

Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos à Escola

Segura?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muita	13	13,0	13,0	13,0
	Alguma	58	58,0	58,0	71,0
	Pouca	22	22,0	22,0	93,0
	Nenhuma	7	7,0	7,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

58% dos inquiridos afirmam ter alguma confiança nos elementos afectos à Escola Segura.

### Cruzamentos de variáveis

Tabela n.º 29

Género \* Sentimento de segurança no dia-a-dia Crosstabulation

Count					
		Sentimento de segurança no dia-a-dia			
		Inseguro/a	Seguro/a	Muito seguro/a	Total
Género	Masculino	9	27	8	44
	Feminino	5	49	2	56
	Total	14	76	10	100

Cruzamento do género com a questão n.º 1, onde se verifica que os elementos sexo masculino afirmaram mais vezes que se sentem inseguros do que o sexo feminino.

Tabela n.º 30

**Tem confiança na PSP? \* Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos à Escola Segura?**

Crosstabulation						
Count						
		Qual o nível de confiança que deposita nos elementos afectos à Escola Segura?				
		Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	Total
Tem confiança na PSP?	Nenhuma	2	2	4	1	9
	Pouca	2	7	7	5	21
	Alguma	4	45	11	0	60
	Muita	5	4	0	1	10
	Total	13	58	22	7	100

Cruzamento da questão n.º 6, com a questão n.º 26, onde se denota que a maioria dos inquiridos deposita alguma confiança na PSP e nos elementos afectos ao Programa Escola Segura.

Tabela n.º 31

**Considera proveitosa a existência de programas especiais dedicados a pessoas com determinadas características que as tornam mais vulneráveis? \* A PSP deveria abandonar estes programas especiais dedicados a pessoas mais vulneráveis e concentrar-se apenas no combate à criminalidade? Crosstabulation**

Count				
		A PSP deveria abandonar estes programas especiais dedicados a pessoas mais vulneráveis e concentrar-se apenas no combate à criminalidade?		
		Sim	Não	Total
Considera proveitosa a existência de programas especiais dedicados a pessoas com determinadas características que as tornam mais vulneráveis?	Sim	6	87	93
	Não	4	3	7
	Total	10	90	100

Cruzamento entre a questão n.º 10 com a questão n.º 11, onde 87 inquiridos referiram que é proveitosa a existência de Programas direccionados para pessoas com maior vulnerabilidade, e que a PSP não os deveria abandonar.

Tabela n.º 32

**Já ouviu falar do policiamento de proximidade? \* Que importância atribui ao policiamento de proximidade?**

Crosstabulation						
Count						
		Que importância atribui ao policiamento de proximidade?				
		Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Total
Já ouviu falar do policiamento de proximidade?	Sim	1	2	14	8	25
	Não	4	5	50	16	75
	Total	5	7	64	24	100

Cruzamento entre a questão n.º 9 e a questão n.º 12, onde se denota que 50 inquiridos não teriam ouvido falar do policiamento de proximidade até à aplicação destes questionários, mas quando contextualizados com o mesmo, consideram que este é muito importante.

Tabela n.º 33

**Sente-se mais seguro/a com a existência de um programa direccionado para a população estudantil? \* Sentia-se menos seguro/a se o programa deixasse de existir? Crosstabulation**

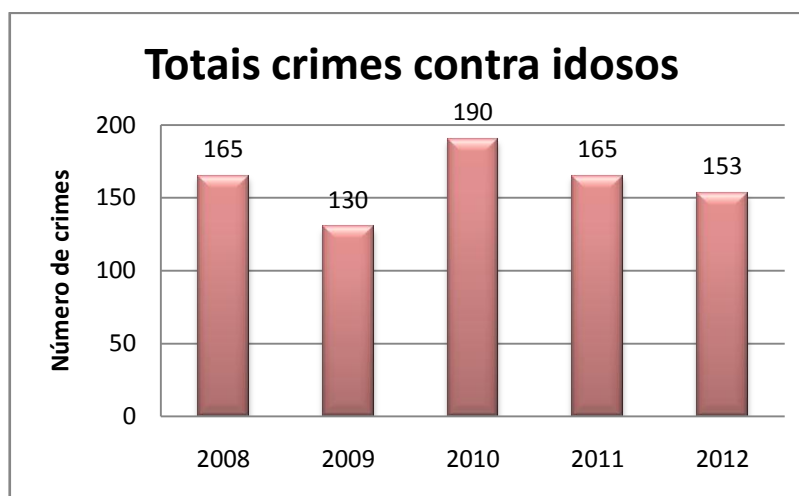
Count					
		Sentia-se menos seguro/a se o programa deixasse de existir?			
		Sim	Não	É indiferente	Total
Sente-se mais seguro/a com a existência de um programa direccionado para a população estudantil?	Sim	25	15	21	61
	Não	0	1	2	3
	É indiferente	1	7	28	36
	Total	26	23	51	100

Cruzamento entre a questão n.º 14 e a questão n.º 15, onde se verifica que há um maior número de inquiridos a responder que lhes é indiferente para a sua segurança a existência ou não deste Programa.

## Anexo 10 – Dados da criminalidade registada contra idosos

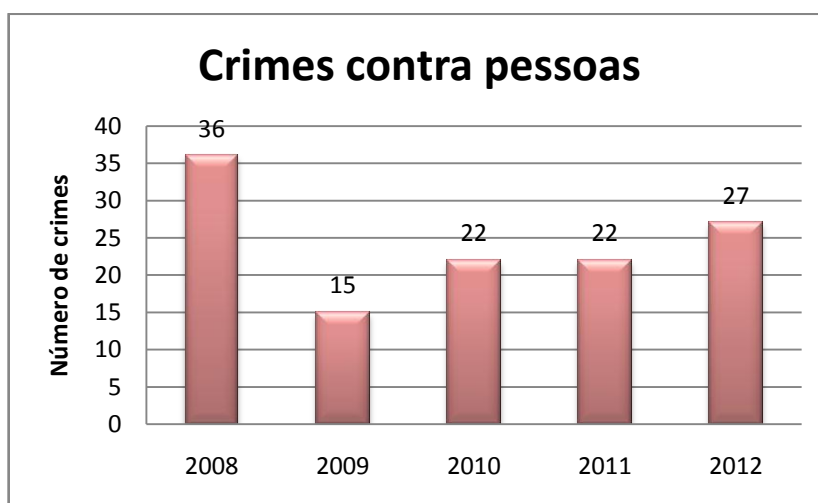
### Total de crimes

Gráfico1



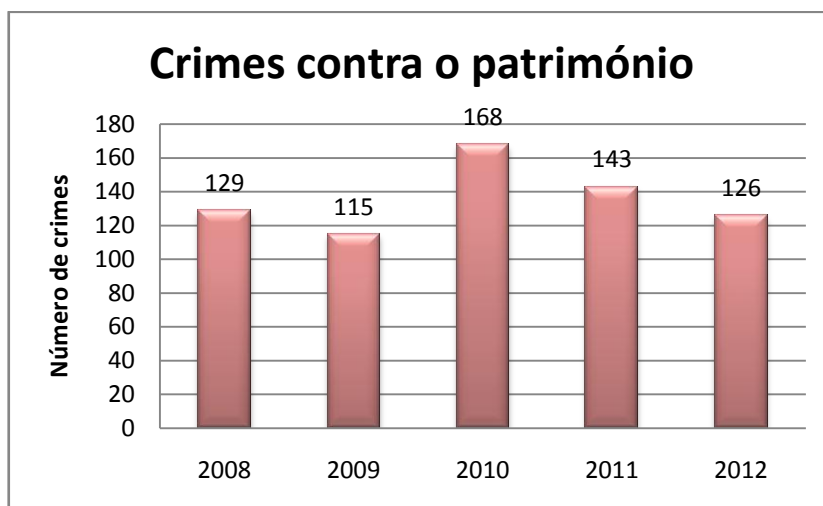
Número total de crimes registados contra idosos entre 2008 e 2012.

Gráfico 2



Número total de crimes contra pessoas, registados entre 2008 e 2012, contra idosos.

Gráfico 3



Número total de crimes contra o património, participados entre 2008 e 2012, contra idosos.

### Contra pessoas

Tabela n.º 1

Outros crimes contra a integridade física	14
2008	6
2009	0
2010	5
2011	2
2012	1
Total Geral	14

Tabela n.º 2

Ofensas à integridade física voluntária grave	
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	0

Tabela n.º 3

Ofensa à integridade física voluntária simples	
2008	10
2009	4
2010	4
2011	8
2012	11
Total Geral	37

Tabela n.º 4

Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	
2008	3
2009	3
2010	7
2011	4
2012	7
Total Geral	24

Tabela n.º 5

Outros crimes de violência doméstica	
2008	4
2009	2
2010	3
2011	6
2012	4
Total Geral	19

Tabela n.º 6

Ameaça e coacção	
2008	4
2009	3
2010	2
2011	1
2012	3
Total Geral	13



Tabela n.º 7

Outros crimes contra a liberdade pessoal	
2008	2
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	2

Tabela n.º 8

Difamação, calúnia e injúria	
2008	2
2009	1
2010	1
2011	1
2012	1
Total Geral	6

Tabela n.º 9

Outros crimes contra a vida	0
2008	1
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	1

Tabela n.º 10

Outros crimes contra a reserva da vida privada	
2008	0
2009	1
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	1

Tabela n.º 11

Outros crimes contra as pessoas	
2008	4
2009	1
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	5

Tabela n.º 12

Crimes contra a honra	
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	0

### Contra o património

Tabela n.º 13

Furto de veículo motorizado	
2008	12
2009	8
2010	17
2011	11
2012	14
Total Geral	62

Tabela n.º 14

Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	
2008	7
2009	6
2010	12
2011	7
2012	9
Total Geral	41

Tabela n.º 15

Furto em veículo motorizado	
2008	20
2009	14
2010	13
2011	12
2012	19
Total Geral	78

Tabela n.º 16

Furto por carteirista	
2008	10
2009	28
2010	15
2011	17
2012	11
Total Geral	81

Tabela n.º 17

Outro dano	
2008	12
2009	3
2010	10
2011	5
2012	10
Total Geral	40

Tabela n.º 18

Outros crimes contra a propriedade	
2008	1
2009	3
2010	6
2011	0
2012	1
Total Geral	11

Tabela n.º 19

Outros crimes contra o património	
2008	11
2009	1
2010	1
2011	0
2012	2
Total Geral	15

Tabela n.º 20

Outros crimes contra o património em geral	
2008	0
2009	1
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	1

Tabela n.º 21

Outros furtos	
2008	13
2009	18
2010	14
2011	15
2012	1
Total Geral	61

Tabela n.º 22

Outros roubos	
2008	11
2009	4
2010	0
2011	1
2012	0
Total Geral	16

Tabela n.º 23

Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	
2008	3
2009	5
2010	17
2011	8
2012	10
Total Geral	43

Tabela n.º 24

Roubo em transportes públicos	
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	0

Tabela n.º 25

Roubo por esticção	175
2008	20
2009	14
2010	46
2011	50
2012	45
Total Geral	175

Tabela n.º 26

Outras burlas	54
2008	8
2009	9
2010	16
2011	16
2012	5
Total Geral	54

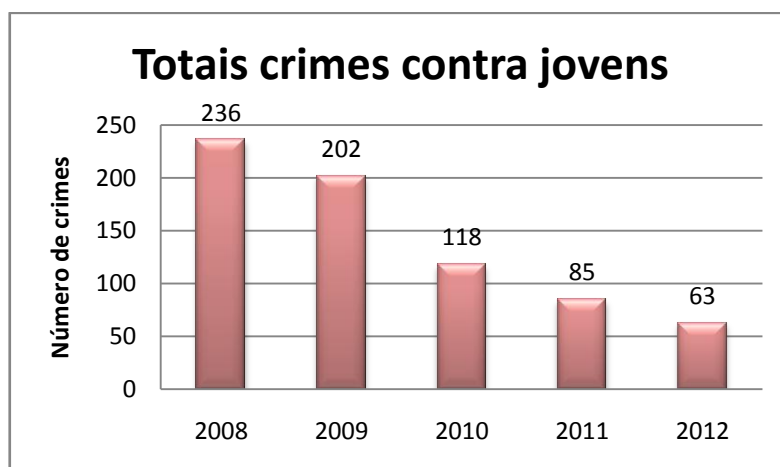
Tabela n.º 27

Outros crimes contra direitos patrimoniais	
2008	1
2009	1
2010	1
2011	0
2012	0
Total Geral	3

## Anexo 11 – Dados da criminalidade registada contra jovens

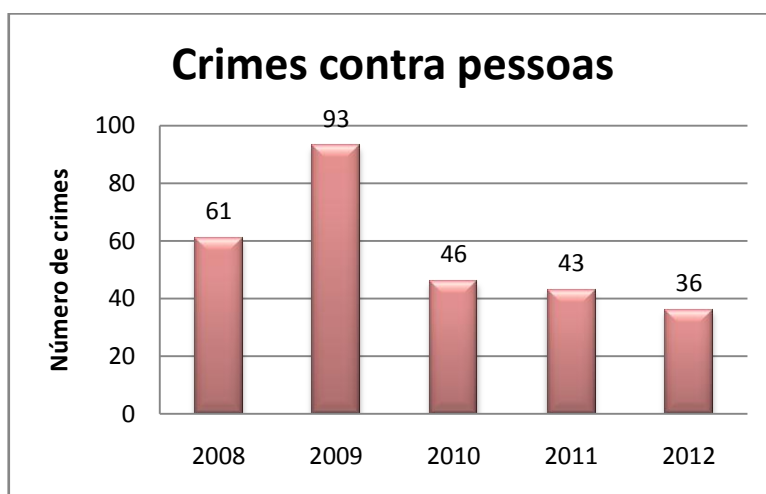
### Total de crimes

Gráfico 1



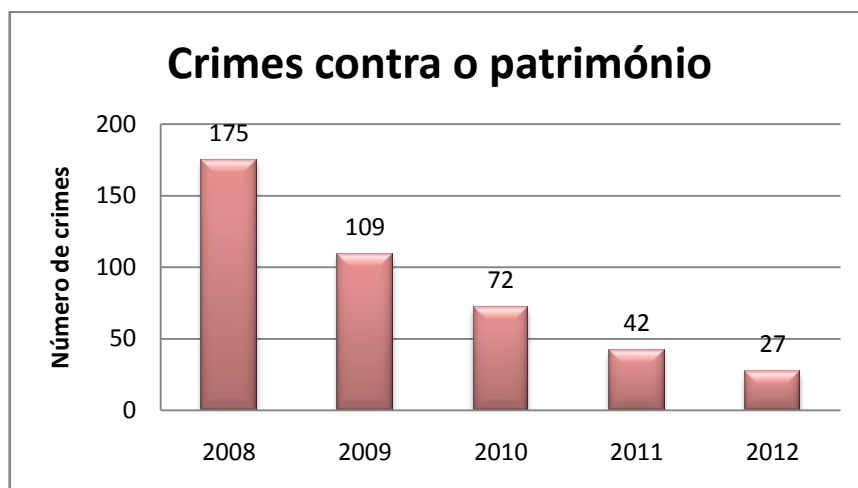
Número total de crimes registados contra jovens entre os 6 e os 19 anos de idade, entre 2008 e 2012.

Gráfico 2



Número total de crimes contra pessoas, registados entre 2008 e 2012, contra jovens (6-19 anos de idade).

Gráfico 3



Número total de crimes contra o património, participados entre 2008 e 2012, contra jovens (6-19 anos de idade).

### Contra pessoas

Tabela n.º 1

Outros crimes contra a integridade física	25
2008	4
2009	9
2010	4
2011	7
2012	1
Total Geral	25

Tabela n.º 2

Ofensa à integridade física voluntária grave	
2008	0
2009	4
2010	3
2011	1
2012	2
Total Geral	10



Tabela n.º 3

Ofensa à integridade física voluntária simples	
2008	25
2009	45
2010	10
2011	17
2012	11
Total Geral	108

Tabela n.º 4

Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	51
2008	7
2009	6
2010	16
2011	12
2012	10
Total Geral	51

Tabela n.º 5

Violência doméstica contra menores	
2008	0
2009	1
2010	6
2011	2
2012	1
Total Geral	10

Tabela n.º 6

Outros crimes de violência doméstica	14
2008	5
2009	2
2010	2
2011	1
2012	4
Total Geral	14

Tabela n.º 7

Ameaça e coacção	38
2008	8
2009	18
2010	2
2011	3
2012	7
Total Geral	38

Tabela n.º 8

Outros crimes contra a liberdade pessoal	0
2008	1
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	1

Tabela n.º 9

Difamação, calúnia e injúria	
2008	0
2009	0
2010	2
2011	0
2012	0
Total Geral	2

Tabela n.º 10

Outros crimes contra a honra	
2008	2
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	2

Tabela n.º 11

Outros crimes contra a vida	
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	0

Tabela n.º 12

Outros crimes contra a reserva da vida privada	
2008	1
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	1

Tabela n.º 13

Outros crimes contra as pessoas	
2008	8
2009	8
2010	1
2011	0
2012	0
Total Geral	17

### **Contra o património**

Tabela n.º 14

Furto em veículo motorizado	
2008	2
2009	3
2010	3
2011	2
2012	0
Total Geral	10

Tabela n.º 15

Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	
2008	3
2009	0
2010	1
2011	0
2012	0
Total Geral	4

Tabela n.º 16

Furto por carteirista	
2008	7
2009	5
2010	4
2011	2
2012	3
Total Geral	21

Tabela n.º 17

Outro dano	
2008	0
2009	3
2010	2
2011	0
2012	0
Total Geral	5

Tabela n.º 18

Outros crimes contra a propriedade	
2008	8
2009	0
2010	0
2011	1
2012	0
Total Geral	9

Tabela n.º 19

Outros crimes contra o património	
2008	5
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	5

Tabela n.º 20

Outros crimes contra o património em geral	
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	0

Tabela n.º 21

Outros furtos	
2008	22
2009	14
2010	12
2011	7
2012	0
Total Geral	55

Tabela n.º 22

Outros roubos	
2008	33
2009	11
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	44

Tabela n.º 23

Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)	212
2008	82
2009	56
2010	32
2011	25
2012	17
Total Geral	212

Tabela n.º 24

Roubo em transportes públicos	
2008	1
2009	0
2010	2
2011	0
2012	0
Total Geral	3

Tabela n.º 25

Roubo por esticção	
2008	7
2009	13
2010	15
2011	5
2012	5
Total Geral	45

Tabela n.º 26

Outras burlas	
2008	0
2009	2
2010	1
2011	0
2012	0
Total Geral	3

Tabela n.º 27

Outros crimes contra direitos patrimoniais	
2008	4
2009	1
2010	0
2011	0
2012	0
Total Geral	5

Tabela n.º 28

Furto de veículo motorizado	
2008	1
2009	1
2010	0
2011	0
2012	2
Total Geral	4